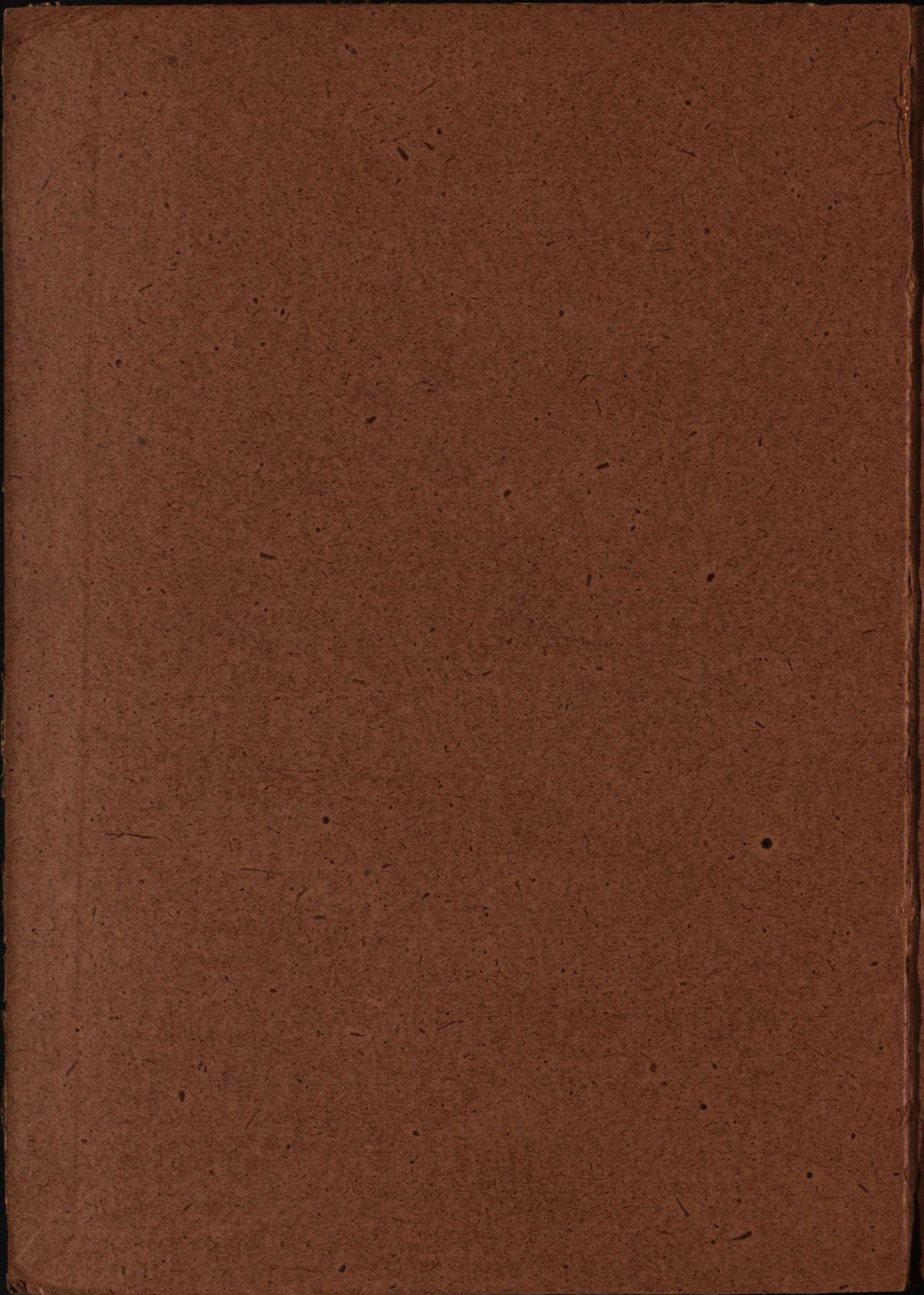


O Trabalho B.M.  
3541  
1870

GHC  
4



BIBLIOTECA NACIONAL  
5360  
GUCO 01111111 4

# O TRABALHO

SEMANARIO DEMOCRATICO



Coimbra, 17 de Março

O TRABALHO é um jornal modesto. Os apóstolos que nelle evangelizam são obscuros e sem nome; mas vale muito, porque são nobres, elevadas e sanctas as doutrinas que defende e propaga. Os dias da auctoridade pessoal estão contados. Firmado na verdade das suas idéas e em convicções sinceras e profundas, vem a publico fortalecido com a maior coragem e resignação, ainda que por vezes a força do operario, nas luctas da sciencia e do estudo, não possa corresponder a todas as suas aspirações elevadas e sempre generosas.

Emprehendendo esta humilde publicação, fôra nosso intuito: Dedicar ao trabalho e estudo algumas horas vagas, promovendo assim a nossa propria instrução e desenvolvimento: Esclarecer o povo, os homens pobres de conhecimentos, indicando-lhes um melhor futuro e remedio para os seus males, fazendo-os conhecer o que são, o que valem e qual o seu destino, obrigações e direitos: Combater falsas idéas e instituições caducas, que a civilização e o progresso não podem aceitar, substituindo-as por outras mais justas, necessarias, verdadeiras e em harmonia com a natureza humana. Aos homens de sciencia e illustração, a quem os nossos escriptos serão de pouco ou nenhum auxilio, não é dirigido o nosso trabalho.

Aos mestres pedimos alento, conselho e protecção, a todos benignidade e acolhimento. Temos certeza de que não será necessario declarar que, ouvindo a voz da consciencia, seguiremos sempre caminho pela senda da verdade e da justiça. O erro, o desvairamento que houver, será filho da nossa incompetencia e nunca de quaesquer contemplações, paixão ou interesses illegitimos.

Só nos fazem justiça aquelles que reconhecerem que as nossas intenções não carecem de pureza e sanctidade.

Alumiados pela luz esplendida da razão, protegidos pela força invencivel da justiça, da moral e do direito, alimentados pelo estudo e reflexão, animados pela coragem e consolação d'uma consciencia austera, teremos por aspiração incessante e desejo fervoroso — o maior bem, o maior progresso de cada um e de todos. Apóstolos decididos e intrepidos da liberdade, d'esse sublime attributo do homem, que forma a sua completa e verdadeira autonomia, não cessaremos de o proclamar em todas as suas grandiosas manifestações, como defende-

remos todos os demais principios e leis que regem o homem, como individuo e membro da sociedade.

Não podemos transigir com os abusos e aberrações sociaes, com practicas inveteradas, absurdas e anti-progressistas, com certas idéas falsificadas e costumes corrompidos, que o tempo, as tradições e os habitos incarnaram no viver dos povos, ainda que respeitamos todas as opiniões, para que respeitem as nossas, e porque a tolerancia e liberdade de pensamento são principios por nós venerados e reconhecidos. Logo que surja o sol da instrução e da virtude, os prejuisos e formulas illusorias sem fundamento legitimo hão de ser dismanteladas e obstruidas, cedendo o logar a instituições não ficticias, baseadas nos merecimentos, na justiça e no direito. O amor do genero humano, o auxilio reciproco e constante, a dedicação desinteressada pela causa publica, a paz e harmonia entre os homens, todas as virtudes sociaes e domesticas, — eis os desejos e sentimentos sinceros dos nossos corações juvenis.

Queremos que se melhore a sorte de todos, e neste intuito trabalharemos para que sejam aliviados e protegidos os que soffrem.

Sois exaltados e revolucionarios, sonhaes, as vossas idéas não podem ter applicação, — exclamam os timidos conservadores e os inimigos da luz e do progresso, que tudo esperam do passado e nada do futuro.

Sabemos distinguir a theoria da practica e medir a distancia que ás vezes existe entre o principio e a sua manifestação no viver dos povos. Mas, se as nossas idéas são verdadeiras, por que não devemos trabalhar para que taes doutrinas se observem e realizem cada vez mais? Ha muitas theorias e reformas, que não só se podem applicar, mas até é urgente que sejam practicadas. Pois devemos esquecer os bons principios, as melhores theorias, só porque hoje se não podem realizar todas?... Sonhamos, porque cremos na lei irresistivel do progresso indefinido, na perfectibilidade sempre crescente do genero humano e nestas aspirações ardentes das nossas almas. Muitos, que noutro tempo sonharam, se hoje existissem, veriam contentes que os seus sonhos eram realidade.

Chamaes-nos exaltados? Por que não demonstraes antes a falsidade das nossas doutrinas, a improcedencia da argumentação e o vicioso encadeamento dos nossos raciocinios?... Somos revolucionarios, mas não queremos o derramamento de san-

gue, nem as luctas fratricidas, nem os louros que se alcançam nos campos da batalha, galgando montões de cadaveres: somos revolucionarios, mas aos arsenaes oppomos a officina do artista e a casa da eschola; aos acampamentos, o campo do agricultor; aos exercitos permanentes, os terrenos incultos e as obras publicas; á voz da força oppomos a força do direito; aos instrumentos bellicos e mortiferos, os utensilios da officina e da lavoura; aos exercicios militares, as exposições industriaes; ás evoluções das esquadras e ás conquistas, a fraternidade das nações e o commercio. Somos revolucionarios nas idéas e na instrucção, pela palavra e raciocinio, com o trabalho, virtudes e exemplo.

Somos exaltados, porque buscamos a maior satisfação das pretensões da natureza humana e não queremos privilegios, nem falsas distincções; porque pugnamos pela emancipação de todas as *classes*, pelos direitos individuaes e soberania do povo, real e não sophismada; somos exaltados, porque detestamos a corrupção e o despotismo, seja politico, seja religioso, porque defendemos a egualdade e combatemos o nivelamento, o communismo, a demagogia, e procuramos remedio para a miseria e ignorancia, para a superstição grosseira e fanatismo estúpido; somos exaltados, porque só respeitamos as virtudes, a illustração, os merecimentos e o trabalho, realesas verdadeiras e não enganadoras.

O trabalho é a redempção do homem, lei indeclinavel, imperiosa e universal, fonte de todo o engrandecimento, causa das virtudes, alegria e riqueza, condição impreterivel no conseguimento do destino humano. É melhor sermos assim exaltados, que malbaratar a vida e as forças em defesa de instituições antiquadas, que a civilisação rejeita, porque são moldes acanhados e imperfeitos para as aspirações e desenvolvimento do seculo.

É certo que os nossos desejos e empenho nem em tudo serão realizados, mas a nossa cruzada ha de ter continuadores. Por mais prolongadas que sejam as luctas, por mais fortes que sejam as contrariedades, a verdade e a razão hão de triumphar. A ordem natural das cousas é mais poderosa que a resistencia illegitima dos homens. As leis e instituições que contrariam a natureza do homem não podem subsistir, por mais que se defendam. A mudança nos costumes publicos, nos habitos, nas idéas e organização social, se não se opéra durante a vida d'um homem, que é rapida e fugitiva, effectua-se no passar das gerações e no volver dos seculos. Não queremos o bem que se consegue de repente á custa de grandes e terriveis males.

A vida do genero humano é uma cadeia immensa que não tem soluções de continuidade. Uma hora na vida d'um homem é mais tempo que um seculo na existencia do mundo; porisso confiemos sempre. Pelo menos trabalhemos para o futuro como para nós trabalhara o passado, que, errando ou acertando, é sempre mestre e causa de progresso.

Não somos filhos ingratos para rejeitar o passado, ao qual devemos muito do que somos. Rejeitando o exemplo dos vandalos, não destruimos sem melhorar. Somos chegados a uma época de transformação. As novas idéas alargam todos os dias as suas conquistas. Infelizes aquelles que offerecerem o peito á torrente. Portugal deve mostrar, como sempre, que não é indifferente a estes movimentos, que tendem a melhorar a sorte das nações.

É urgente que nos dediquemos todos á causa de todos; é necessario que a firmeza da crença não seja abalada, nem o amor pervertido, nem a esperanza desvanecida, nem a virtude despresada.

O egoismo é a morte do bem-estar social.

A indifferença é a negação mais completa de todos os foros e prerogativas que adornam o ente racional e livre, e repugna com todos os principios, sentimentos e affectos que regem e determinam o homem, emanação e imagem de Deos sobre a terra. Queremos a regeneração do povo pelo povo, pedimos descentralisação, rejeitamos todas as tutelas e restricções desnecessarias e odiosas, que esmagam e atrophiam a actividade livre dos cidadãos. Na apresentação das nossas idéas hemos de respeitar sempre as pessoas, ligando-nos sómente aos principios, aos factos, ideas e instituições. Discutimos, não insultamos. Teremos para todos caridade e respeito; ás vezes severos, mas nunca injustos. Em presença de melhores provas não duvidamos modificar as nossas opiniões.

Aos adversarios, que se apresentarem em termos desconvenientes ou em campo inaceitavel, difficilmente responderemos. A nossa linguagem será clara e simples para que todos a entendam. Aceitamos coadjuvação de todos os homens que sympatisarem com as nossas idéas e nos queiram auxiliar. Resolutos e firmes, hemos de supportar qualquer adversidade.

Primeiro que tudo, e sempre, a verdade: d'este modo a Providencia ha de proteger e abençoar o nosso TRABALHO. *Custodio de Almeida.*

### Democracia e Demagogia

Estamos atravessando uma epocha de transformação social. Os velhos erros dissipam-se todos os dias; as verdades novas propagam-se por toda a parte.

Sobre as ruinas das antigas instituições levanta-se o edificio da democracia magestoso e forte, porque assenta sobre a justiça.

Os principios de liberdade, egualdade e fraternidade adquirem diariamente grande numero de adeptos, espalham-se entre as multidoes com a rapidez da electricidade; não ha intelligencia esclarecida que os não abraça, consciencia recta que os não approve, coração generoso que os não ame.

A bandeira da democracia é a bandeira da paz e da ordem; não da ordem estabelecida pelos despo-

tas sobre montões de cadaveres, mas fundada sobre a instrucção e moralidade do povo, sobre o cumprimento dos deveres civicos.

Emquanto não fór garantido o exercicio completo dos direitos individuaes, não pode haver paz na sociedade.

A oppressão provoca a resistencia; ás violencias e arbitrariedades dos governos correspondem mais tarde ou mais cedo as revoluções dos povos, que em ultimo recurso empregam a força para defender o seu direito.

Não venham os amigos do passado dizer-nos que a democracia nos conduz á desordem, á anarchia e á dissolução social, porque o verdadeiro governo democratico tem por principal fim garantir entre os cidadãos o respeito mutuo de todos os direitos.

Nós, os democratas sinceros, conhecemos bem a differença que ha entre liberdade e anarchia. A liberdade é a luz brilhante e benefica, a anarchia é incendio devastador e sinistro; a liberdade é a brisa que purifica a atmospheria social, a anarchia é a tempestade popular, que em um momento destróe tanto a planta parasita como a arvore fructifera, tanto a rosa como o cardo.

Nós, os democratas sinceros, distinguimos perfeitamente a egualdade do nivelamento. — A egualdade é o respeito dos direitos individuaes e o cumprimento dos deveres impostos pela sociedade, o nivelamento é a confusão d'esses direitos e deveres; a egualdade presta homenagem á virtude, ao talento e á sciencia, o nivelamento considera eguaes em tudo o virtuoso e o malfeitor, o genio e a mediocridade, o sabio e o ignorante, o heroismo e a degradação; a egualdade é a justiça, o nivelamento a maior das iniquidades.

Nós, os democratas sinceros, medimos emfim a distancia que ha entre o communismo e a fraternidade. — Esta é um sentimento espontaneo do coração, aquelle um systema artificial contrario ás tendencias da natureza humana; a fraternidade protege a desgraça, o communismo favorece a ociosidade; o communismo é a guerra geral e constante, a fraternidade é a paz universal e perpetua.

Quando os partidarios da monarchia nos pintarem no seu estylo lacrimoso e tetrico as calamidades e horrores da republica, exporemos ao povo com toda a franqueza o nosso programma politico e social, tornando-lhe bem saliente a differença entre os principios democraticos e os desvarios demagogicos. Liberdade, egualdade e fraternidade, eis a *democracia*; anarchia, nivelamento e communismo exprimem-se pela palavra — *demagogia*.

Os nossos adversarios, confundindo as ideias com os abusos, apresentando como consequencia das instituições republicanas o que apenas é resultado de circumstancias especiaes, recorrem ao argumento que lhes parece mais forte — os cadafalsos de 93, levantados pelos instinctos sanguinarios de Robespierre e de Marat.

Estudando-se porem a historia da grande revolução, ver-se-ha que ella foi generosa no seu principio. O povo francez proclama os direitos do homem, destróe a Bastilha, applica todos os seus esforços na regeneração da França, levantando-a do aviltamento a que a tinha levado o monarcha; e no meio do seu entusiasmo chega a saudar os seus oppressores, acreditando nos protestos de arrependimento com que se pretendia encobrir o odio ás novas ideias. O povo foi clemente com os seus antigos verdugos; quando porem conheceu que as palavras de affecto e os juramentos do rei eram um laço armado á sua boa fé, constituiu-se em juiz dos seus tyrannos, e a morte de Luiz xvi foi a expiação da longa serie de crimes da sua dynastia. Foi uma sentença cruel, porque a morte d'um homem inspira sempre horror; mas ninguem dirá que Luiz xvi era innocente, nem que a realza era immaculada de crimes.

A revolução estava ameaçada pela guerra estrangeira, pelas conspirações da côrte e da nobreza, pela opposição dos padres, que fanatisavam o povo dos campos: para se salvar teve de empregar meios energicos.

Se na revolução franceza houve excessos, que todas as almas bem formadas reprovam, foram elles em grande parte provocados pela reacção. Alem d'isso os excessos acompanham sempre todas as revoluções, quaesquer que sejam as ideias que proclamem. O fanatismo pela monarchia ou pela republica, pela religião ou pela liberdade leva os homens a exercer violencias cruéis e a praticar toda a qualidade de injustiças: é sempre funesto nos seus resultados. As instituições politicas não devem ser julgadas nas epochas de perturbação social; só podem ser apreciadas imparcialmente no estado normal da sociedade.

Nós não queremos combater a monarchia com os erros, com os abusos, com os crimes e com as atrocidades, que ella commetteu durante muitos seculos: seria isso muito facil; mas entendemos que qualquer systema ou instituição deve ser atacado no campo philosophico e só accidentalmente no historico. Não se condemna um principio, porque não tem sido bem comprehendido, ou porque os homens, imperfeitos e frageis por natureza, têm abusado na applicação d'elle. É este o procedimento dos homens que argumentam de boa fé em defeza das suas convicções; é assim que os republicanos sustentam os seus principios, empregando as armas da razão e da sciencia, fugindo da calumnia e do doesto. Somos severos na guerra que movemos contra o passado, mas respeitamos sempre os seus apologistas. Outro porém é o caminho seguido pelos amigos da reacção. Na boca d'estes religiosos e circumspectos varões os republicanos são homens sem crenças religiosas, inimigos da ordem e da prosperidade social, monstros sedentos de sangue. A republica, dizem elles, é a extincção da propriedade, a violação

do domicilio, a morte e a impiedade. Isto é completamente falso. A republica assegura a todas as religiões o livre exercicio do seu culto, porque a religião brota espontanea do coração. A republica chama todos os cidadãos ao exercicio da soberania por meio do suffragio universal directo. A republica proscree todos os privilegios fundados no nascimento ou na riqueza, e respeita unicamente o merito real da virtude e do talento. A republica reconhece a propriedade e garante a liberdade do trabalho. A republica acaba com os desperdicios e applica em melhoramentos uteis ao commercio e á agricultura as grandes sommas que nos governos monarchicos se dispendem nessas festas esplendidas, que tão notavelmente contrastam com a fome e nudez do proletario. A republica restitue á industria os milhares de braços que tão inutilmente lhe roubam os exercitos permanentes: funda-se a democracia nos principios da Philosophia do Direito e por isso não carece para se conservar de baionetas assalariadas; nos paizes livres os cidadãos mantêm o socego publico e sacrificam a sua vida no altar da patria no caso d'uma invasão estrangeira. A republica, emfim, proporcionando a todos a instrucção, inspira ao povo o sentimento da dignidade humana.

Para nós são sagrados os laços do sangue: amamos a familia como a escola em que recebemos as primeiras ideias; como o sanctuario aonde murmurámos a primeira prece, talvez a mais pura e fervorosa da nossa vida; como o ponto em que se encontram todos os affectos, como o remanso placido em que descansamos das fadigas diarias, e alliviamos o espirito do peso dos desgostos e desilusãoes inherentes á vida publica.

É esta a nossa democracia, muito differente da demagogia desvairada e do despotismo das massas, estúpido e feroz como o dos tyrannos. A verdadeira democracia é a unica forma de governo, que, segundo a nossa opinião, pode trazer remedio aos males, que hoje affligem a sociedade.

É preciso que estas verdades tenham entre nós apóstolos, como os têm na Hespanha, França e Italia; se não tão illustres, ao menos tão dedicados e entusiastas.

Se no parlamento portuguez não apparecem oradores como Julio Simon, Pelletan e Fabre, que opponham ás aberrações dos governos os salutaes principios democraticos; se nas nossas côrtes se não levanta uma voz, que advogue com a força do raciocinio e com o brilhantismo da palavra as ideias republicanas, como o faz nas constituintes hespanholas o sympathico e distincto orador Castelar, a mocidade felizmente tambem entre nós occupa o logar que lhe pertence na vanguarda da civilisação, e trabalha com ardor para que o nosso paiz tome parte na revolução social, que se vai operando na velha Europa.

A todos os nossos concidadãos, que tomam in-

teresse pelas coisas publicas, apresentamos estas reflexões suggeridas pela perspectiva pouco lisongeira que nos apresenta o futuro da nossa nacionalidade.

Em tudo o que escrevemos, procurámos guiarnos pela luz da philosophia, animados pelo amor da patria e pela fé no progresso da humanidade.

Apresentámos resumidamente a doutrina democratica, em toda a sua pureza, como a comprehendemos; em artigos subsequentes falaremos dos diversos inimigos da causa popular, debellando-os segundo os nossos recursos o permittirem.

Caminharemos com firmeza pela senda que nos parece da justiça e da verdade, escudados pela força das crenças e sinceridade das intenções.

*Fernando Chrysostomo.*

### **A realeza em frente da razão**

A realeza em frente da razão! Mas a realeza é a propria razão, erguendo-se como o sol acima de todas as almas, e fazendo estremecer como o magnetismo a fibra de todos os coraçãoes!

A realeza é a verdade e a justiça, que se levantam acima de cada organização, como a estrella acima das ondas do mar; e que planam acima do lodo social, sem manchar de leve a sua clamyde impolluta.

A realeza era a voz de Demosthenes, fazendo estremecer no throno o raptor das liberdades da Grecia.

A realeza era a palavra de S. Paulo, fulminando nas praças de Athenas o vicio e a idolatria.

A realeza era o nome de Raphael, atrahindo a Roma os artistas mais celebres do seu tempo, para se aquentarem ao sol d'aquelle grande genio.

A realeza estava na frente de Beethoven, que já em 1790 deslumbrava o proprio Mozart com o prestigio do seu talento.

A realeza era o cajado de Homero, desviando dos abysmos o maior astro da epopeia.

A realeza estava em Miguel Angelo, o genio da estatuaria e da pintura, que soube imprimir no marmore e na tela a vida e o sentimento.

A realeza está em tudo o que é grande, eterno e sublime por si mesmo; nas leis eternas e necessarias, que Deus implantou no coração de todos os homens; emfim, no talento e na virtude, na justiça e na verdade.

Não é porem esta a realeza de que temos de falar; e ainda bem!

Ainda bem; porque o talento e a virtude não podem combater-se, nem precisam de campeões, que os defendam: a sua força está no progresso que representam.

Ainda bem; porque desgraçados de nós, se o fogo dos vinte annos tivesse de escudar os astros que têm vencido as trevas do barbarismo, e que de-

vem cumprir a sua missão, sem precisarem de incenso nem de rhapsodias!

Desgraçados de nós, se fosse preciso balancear o thuribulo em frente d'aquella luz purissima, que deve, como a lampada celeste, estar continuamente acesa deante da humanidade!

O talento e a virtude são a unica realeza verdadeira; mas porisso mesmo realeza essencialmente democratica: não precisam de cortezãos que os venham adular, nem temem os aulicos conspirando nas trevas.

A realeza, que vamos estudar em frente da philosophia, é outra. Em lugar do genio que deslumbra como o sol, em lugar da virtude que sanctifica como a hostia, ha na frente d'esta realeza o sangue do seu passado de despotismo. Em lugar dos louros da civilisação ou do ramo de oliveira da paz productiva e creadora, estão sobre o estrado do seu throno as algemas de tantos seculos de escravidão, e quando muito a bandeira de sangue do campo das batalhas.

Não se funda no merecimento ou no trabalho: funda-se no berço onde se embalou, na familia que descende d'outra e d'outra, até entroncar-se talvez... no primeiro despota da humanidade.

A realeza do talento e da virtude tem medrado no orvalho benefico das crenças entusiastas e das aspirações elevadas; a realeza da monarchia, pelo contrario, tem-se regado dos prantos das gerações e nutrido das victimas da liberdade.

Mas a realeza, ou seja a luz ou as trevas, ou o principio do bem ou o principio do mal, não pode ser sentenciada sem processo: formar este processo é o nosso intento. Seja permittido ao fogo da mocidade entoar neste canto do mundo a Marselheza contra esse espectro do direito divino, que se ergue ainda como o phantasma do obscurantismo no seculo das luzes e da civilisação.

Digamos porem, antes de tudo, que nem levemente nos passa pela ideia cuspir qualquer affronta sobre a corôa de algum monarcha: planamos no campo dos principios, sem nos importarmos, como a aguia, dos accidentes do solo.

As circumstancias podem ainda hoje, e por algum tempo mais, pedir a monarchia; mas prégar a republica não é ser demagogo nem destruidor: é pelo contrario apostolisar a justiça e a verdade.

## I

Digamos primeiramente duas palavras sobre as phases principaes por que tem passado a realeza; revolvamos as ruinas e destroços sobre que estão assentados os seus thronos, para podermos cantar-lhe a legênda do preterito ou entoar-lhe a elegia do porvir.

Não indagaremos porem da prioridade historica da republica ou monarchia. Embora os Indios, no dizer de Voltaire, tenham yolvido e revolvido as hypotheses d'esta questão quasi insolúvel, como to-

das aquellas que se perdem na noite dos tempos, para nós uma data pouco valor tem para julgar qualquer instituição.

Não cuidaremos tambem das transformações exteriores que tem soffrido a monarchia: pouco importa o involucro, quando permanece o mesmo corpo ou a mesma ideia.

Nada vale com effeito para o nosso intento saber que a primeira alteração na forma, que soffreu a monarchia, foi a suppressão da hereditariedade em Israel pelo estabelecimento dos juizes; que quatro seculos depois a monarchia de Athenas, hereditaria até então como todas as outras da Grecia, foi pela sua vez alterada pela criação do archontado perpetuo; que duzentos annos mais tarde Lycurgo submetteu a realeza de Athenas á syndicancia d'um senado de vinte e oito gerontes; que um seculo depois os archontes foram reduzidos a governadores decennaes; que na mesma epocha em que expirava em Athenas o archontado perpetuo, era esta forma de governo introduzida em Roma sob o nome de realeza; emfim mil outros factos, que pouco ou nada influem na ideia da entidade que estamos apreciando.

O que pretendemos, e basta saber, são as transfigurações salientes e principaes, que marcam, como as camadas geologicas, as grandes phases da realeza.

Essas grandes phases podemos reduzil-as a tres:

Na primeira, comprehendendo os governos dos tempos primitivos até os ultimos tempos do imperio romano, a realeza apparece-nos não como forma realizando um direito social, mas como o proprio direito ou, segundo diz, Henrique Baudrilart, como a lei viva, como o propria personificação do Estado.

A segunda, que vai desde os ultimos tempos do imperio romano até á revolução franceza, apresenta a realeza já como realisadora d'um principio superior: é com pequenas intercallações o periodo do direito divino.

Na terceira emfim, que data da revolução franceza até os nossos dias, a realeza tem sido forçada a reconhecer o grande principio da soberania popular, embora reaja contra elle a cada instante.

Examinaremos a leves traços cada uma destas phases.

(Continúa). *Adriano Anthero.*

## Os missionarios

São as ideias que governam o mundo, porque são ellas que regem o homem.

As grandes transformações sociaes, que marcam ás edades na vida dos povos, são sempre o resultado d'este poder fecundo, e a ellas corresponde necessariamente uma revolução consideravel no dominio interior do individuo. O abalo, que teve lugar

na França ao finar-se o seculo passado, foi a consequencia dos esforços da philosophia para extirpar os antigos erros. Se os sceptros se abatiam á voz dos soldados de 89, é porque as ideias que os animavam, se iam desenvolvendo e communicando ás massas, até alli eivadas de uma inacção fatal; se os povos se agitavam enthusiasmos ao ouvir o canto da Marselheza, é porque esse canto era o hymno dos seus direitos, por tão longo tempo desconhecidos e tyrannisados!

Não ha povo que não desperte ao contacto d'este fogo eterno de Prometheu! Os pagãos deixaram os idolos pela doutrina de Christo. Insufflai no povo inerte do Oriente uma ideia nova, e vereis esse cadaver levantar-se como galvanizado, e rasgar as dobras da mortalha da ignorancia para saudar o novo dia.

Tal é a influencia poderosa da ideia. É pois natural que todos os poderes, que pretendem dirigir a sociedade, se esforcem por ensinar uma doutrina, que lhes assegure a obediencia dos povos. Com effeito, se a historia nos faz ver o elemento material da força, representando algumas vezes um papel importante no destino das sociedades, é certo que, ainda neste caso, a força pretendia basear-se em alguma cousa superior. «Le plus fort n'est jamais assez fort pour être toujours le maitre, s'il ne transforme sa force en droit et l'obeissance en devoir», dizia o illustre philosopho de Genebra. Os fundadores das antigas sociedades reconheciam já a existencia de um elemento, que actuava no homem com mais energia do que o braço potente do tyranno: assim vêmos alguns recorrerem ao maravilhoso e á inspiração sobrenatural para implantarem as suas instituições.

A dominação theocratica dos Gregorios, e dos Innocencios procurou legitimar-se no pretendido direito sobre todos os povos; e o poder odioso da monarchia absoluta escondia-se por detrás da mascara da *sciencia certa* e da *alta soberania* recebida immediatamente de Deus.

Qualquer d'estes dois systemas teve por defensores dedicados campeões, como attestam o livro de Joseph de Maistre e a *Politica tirada da Escriptura* de Bossuet. Qualquer d'elles tem ainda hoje os seus representantes, embora a sua existencia seja uma ironia viva deante da illustração do seculo.

Reservamos para outra occasião tractar das causas, que fazem com que estas duas potencias rivaes, entre as quaes se pelejaram as mais sanguinolentas pugnas, pareçam hoje andar unidas, pelo menos aparentemente, sem embargo da opposição dos seus principios.

Agora occupar-nos-hemos sómente dos prégadores das doutrinas ultramontanas. Não é dos Peltier, nem dos Veillot, que vamos fallar: não são tão illustres os nossos heroes, mas são decerto mais perigosos, porque se dirigem aos fracos e aos simples. Também não temos o intento de traçar aqui a historia dos missionarios e da organização d'esta mi-

licia sagrada desde a fundação da Propaganda por Gregorio xv em 1662, nem de outras associações da mesma ordem, taes como a sociedade dos padres da missão fundada em França no seculo xvii, cujos membros são hoje conhecidos pelo nome de Lazaristas. O que nós queremos é prevenir o povo portuguez contra as insinuações d'estes prégadores da falsa ideia.

E não se julgue que vimos aqui aconselhar a perseguição: respeitamos a liberdade de consciencia como um sanctuario, que não deve ser profanado, e porisso queremos a sua manifestação debaixo de todas as formas; amigos intrepidos da liberdade, combateremos sempre a intolerancia em si, seja qual fór a doutrina a que ella se prenda. Mas é dever de todos os que têm amor aos principios, de todos os que amam a paz e a ordem, sem as quaes é impossivel o progresso, mostrar que os que se dizem apóstolos da sublime ideia do Christo, esqueceram a sua missão para curarem dos seus interesses, e resuscitarem um passado que é o maior dos anachronismos.

Os nossos prégadores citam com frequencia as conhecidas palavras de Christo: «ide e ensinai». É verdade; mas Christo queria que ensinassem a sua doutrina.

Mas a doutrina de Christo é a egualdade, e vós prégais o privilegio odioso, e sobre elle pretendeis construir o edificio social; mas a doutrina de Christo é a liberdade, e vós pretendeis matal-a na sua origem —, a consciencia, e forjar as cadeias d'uma escravidão eterna; mas a doutrina de Christo é a fraternidade universal, e vós prégais a intolerancia, e quereis renovar os horrores das cruzadas albigenes, das dragonadas, e resuscitar esse monstro abominavel da Inquisição com todo o seu apparatus funebre, que um povo regenerado fez em pedaços.

Ides ter com o povo, que rega a terra com suor para vos sustentar, e em vez do conforto moral encheis-lhe a alma de terrores apocalypticos, e fanatisais o seu espirito. Em vez da caridade evangelica tirais-lhe por meio de escrupulos religiosos o mingado fructo dos seus labores. É a simonia levada ao ultimo ponto! Profanais o sanctuario da familia, calcais aos pés os seus direitos, e quebrais com mão sacrilega os laços sagrados de seus membros.

Podia citar exemplos bem recentes, mas prefiro não sair da generalidade.

Eis em resumo a obra dos semeadores do catholicismo.

Sabemos que ainda ha caracteres honrados, que andam de boa fé: esses respeitamol-os; mas, em todo o caso, a intenção pode desculpar o homem e não a doutrina.

Povo portuguez! não te deixes illudir; é preciso que estejas sempre em guarda para repellir o inimigo da tua liberdade.

Eu bem sei que alguém diz: Não devemos re-  
ceiar, que as mumias que repousam nas pyramides

do Egypto, venham ainda estabelecer-se entre nós: a esses lembrarei as palavras de J. Simon: «Il ne faut jamais dire: La destruction de la liberté est impossible. C'est pour l'avoir trop dit et pour l'avoir trop cru que plus d'un peuple libre est tombé dans la servitude.»

O padre pela sua importante missão pode contribuir muito para o bem da sociedade, como pode causar-lhe grandes males. O pulpito e o confessorio podem ser a vida ou a morte da intelligencia e do coração.

Missionarios, se o vosso zelo é tão fervoroso, porque não ides levar a luz do evangelho á Asia e á Africa, onde é mais necessaria que em Portugal? Deus havia de compensar bem o vosso trabalho.

Manuel Joaquim Massa.

### Politica externa

Para melhor desempenharmos a tarefa, que nos impozemos, de pôr os leitores ao corrente do movimento politico da Europa, é conveniente dizer hoje duas palavras sobre a situação dos estados que principalmente representam o grande drama da actualidade, cujo desenlace ninguem ao certo pôde prever, apesar de se fazerem muitos e variados vaticinios, segundo as idéas e os sentimentos que inspiram as sibyllas politicas.

Comecemos pelo protagonista, que é sem questão a França, bem que peze ao orgulho britanico e ao recente engradecimento da Prussia.

A França occupa o primeiro lugar entre as nações; grangearam-lhe a supremacia os philosophos do seculo passado, confirmaram-na os heroes da revolução, attestaram-na ao mundo os republicanos de 48. O commercio produz a riqueza, as conquistas podem augmentar o territorio; mas sómente as idéas elevam um povo. O mercantilismo transforma o homem numa machina de calculos, com o estrepito dos canhões misturam-se os gemidos da viuva e do orfão; mas a voz da sciencia é harmoniosa e grave, e exerce uma influencia salutar sobre os destinos da humanidade. A força das idéas converte os homens em heroes e os pygmeos em gigantes.

Os mais bellos dias da revolução, as incriveis victorias do imperio, deve-as a França ás doutrinas dos encyclopedistas.

Durante o longo periodo de dezoito annos, em que a França parece ter-se esquecido da sua antiga gloria, tem ella merecido ainda a sympathia das almas generosas, que lamentam ver o antigo templo da liberdade convertido em baluarte do despotismo. E que os arrojos de Victor Hugo deslumbram os espiritos, como a luz do sol offusca a vista; é que a poesia suave e melancolica de Lamartine enleva os corações, como a melodia prende os ouvidos; é que a França, finalmente, conta muitos escriptores distinctos, que espalham pelo mundo as suas idéas nos livros e jornaes.

O povo francez parece acordar do seu longo somno á voz de seus philosophos e oradores; e, olhando em volta de si, vê os outros povos seguindo o caminho da liberdade, emquanto elle supporta o governo pessoal de Napoleão III. A opinião publica agita-se, e a sua voz faz-se ouvir nas Tulherias, obrigando o imperador a despedir os ministros, que unicamente tinham sido executores da sua politica centralisadora.

Subiu ao poder o ministerio de dois de Janeiro, que se diz amigo do progresso e da liberdade, até ao ponto em que forem compatíveis com a dynastia napoleonica.

Julgará o sr. Ollivier que pode assignar limites á civilisação? A sua eloquencia parlamentar e o seu tacto politico poderão conjurar a tempestade, que parece imminente? Contentar-se-ão os francezes com o simulacro de governo parlamentar e com as liberdades timidas e acanhadas, que lhes offerece o ministerio Ollivier-Daru, ou será o liberalismo bonapartista do ministro da justiça recebido com um sorriso de duvida? Quem sabe se ás reformas e concessões do imperador o povo responderá como em outras epochas analogas: já é tarde? Quem sabe se ás pugnas incruentas da imprensa e da palavra succederão outras luctas menos legaes? Quem sabe se os revêzes da urna serão o prologo d'uma derrota mais funesta? *L'avenir n'est à personne.*

Passando os Alpes sem termos que vencer as difficuldades com que luctou Annibal, encontramos o governo de Victor Manuel a braços com a crise financeira, mal que afflige quasi todas as nações, mas que na Italia assume um aspecto grave pela complicação com outras enfermidades sociaes, que torturam aquelle bello e até hoje malfadado paiz.

Sem fallar nas conspirações bourbonicas, que apparecem com pequenas intermittencias, notaremos que a popularidade do rei *galantuomo* tem diminuido consideravelmente, porque os italianos conhecem que a prosperidade da Italia depende d'um governo energico e ousado sem deixar de ser prudente. A grande obra da unidade italiana, que tem custado tanto sangue e tão heroicos sacrificios, acha-se incompleta: falta a cupula do edificio. Como as bayonetas francezas são o unico obstaculo que se oppõe á realisação d'esta generosa aspiração d'um povo, que deseja transpôr o apertado circulo de ferro, em que o esmaga a theocracia, os patriotas não vêem com bons olhos a subserviencia do gabinete de Florença a politica retrograda do gabinete de Paris. A influencia de Napoleão nos destinos da Italia é funesta, como o foi a sua interferencia nos negocios do Mexico.

Em Roma continúa o concilio celebrando as suas sessões; mas não é dado aos profanos saber o que se passa naquella assembléa apostolica. Correm noticias encontradas, espalham-se boatos contradictorios; mas não se sabe nada de positivo ácerca dos trabalhos conciliares, porque os padres juraram guardar inviolavel segredo. Esperemos pois pelos novos dogmas, para formar o nosso juizo seguro e imparcial sobre o concilio do Vaticano.

Se as doutrinas do synodo forem conformes ao espirito de progresso e liberdade, que domina as sociedades modernas, serão recebidas com enthusiasmo pelos catholicos; se contrarios, a civilisação não suspenderá a sua marcha, apesar dos anathemas da reacção. O Pontifice parece desconhecer esta verdade, pois que já apresentou ao concilio o *schema* da infallibilidade. Todos sabem a grande opposição que se levantou contra este novo dogma, á frente da qual se collocou o illustrado bispo d'Orleans, que tem sempre defendido o catholicismo e até os interesses da curia romana. É que proclamar como dogma a infallibilidade do papa equivale a reduzir os bispos, que se consideram successores dos apóstolos, á condição de meros delegados do pontifice por isso os prelados francezes, orientaes e americanos reagem contra um dogma, que inauguraria na Egraja um despotismo superior a quantos existem ou tem existido no mundo. Diz-se que a França quer aproveitar-se do seu direito de enviar um representante ao concilio. Não descobrimos as vastagens da ingerencia dos governos nos assumptos ecclesiasticos. A Egreja pôde elevar á cathogoria do dogma a infallibilidade do papa, o poder temporal, e até a necessidade da inqui-

sição; a humanidade pôde igualmente seguir caminho diverso daquelle que lhe indica o chefe do catholicismo, demonstrando-lhe mais uma vez com a logica irresistivel dos factos que fóra do Vaticano tambem pôde haver salvação. Se a Igreja se collocar em aberta opposição com a democracia, e portanto com a moral evangelica, perfilhando os principios da encyclica e do syllabus, será irremediavel a sua ruina. Aos ultramontanos, que sonham com a theocracia universal e almejam pelos tempos de Gregorio 7.º, podem applicar-se as palavras do Dante: «*Lasciate ogni speranza.*»

Da peninsula itálica passemos á iberica.

Composições carlistas, divergencias entre radicaes e unionistas na escolha do rei e nas questões de administração, projectos de restauração da antiga dynastia, esforços de Montpensier para cingir a corôa de S. Fernando, eis os assumptos que constituem a ordem do dia na Hespanha e absorvem toda a attenção do governo, fazendo-lhe esquecer um objecto mais grave — a miseria publica crescendo a olhos vistos. Nem o governo, nem a sua maioria mostram ter comprehendido a solemnidade do momento e a tremenda responsabilidade, que sobre elles pesa se não realisarem o programma regenerador da revolução de setembro. A politica de Hespanha resume-se desde muito na *interinidade definitiva*, permittam-nos o paradoxo, que é verdadeiro. O governo não tem feito mais do que mendigar um rei pelas côrtes da Europa, recebendo em toda a parte repulsas ignominiosas para uma nação gloriosa e magnanima, como é a Hespanha. A restauração do passado com D. Carlos, com D. Isabel ou D. Affonso de Bourbon, é impossivel, porque os principios que representam não podem conciliar-se com as ideas e tendencias progressistas do nosso seculo.

As monarchias, como disse o eloquente tribuno Emilio Castelar, não se improvisam: por isso não pode sentar-se no throno hespanhol o duque de Montpensier. O povo nunca quererá coñho rei o homem que não accetou para deputado: se a candidatura impopular lhe fosse imposta por alguns generaes, os horrores da guerra civil seriam a consequencia necessaria de tal desvario. A candidatura de Montpensier tornou-se impossivel depois do duelo em que ficou morto seu primo D. Henrique de Bourbon. Se a Hespanha escolhesse para rei um homem manchado com o sangue dos seus proximos parentes rasgava todos os titulos de gloria que a ennobrecem e lhe dão um logar distincto entre as nações civilizadas.

O futuro pertence pois ao partido republicano federal. Continuem os srs. Castelar, Figueras e Orense na sua cruzada sublime, e não tardará muito que o brioso povo hespanhol possa, no gozo das vantagens que a democracia oferece, dizer com Espronceda: *Es mi dios la libertad.*

Fallando das nações germanicas, registamos em primeiro logar a manifestação do parlamento da Prussia favoravel á extincção da pena de morte, não obstante o discurso do conde de Bismark, que a sustentava. Depois das palavras a que a sustentava. Dizem os jornaes de Berlim que o partido progressista tenciona apesentar brevemente ao Reichstag uma proposta de desarmamento á qual o chanceller prussiano se opporá, porque a julga contraria á gloria militar da Prussia. Ha porem uma gloria muito superior, qual é a de dar á Europa um exemplo de moderação e d'amor pela paz. O partido progressista ganha terreno em Berlim, porque a Allemanha, que tem sido a primeira na philosophia, deseja caminhar a par das outras nações na politica.

A Austria, vendo rasgados os tratados de 1815, e convencida por experiencia de que a politica do principe de Metternich está atrazada meio seculo, inaugurou um sistema novo, mais adaptado ás exigencias da epocha. Foi tardio o arrependimento, mas parece sincero: oxalá que

ainda lhe aproveite. Para cohibir as immoderadas ambições da Prussia procura mr. de Beust fortalecer-se com a alliança franceza, que dizem ser já um factio consummado. Pela sua parte o rei Guilherme não se esquece de estreitar cada vez mais as suas relações com a Russia.

Esta potencia continúa sendo o que tem sido sempre — a terra classica da tyrannia.

Mais um triumpho alcançado pela liberdade religiosa sobre a intolerancia.

Na Suecia todo o cidadão, seja qual for a sua religião, poderá ser membro da representação nacional.

Ainda que não seja senão por cumprir um dever de delicadeza, devemos fazer uma visita á nossa antiga e fiel alliada, a Inglaterra.

O governo inglez não se preocupa actualmente com os negocios exteriores: empenha-se em promover a prosperidade da Irlanda, para d'este modo conseguir a pacificação d'esta ilha. Os irlandezes porem estão pouco dispostos a reconhecer o alcance das medidas salvadoras de mr. Gladstone, pois que as agitações fenianas não cessaram ainda. É tão grande o resentimento da Irlanda, que não acredita que lhe possa vir algum beneficio dos seus oppressores. Quando a Inglaterra, para conter a effervescencia dos irlandezes, lhes promete pomposas reformas, que traão um futuro de prosperidades, respondem elles como Hamlet: «*Words, words, words.*»

Não podemos, como democratras, fechar esta revista sem uma saudação entusiastica á patria de Washington e de Lincoln.

Os Estados Unidos continuam a servir de modelo ás nações do velho continente, offerecendo-lhes surprehendedentes exemplos de moralidade e patriotismo. Alli é que se comprehende e executa a verdadeira democracia. Não ha muito tempo que um negro foi eleito para senador, o filho do general Grant, presidente da republica, exerce um emprego modesto na repartição dos correios. No paiz da egualdade, aonde unicamente se respeita a virtude e o merito, todos os cidadãos procuram tornar-se recomendaveis pelas suas qualidades; entre nós os pergaminhos carcomidos e as fitas devidas á *munificencia regia* substituem muitas vezes a viatude, a sciencia, o trabalho e a honra. A compção esconde-se atraz do luxo e da ostentação; a virtude apresenta-se-nos sempre bella na sua simplicidade e modestia.

Os Estados Unidos na America e a Suissa na Europa são argumentos vivos, que demonstram a excellencia da republica federativa.

*Fernando Chrysostomo.*

---

### Assigna-se para este jornal.

Coimbra — Livraria Academica de J. Melchiades, rua da Calçada.

Lisboa — Campos Junior, rua Augusta, n.ºs 77 a 81.

Porto — Livraria Internacional de E. Chardron, aos Clerigos.

### Preço da assignatura por trimestre

Em Coimbra..... 600 | Fóra de Coimbra.. 700

Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á *Redacção do Trabalho*, Couraça dos Apostolos, n.º 39.

---

Responsavel — M. E. GARCIA.

---

IMPRESA DA UNIVRRSIDADE.

# O TRABALHO

SEMENARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 24 de Março

N.º 2

## O pauperismo

### I

Esmola ou justiça? Immoralidade ou trabalho?

Defensores estrenuos da liberdade, advogados sinceros na causa legitima do povo, pleiteamos em favor dos que trabalham; mas não devemos por isso mesmo esquecer os que luctam com a desgraça, os que soffrem escravos do infortunio, e a toda hora e a todo instante clamam e bradam por um poder superior que os liberte, por mão generosa que os arranque ao estado ignominioso e afflictivo, a esse martyrio social a que a sorte, determinada por circumstancias mil, parece ter querido condemnal-os perpetuamente.

Esse poder superior é, e só pode ser — a *justiça*; essa mão generosa — a *fraternidade social*, a *mutualidade reciproca na associação economica*.

Vamos pois dirigir e fixar a nossa attenção, a razão, a consciencia, e o sentimento, ouvindo a historia, para uma das chagas, mais profundas e mais dolorosas das sociedades; tão antiga como a humanidade, de que parece ser congenita; velha como o mundo, do qual a tradição diz ser coeva!

Vamos fallar da indigencia, da miseria, do proletariado, do pauperismo, que tem o mal varios nomes e multiplicados formas, com seu funebre cortejo de debilidade e fraqueza, enfermidade e abandono, desprezo e abjecção, fome e nudez, e, não raras vezes, vicios repugnantes e crimes espantosos!

A historia do pauperismo é um poema eterno de lagrimas; uma elegia de soffrimentos; um drama de horrores assombrosos! Escripto em todas as linguas, representa-se em todas as partes do mundo, e a este melancolico e tragico espectáculo assistem inquietos, profundamente magoados e receiosos, todos os povos da terra!

Neste *ramayanna* doloroso, nesta *illyada* de soffrimentos heroicos todas as nações têm uma estrophe sentida, uma pagina luctuosa nesta legenda perpetua de seculos.

Aqui os homens de todas as raças e de todas as cores; todos os legisladores do mundo e o proprio legislador do céu; todas as guerras de sangue e todas as luctas de ideias; a religião, a moral a po-

litica, o direito, a sciencia economica; todos os pensadores e todos os systemas; a tradição e a atupia; aqui a verdade e o erro, o preconceito e o bom senso; absolutistas, theocratas, constitucionaes — representativos, republicanos, socialistas, communistas, individualistas, conservadores e revolucionarios; aqui os crentes de todas as religiões, Moysés e Confucio, o Evangelho e o Koran, Gregorio vii e Luthero, Pio ix e Victor Hugo.... neste campo desolador e sombrio os maiores inimigos confraternizam, depõem as armas, pactuam treguas, para se darem o abraço de irmãos e reunirem esforços, como quem procura salvar-se em perigosissimo lance ou minorar dores e consolar magoas communs.

Todos querem vencer o mal que é gigante, todos querem aniquilar o inimigo, que parece invencivel, e para subjugar o qual têm sido impotentes os esforços de toda a humanidade em todos os seculos!

No meio de tantos lidadores hypocritas ou generosos, andam illudidos aquelles que julgam conjurar o mal, ou sahir victoriosos, só com as armas fornecidas pela moral ou ajudados pela religião.

A victoria, se é possivel, está reservada aquelles e sómente aquelles que appellam para o direito e recorrem ás inspirações, aos principios, ás leis e aos meios, que a sciencia economica insinua, indica e formúla.

A *esmola*, a *caridade* individual e collectiva, como por ahi a praticam, alimenta, anima e favorece o pauperismo; a *mendicidade* já de ha muito que é uma industria deshonorosa e improductiva, garantida e até protegida pelas leis e pelos poderes publicos; o *asylo* é um calculo, em que é sacrificada a dignidade humana, e essa para muitos pouco ou nada vale; o *asylo* é um refugio traiçoeiro, onde sob os andrajos da miseria e de envolta com a enfermidade e com o desamparo, se acoita o vicio e a indolencia, a preguiça e o crime; o *asylo*, de todas as especies e cathogorias, debaixo de todas as formas, é uma instituição hypocrita, immoral, injusta, não só inutil, mas prejudicial e, ás vezes, uma especulação lucrativa, quasi sempre um bem apparente, uma forma sem realidade.

A *religião*, trahindo as suas por certo generosas e puras intenções, ou antes mal comprehendida nos

seus principios e maximas pelos homens, aconselha, protege, arreiga o pauperismo; exalta-o, divinisa-o, chega a formar d'elle uma virtude, um dom do espirito santo; — a pobreza voluntaria é a suprema apothose christã! A *egreja* pinta nos retabulos dos seus templos, apresenta-nos por toda a parte o Fundador da religião sancta rodeado de pobres e de creanças, como se entre o berço e o tumulo houvesse uma condição unica para ganhar o céu — a pobreza e o soffrimento; uma só lucta — a dos impulsos da natureza, das paixões, das necessidades mais imperiosas do corpo e da alma com a maior das virtudes — a abnegação; para a *egreja* ha só um meio unico e legitimo de conquistar a bemaventurança — o desprendimento das cousas do mundo; — um sacrificio, e chama-se *martyrio*!<sup>1</sup>

A *caridade*, a *beneficencia*, que em religião e moral deviam significar amor desinteressado, acto espontaneo da consciencia, incondicional e puro, significam hoje, como sempre, por uma aberração da fé e do espirito christão e por uma perversão do elemento e da ideia moral — a *esmola* — as mais das vezes egoista e por ostentação de quem a dá, e sempre aviltante e insufficiente para os que, humilhando-se, a recebem; que não ha geralmente abnegação naquelles, nestes resignação.

A *philantropia* philosophica tem os mesmos defeitos e inconvenientes; debalde lucta; ou não consegue o almejado fim, ou impotente para vencer o mal, convicta da sua inefficacia, cedendo á propria fraqueza, appella para o socialismo despotico ou para o communismo anarchico; desponha-se em um abysmo.

A *justiça* repelle a esmola sem a condemnar; regeita-a, mas não a prohibe, quando intencionalmente pura.

A *economia* acata a esmola, quando expressão de um elevado sentimento de amor fraterno; mas trabalha sem treguas para dispensal-a um dia, ajudando a lei a convertel-a em acto de justiça reciproca e mutua, a substituil-a por um direito. É esta a sua plena justificação social e scientifica perante a humanidade, da qual bem se pode declarar benemerita.

Não chamemos portanto á solução do problema a moral e a religião, cousas sanctas, e tão sanctas, que nem sempre é bom tocar-lhes; uma e outra têm a sua séde na consciencia e no coração, dominam ambas pela fé e pelo sentimento. Olhemos a questão, que é, primeiro que tudo, juridica e economica á luz dos principios do *direito* e de *economia politica*. O

<sup>1</sup> Ha na instituição christã um não sei que de melancolico e sombrio, uma tristeza mystica e sublime a denunciar — que o martyrio inaudito do Golgotha exerceu mais uma dolorosa influencia nos espiritos, do que a redempção espargio luz e derramou alegria nos corações e nas almas: a vida attribulada e occulta nas catacumbas, a pobreza, o terror, o susto, o martyrio que atormentaram os primeiros christãos perseguidos pelo imperio, teve uma acção poderosissima sobre o catholicismo, nas suas formas, instituições e ritos.

pauperismo alimenta-se de dous erros, que são ao mesmo tempo os maiores vicios, que dominam e corrompem a organização das sociedades antigas e modernas, causa e motor dos maiores crimes — falta de liberdade individual, — desigualdade nas condições da vida social em todas as suas manifestações. Despedaçar as mil algemas, que agrilhoam a razão, a consciencia e a vontade individual e collocar todos os homens em um mesmo nivel politico, civil e economico — eis o grande problema proposto pela natureza e legado pela historia.

Fallando da miseria não nos referimos sómente áquelles que não têm pão para matar a fome, vestido para cubrir a nudez do corpo, tecto para se abrigarem dos rigores do tempo.

Nem nos referimos sómente aos desamparados e enfermos, ao orphão, á viuva, ao velho, ao desvalido, ao cego, ao paralytico.

Miseraveis são — os ignorantes, famintos de instrução.

Miseraveis são — os que têm a alma nua de sentimentos generosos e de ideias elevadas e fecundas.

Miseraveis são — todos aquelles a quem a sociedade não reconhece direitos e arroja *moralmente* do seu seio, como entes baixos e despreziveis, ou amaldiçoada como leprozos.

Miseraveis são tambem — os que padecem de vicios e crimes tradicionaes, herdados e transmittidos de geração em geração, e que a propria sociedade inocula e alimenta no seu morbido contacto.

Miseraveis são — os cegos da intelligencia e orphãos do sentimento do justo, que não têm no espirito luz, que lhe reflecta no espelho da consciencia e mostre a imagem, ao menos, da sua dignidade pessoal.

Miseraveis e paralyticos — são todos aquelles a quem as leis e os poderes publicos sequestraram a liberdade e tolheram a palavra e o movimento, e que não têm acção alguma na vida politica, civil e economica, nem influencia sequer na direcção moral da sociedade; aquelles a quem, por uma ironia pungente, por um sacasmo atroz, as leis politicas chamam — cidadãos passivos, as leis civis — interdictos e incapazes, e as economicas, — parias, jornaleiros assalariados, vis instrumentos do trabalho ou machinas humanas, empregadas em proveito alheio.

A lista dos infelizes é immensa, numerosos os filhos da desgraça, muitos os desherdados pela lei e espoliados em nome de uma falsa justiça social e de uma hypocrita moralidade.

Discipulos da escola mutualista de 1848, ao entrar neste difficil e espinhoso trabalho, que por ser virtude não deixa de ser arrojo, tomamos por gloriosa divisa a formula escripta no celebre manifesto dos sessenta e que Proudhon explicou ao povo, do qual foi sempre defensor e amigo: «Nous repoussons l'aumône, nous voulons la justice.»

(Continua).

M. E. Garcia.

## A realza em frente da razão

(Continuado do n.º 1)

A primeira phase ou periodo da realza póde dividir-se em tres epochas: a primeira até ás Olympiadas; a segunda até o principio do imperio romano; e a terceira até á destruição do mesmo imperio.

Até ás Olympiadas todos os factos da historia social se occultam quasi inteiramente no meio das nebulosidades que os poetas posteriores immortalisavam no maravilhoso das suas narrações. Vico, Duni e Niebuhr tentaram limpar das nuvens, que os rodeiam, os primeiros tempos do povo romano; a historia porem de quasi todos os factos anteriores ás Olympiadas ha de, máu grado de todos os Niebuhrs, ficar sempre escurecida no meio das neblinas que envolvem o seu leito de mysterios.

É certo comtudo que alguns fragmentos nos restam d'esse cadaver, que se chama passado, d'esse grande colosso amortalhado nas cinzas das gerações que o constituíram; fragmentos que nós devemos juntar e recompor, para sobre elles podermos estudar as lições do preterito, e traçar as prophcias do futuro.

O caracter geral da realza nesta primeira epocha é o de um completo absolutismo. Pode applicar-se a toda ella o que de si proprios diziam os gregos: «quidquid delirant reges, plectuntur Achivi.» Se não bastasse para affirmar esta verdade a historia do Egypto, Assyria, Media, Babylonia e Phenicia, a analyse da sociedade nesses tempos facilmente a induziria. A completa ignorancia dos direitos politicos, a falta do grande motor da associação, que tem sempre animado os povos a luctar contra a arbitrariedade, a auctoridade que exercia sobre os individuos a força bruta ou arte da guerra dos *Nemrods* que conquistavam o poder, e sobre tudo a falta de relações sociaes, deviam trazer necessariamente o despotismo.

E na verdade um facto digno de toda a attenção que, á proporção que se alarga o circulo das relações sociaes, e que portanto se esclarece o sol do progresso e da civilisação, se tem tornado tambem menos ameaçador o espectro do despotismo. Parece que Deus o fadára já para sómente medrar nas trevas como o vampiro! Os phenicios são uma prova do que dizemos. Assentado ao longo da costa do Mediterraneo e habitando um paiz naturalmente esteril, esse povo tinha uma dupla razão para desenvolver a navegação, o commercio e a industria, e estender as relações sociaes, como effectivamente estendeu, com os outros povos; foi por isso que a realza foi entre elle menos absoluta do que nas outras monarchias.

Uma das causas, que influiu tambem poderosamente no despotismo que esta epocha representa, foi o maravilhoso das religiões de que os despostas se serviram para acubertar as suas prepotencias; é

certo porem que a religião, se concorreu para o absolutismo, contribuiu tambem para o tornar menos selvagem e cruel. «As religiões, diz Cantu, produziram uma vantagem real, oppondo ao direito brutal da força as legislações que se apoiavam numa vontade superior.»

Dois povos d'esta epocha merecem especialmente a nossa attenção. Um d'elles recebendo directamente das mãos de Deus o codigo sacrosanto de toda a humanidade, educado na virtude dos patriarchas, e pisando o solo dos prodigios e dos milagres, devia offerecer-nos para exemplo alguma cousa de sancto e universal nas suas instituições. É com effeito entre os hebreus, sem fallarmos noutros factos, que podemos ir colher a raiz do federalismo. As tribus hebraicas, depois do seu estabelecimento na terra sancta, continuaram unidas entre si por uma federação fundada, como diz Proudhon, num certo pacto de consanguinidade.

Esta circumstancia é para nós da maior importancia; porque é certo que, assim como a associação particular representa a fraternidade de individuo para individuo, o federalismo representa pelo seu lado a fraternidade politica. Registrar portanto as glorias d'este principio eminentemente salutar, nascido entre os hebreus, representado mais tarde pela amphyctionia grega, renovado pelos germanos, e que hoje se tornou uma questão urgente e vital, é fazer um novo serviço á humanidade.

Um outro povo, digno de toda a consideração pelo esplendido futuro que o espera, começa nesta epocha a despontar no horisonte politico d'essas eras.

Embalada nas harmonias do mar, revendo-se num céu brilhantissimo, dotada d'um solo opulento, e herdando dos phenicios a vida e actividade e dos egypcios a indole religiosa, a Grecia estava já predestinada para levantar o mais solido pedestal para a estatua da civilisação. Nesta primeira epocha a realza na Grecia, apezar dos lampejos democraticos, não destôa do absolutismo que predominava nas outras monarchias. Estava ainda distante o tempo em que se dizia entre os gregos: nós todos somos reis.

Nota-se já nos dois Estados, que mais tarde dispozeram quasi exclusivamente dos negocios da peninsula, essa tendencia opposta, que carecterisou sempre a sua vida politica. Em Sparta predomina a aristocracia, e o governo torna-se por isso mais absoluto e centralizador; em Athenas, pelo contrario, attende-se essencialmente ao elemento popular, e tenta alargar-se cada vez mais a esphera das garantias individuaes.

Quando começa a segunda epocha, vão já a desfazer-se as nuvens da infancia da humanidade; e um povo pequeno no numero, acantonado num recanto da Europa, principia a dominar o resto do mundo pelas suas grandes aspirações, pela civilisação que entreluzia no seu seio, pelo seu civismo e pelos seus esforços. Cria-se a republica; e estabelece-se o federalismo na Amphyctionia; entreabre-se o caminho

do direito publico nos tratados de Anitoleles e Platon; e finalmente ao sol da civilisação torna-se mais illustrado o despotismo das monarchias.

Quando a liberdade da Grecia cahia sob o peso da espada de Philippe e de Alexandre, um outro povo, nascido tambem com pequenas forças, mas ganhando cada dia novas conquistas materiaes e moraes, dominava já na Europa com o prestigio da sua grandeza.

São conhecidos de mais os tempos da historia romana para nos demorarmos com ella. Basta dizer que de tal modo as tendencias democraticas se iam arreigando em todos os espiritos que, segundo Henrique Baudillart, já então era conhecida a ideia de considerar a realeza como representante da soberania popular; ideia que foi abafada sob o despotismo dos imperadores, para somente acordar ao reagente galvanico da revolução franceza.

Quando lançamos a vista para o passado, e contemplamos as gerações involtas na mortalha dos seculos que lá vão, curva-se o espirito deslumbrado em face d'esta epocha resplandecendo entre as nuvens dos tempos primitivos e o despotismo dos Cesares, como um raio de sol nas trevas d'um abysmo. A realeza, isto é, o governo das sociedades, foi em toda ella profundamente animado do espirito liberal: tanto é certo que a liberdade anda de mãos dadas com a civilisação.

Na terceira epocha o despotismo tocou a meta da possibilidade; e assim devia ser, attendendo a que o imperio romano, como diz Guizot, em despeito da sua grandeza, offerece um character geral de impotencia e de esterilidade, e a que o despotismo anda sempre unido á decadencia politica d'um Estado.

É esta para nós a verdadeira causa do absolutismo d'esta epocha; causa cujas raizes brotaram da corrupção geral que gangrenava o imperio, e que tinha extinguido os brios, o civismo e a independencia dos cidadãos.

Benjamin Constant vê a causa d'este despotismo na falta do poder moderador; contra isto porem protesta o exemplo da republica. No imperio o senado estava ainda collocado ao lado do imperador, devendo invalidar-lhe as prepotencias; a differença da republica estava unicamente na fraqueza e corrupção d'este corpo collectivo, corrupção que era uma consequencia do estado geral da sociedade.

(Continua).

Adriano Anthero.

### Washington

Escrever a biographia de Washington não é sómente escrever a biographia de um dos homens mais illustres que tem apparecido na humanidade, não é simplesmente traçar a apothose de um heroe; é tambem assistir ao acordamento de um povo, que hoje occupa o logar mais importante nos fastos da civilisação contemporanea.

Washington e os Estados Unidos estão de tal sorte presos entre si na relação logica das idéas, que não pode fallar-se de um, sem que o outro immediatamente occorra ao espirito.

Em Washington está personalisada a actividade e o civismo do povo que elle revigorou na firmeza das suas crenças, insuflou da robustez das suas convicções, e moldou no exemplo das suas virtudes; nos Estados Unidos reproduz-se continuamente aquelle grande espirito no liberalismo da sua constituição; paira ainda hoje, e ha de pairar sempre, a sombra d'aquelle grande vulto, como a sombra de Moysés sobre os restos do povo judeu.

É uma lei providencial da historia, e que a pratica de todos os tempos tem comprovado de sobejo, que quando um povo se levanta da obscuridade para vir sentar-se ao banquete da civilisação, quando um povo quebra as algemas para caminhar no progresso por iniciativa propria, tem surgido tambem de repente um homem como que predestinado para effectuar essa emancipação. Nunca esta verdade foi mais reconhecida, nem o libertamento de um povo teve mais glorioso apostolo do que nos Estados Unidos.

Washington não é o guerreiro victorioso, que troveja como o vulcão no centro da sociedade e que deixa edificado sobre cadaveres o throno da sua gloria; não é o politico, que leva mar em fora o baixel do Estado, para especular com a auctoridade que exerce sobre os cidadãos: é o guerreiro e o politico, mas o guerreiro moderado e o politico virtuoso; é o democrata ardente e apaixonado; é, numa palavra, o Messias d'aquella grande nação que se chama Estados-Unidos.

Para heroes como este não ha passado nem futuro; ha o presente que se reproduz através de todos os seculos; para vultos como Washington não ha noite que escureça o brilho da sua gloria, nem tempo que apague o lustre da sua estatua: rompem como o sol todas as escuridades, deslumbram como o relampago todas as vistas, e desafiam como o oceano todos os seculos.

### I

Antes de entrarmos directamente na biographia de Washington seja-nos permittida uma pequena digressão, para devidamente prendermos os acontecimentos que temos de narrar.

Nos fins do seculo xv entreluzia já no espirito da velha Europa o alvor das grandes innovações. Como as convulsões volcanicas prenunciando os grandes cataclysmos geologicos, desde o cabo do Norte até ás columnas de Hercules, a febre da iniciativa que desperta, o estremecimento do espirito que se emancipa abalava todos os povos. Tinha caído por terra o já gasto edificio do feudalismo; as communas tinham, é verdade, sido esmagadas tambem debaixo da centralisação da realeza, cada vez mais crescente desde o seculo xiv; mas aos pés do absolutismo começava a abrir-se o abysmo da sua futura condemnação.

Nas cinsas de uma sociedade escravizada principiava a allumiar-se o incendio que havia de queimar mais tarde todas as prepotencias.

Emquanto ao mundo moral Lutero foi o primeiro apostolo d'esta emancipação; foi elle o que acendeu o rastilho d'esse fogo, que breve se communicou por toda a Europa como a electricidade.

O dominio do pensamento ampliou-se immediatamente pela nova liberdade dos espiritos; a intelligencia sentiu rasgarem-se diante de si novos mundos, e lançou-se ebria de liberdade e entusiasmo pelas infindas regiões que a reforma tinha proporcionado: são um exemplo d'isto os escriptos de João Poynt, Boëtie, Mariana, George Buchanan, Hotman Bodin e de muitos outros.

Antes da reforma um outro facto igualmente portentoso tinha franqueado ao concurso da humanidade um novo theatro até então desconhecido. Anteriormente ao seculo xvi as cruzadas tinham já trazido o gosto dos grandes commettimentos, e tinha-se abatido tambem alguma cousa esse espectro da distancia e desconhecimento; alguns espiritos tinham sonhado já com o novo mundo, e alguns esforços reagido contra essa prepotencia do Oceano que privava a maior parte da humanidade do novo hemispherio; mas os gelos do Norte por um lado, e por outro o cabo Não erguiam-se ainda ameaçadores, como a esphinge que guardava o thesouro que tanto se cobiçava.

Cabe a Portugal a gloria de ter sido o primeiro que abriu o novo theatro a que mais tarde havia de affluir a seiva mais fecunda do progresso e da civilisação. A descoberta do novo mundo deve-se tambem em grande parte a um acaso feliz. Tristão Vaz e Gonçalves Zarco navegavam ao longo da costa, tentando ultrapassar o cabo Não, quando a tormenta os arrojou para o mar largo; e, julgando-se inteiramente perdidos, depararam com a ilha de Porto Sancto em 1418.

Desde então a navegação tomou um novo rumo; o espectro estava quebrado, e a tyrania do Oceano destruida.

Seguiram-se as grandes navegações de Bartholomeu Dias e Vasco da Gama, até que no fim do seculo xv um filho de Genova, chasqueado por toda a parte como visionario, repellido de todos os sabios excepto de Paulo Toscanelli, achando sómente um abrigo no convento de Santa Maria d'Arrabida e um auxilio espontaneo nos Pinçon de Palos, quando elle offerecia aos reis um novo mundo e a humanidade uma nova civilisação, descobriu a America.

Depois de Christovão Colombo, Cabral descobriu o Brazil, e Portugal e a Hespanha lançaram-se avidamente por essas novas paragens. A Inglaterra só no fim do seculo xvi, querendo humilhar a Hespanha, pensou em fazer-lhe concorrência nas regiões septentrionaes da America; e assim foi que, depois de immensos e repetidos esforços, pôde senhorear-se da grande extensão de terra que hoje se chama Es-

tados Unidos, e que tractou portanto de colonisar: foi esse paiz o theatro glorioso do heroe, cuja vida estamos escrevendo.

(Continua).

Adriano Anthero.

## Instrucção Publica

### I

#### Necessidade de diffundir pelo povo o 1.º grau de instrucção

L'instruction et la liberté sont les bases de toute harmonie sociale et de toute prospérité humaine; j'aurais pu dire seulement l'instruction, car la liberté en dépend très absolument, puisque l'instruction universelle est l'ennemie le plus inexpugnable des despotes.....

MIRABEAU.

A necessidade da instrucção é hoje um axioma. Este salutar principio, poderoso esteio das sociedades actuaes, e unico meio da sua regeneração, era outr'ora completamente descurado.

Não remontemos ao imperio romano: a onda invasora do Oriente demoliu-o para nunca mais se levantar das suas ruinas. Da sua queda surgiram os estados independentes da idade media, e d'ahi data a existencia de quasi todas as nações da Europa.

As scenas de escravidão e despotismo, de anarchia e desordem da antiga Roma reproduzem-se alli. A reacção era inevitavel, e os castellos feudaes foram derrubados ao impulso robusto dos communas.

À acção segue-se a reacção, e, como consequencia, surge das convulções sociaes, o systema politico — o absolutismo.

No fim do seculo 18 appareceu uma nova estrellta, destinada a guiar os povos por melhor caminho; a philosophia d'aquella epocha enuncia os principios que ha dezoito seculos evangelizou o Homem-Deus — liberdade, egualdade e fraternidade —, e nós vemos em breve essa triplice bandeira arvorada entre muitos povos.

A trevas transformaram-se em luz. Mas proclamar-nos livres, declarar-nos eguaes, e negar aos homens os meios de que hão mister para auferir utilidade d'esses mesmos principios, é uma ironia pungente.

Os potentados não deviam só cahir; não urgia aos senhores descer até aos ultimos degraus da escala social; aos filhos do povo cumpria subir.

Mas como é que o homem se pode elevar?

Pela instrucção — unico facho que o pode conduzir á perfectibilidade.

A necessidade da instrucção é hoje proclamada já nos codigos civis, já nos codigos politicos dos povos civilizados.

Todos os codigos politicos dos povos, que marcham na vanguarda da civilisação, estabelecem como principio constitutivo de todos os poderes do Estado a eleição. E como chamar a exercer tão augusto di-

reito homens ignorantes? Como pode o homem sem instrução fazer a escolha do seu representante desconhecendo o que seja illusão, independencia e probidade?

Admittido, pois, o systema eleitoral para a constituição dos poderes publicos do Estado, é forçoso admittir tambem a necessidade da instrução, se não quizermos sujeitar tão solutar systema aos ultrages por que passou nos comicios romanos.

É principio estabelecido em quasi todos os codigos civis das nações cultas que a ignorancia de direito não aproveita a ninguem; e vêmol-o consignado no nosso codigo civil no art. 9, onde se lê: «Ninguem pode eximir-se de cumprir as obrigações impostas por lei com o pretexto de ignorancia d'esta...»

Tal principio seria d'uma injustiça e iniquidade dos maiores sem a instrução do povo; porque é necessario que a lei esteja ao alcance de todos.

De que serviria a publicidade das leis se o povo não as soubesse ler?

Exarar o principio de que a ignorancia do direito não aproveita a ninguem sem instruir o povo, seria imitar o despota romano, que mandava affixar as suas leis nos logares os mais elevados para os seus subditos não as poderem ler.

Não é só proclamada a necessidade da instrução pelos codigos civis e politicos, tambem o é pelo codigo do trabalho, pela philosophia da industria, pela economia politica. Em todos os livros d'esta sciencia lê-se que dos motores da sociedade, o melhor, o mais effizaz, o que mais influe no desenvolvimento da dinamica social é — os contractos. E num povo pouco instruido falta este elemento e os contractos são escassos.

O homem ignorante é sempre desconfiado, e por isso, antes de realizar uma convenção qualquer, exigirá esclarecimentos de tal ordem, que na impossibilidade de serem prestados pelo outro pactuante, a sua falta obstará á realisação immediata do contracto.

É pois facil de ver a influencia da instrução no desenvolvimento economico de qualquer povo, e, infelizmente, o nosso muito se está resentindo d'esta verdade. Entre nós as industrias e as artes, se não têm definhado, tambem não têm progredido, devido isto, em grande parte, a nosso ver, á falta de instrução nas classes laboriosas.

É em extremo lastimoso o estado da nossa agricultura, que aliás devia ser optimo, em razão das condições topographicas e climatéricas do nosso paiz; mas a maior parte dos nossos terrenos está inculta, e a que se acha cultivada produz escassas colheitas. É isto devido, unica e simplesmente á ignorancia do agricultor. A nossa alfaia rustica é *pobriissima*, e tanto, que o arado commumente usado, é o arado já descripto por Virgilio!!

O systema da cultura é imperfeito, e quasi sempre contrario aos preceitos mais rudimentares pre-

scriptos pela sciencia; e o que mais se deve lamentar é a teimozia dos nossos agricultores em seguir a rotina que já conta tantos seculos.

É proverbial que o homem ignorante é sempre teimoso.

O desenvolvimento da agricultura traria indubitavelmente a riqueza nacional, e talvez assim nos podessemos desviar do abysmo em que estamos prestes a ser despenhados.

O que succede com a agricultura, dá-se entre nós com todas as artes, e por isso seria de maxima vantagem que os governos traclassem de estabelecer maior numero de escolas, diffundindo assim a instrução por todas as classes da sociedade.

O progresso das artes está na razão directa da instrução dos artistas.

(Continua).

B. Doutel.

### Politica interna

Analysar e discutir os actos dos governos e a marcha dos nossos negocios publicos é empreza bem difficil e espinhosa. Não estamos ligados a nenhum partido, e porisso ao menos não corremos o perigo de faltar á verdade por deferencias ou considerações. Temos só um partido e com elle estamos satisfeitos e nelle combatemos por systema — é o partido da justiça, da verdade e dos interesses sociaes.

Triste e desanimador se nos apresenta o estado dos nossos negocios publicos, consequencia de muitos erros e abusos commettidos na publica administração.

A liberdade de que temos gosado e que fora resgatada pelo triste e generoso preço de muitas lagrimas, muitos martyrios e vidas, devia-nos ter conduzido a maior somma de felicidade e bem-estar social, se muitos dos nossos homens publicos, e estadistas houvessem respeitado os deveres, a moral e a justiça.

A responsabilidade dos males que estamos soffrendo pertence especialmente aos governos que têm subido ao poder; uns mais por ambição e vangloria, que por desejo sincero de melhorar a sorte do nosso paiz; outros sem habilitações para dirigirem os destinos da nação; estes sem rectidão de consciencia esqueceram o bem de todos e sophismaram as leis; aquelles procederam com boa fé e nobresa de intenções, mas erraram e comprometteram a causa nacional, porque lhes minguavam os dotes de estadistas e administradores. Os erros accumularam-se, as injustiças succederam-se, a corrupção infiltrou-se nas consciencias; os rendimentos e impostos applicaram-se sem necessidade, sem calculo e medida; os serviços por vezes infecundos e improductivos, foram mal e exuberantemente organizados; as intrigas e as luctas pessoasas consumiram a força e a actividade dos nossos politicos mais distinctos; as legitimas exigencias da opinião publica eram rejeitadas e não poucas vezes o interesse particular suplantou o bem geral e a causa de todos; a vingança assenhoreou-se dos espiritos mais esclarecidos e elevados; por fim os partidos, cansados d'uma quasi esteril e prolongada lucta, conhecendo que separados não podiam debellar o inimigo commum, depozeram as armas, proclamaram treguas e deram-se o abraço de fraternidade e concordia, mas o mal recrudeceu.

Como resultado inevitavel de tantos desacertos e diversos appareceram os males que nos opprimem, o desequilibrio orçamental, a nação empenhada, o credito abatido, a corrupção, a descrença e o indifferentismo que vão lavrando por todas as classes e espiritos.

Para o estado precario, que todos lamentamos, conduziram-nos as causas apontadas e outras que são bem conhecidas — o preço da nossa emancipação politica, as luctas civis, a centralisação, maneando a iniciativa individual, as crises monetarias e commerciaes da Europa, o demasiado recurso ao credito e as guerras que têm assolado o Brazil, donde nos vinham valiosos capitaes e fortunas.

O povo, tantas vezes consultado para escolher os mandatarios da sua soberania, vendo-se illudido, vae descrendo dos estadistas, dos legisladores e politicos e até do systema constitucional, fallando com satisfação e ameaça de revoluções e meios violentos — supremo remedio e derradeira esperança dos povos afflictos ou corrompidos.

O mal é grande, a doença pertinaz e profunda; poderoso e valente deve ser o remedio. É urgente que appareçam os successores de Mousinho da Silveira, energicos, illustrados e honrados como este benemerite cidadão. Os martyres da liberdade salvaram-nos do despotismo dos tyranos: hoje não é menos preciso que os homens amigos da patria e do povo nos libertem da corrupção, do abatimento e descrença, da centralisação, do desequilibrio entre as despesas e os redditos nacionaes, e da decadência do credito publico.

Os ministerios succedem-se com pouca duração, cassam-se os mandatos ás assembléas legislativas, proclamam-se dictaduras, repetem-se as eleições; os candidatos são innumerados; fazem-se e desfazem-se leis, amontoam-se planos e reformas; espalham-se programmas; os partidos formam-se, debandam e confundem-se; os homens publicos mudam de opiniões e militam ora nestas, ora naquellas fileiras; e o mal não se aniquila, e o remedio não se descobre, e o povo mal-diz o seu destino, e a salvação não apparece!

Estas breves e repetidas mudanças, esta fluctuação dos nossos homens de estado, são prenuncios e symptomas de muita desorganisação e de profunda e grande enfermidade.

Na historia das nações, quando proximas de violentos cataclysmos e tremendas convulsões, encontram-se phases e periodos, semelhantes ao que vamos atravessando.

É que hoje não temos partidos organisados para que, enquanto um governa, o outro se prepare com o estudo e meditação das exigencias publicas, combatendo-se com honra, generosidade e só movidos pelos interesses da causa nacional.

Demitte-se um ministerio, e depois começam a procurar por toda a parte os novos conselheiros que hão de formar a lista, sem pensamento governativo, sem conhecimento das necessidades do paiz, sem systema e com idéas e planos desharmonicos. São accusados de inuteis e respondem: Estamos a estudar e a elaborar projectos. Assim não é possivel cumprirem os deveres inherentes aos primeiros cargos da publica administração; assim não se destroem os males que nos torturam.

Se a camara popular, usando d'um direito, retira o seu apoio aos ministros, um simples decreto ordena que se fechem as portas do parlamento. Para evitar dissoluções, porque se não formam os ministerios segundo as indicações constitucionaes e de harmonia com a vontade da maioria dos representantes do povo, depositarios da sua soberania?

Vem depois as eleições e diz-se e finge-se que é consultada a vontade nacional! Um deputado poucas vezes é eleito pelo povo. Isso que se chama eleição é uma simples formula e mera cerimonia. Quando os mandatarios dos cidadãos são votados na urna já estão nomeados pelos ministros que marcham á frente das maiorias parlamentares, arregimentadas e de varias formas retribuidas, impedindo assim dois bens; a renovação na representação nacional e a liberdade e conselho na deliberação; produzindo dois males, a dependencia e as sujeições das consciencias e o servilismo da palavra, e como resultado a corrupção politica dos eleitos e a desmoralisação dos eleitores.

Isto é o sophisma mais completo de todo o systema politico que nos governa. A soberania reside essencialmente na nação, cujo exercicio delega por meio da eleição, fonte legitima e unica de todos os poderes politicos. Não assegurar ao povo o livre e pleno exercicio do direito eleitoral vale o mesmo que destruir e desacreditar todo o machinismo da nossa organização social.

Os ministros, em vez de estudarem as necessidades do paiz, consomem o tempo a dirigir as pugnas eleitoraes.

A administração faz o mesmo e peor. Demissões, nomeações, transferencias, vinganças, correrias eleitoraes — eis o que mais occupa as atenções dos que dirigem os negocios publicos. D'aqui resultam as luctas das parcialidades, as intrigas, a calunnia, as inimidades das familias, as questões pessoaes e da vida particular, a quebra de todos os laços e harmonia social. Isto não é o regimen liberal por que tanto padeceram os inimigos da monarchia absoluta: isto não é o que está consignado no nosso codigo politico.

Que tem a administração com as eleições? Porque não se separa d'ellas a intervenção dos governos? Não haverá homens que um dia nos apresentem bons exemplos e mostrem que sabem cumprir as leis? De que servem as leis, por melhores que sejam, se não se executam com boa fé e sinceridade? Por estes meios que empregam, rebaixam as leis, desacreditam o systema, corrompem o povo, excitam a desordem e compromettem a felicidade da nação.

Dissolver a camara popular e depois impôr candidatos, é uma falsissima interpretação da Carta, é desprezar as melhores doutrinas dos publicistas, os conselhos do bom senso e os interesses proprios e alheios. O direito de dissolver a camara fora concedido ao *poder moderador* para usar d'elle em casos muito extremos e hypotheses que raras vezes apparecem.

No meio de toda esta confusão e anarchia governativa tem apparecido homens de vontade energica, alma limpa e caracter serio, amigos do povo e das boas doutrinas e instituições.

Se a justiça manda que sejam censurados os actos dos incompetentes e immoraes, tambem não deixa que fiquem no esquecimento as virtudes e os serviços dos cidadãos prestantes. Não temos um pantheon para guardar os restos mortaes dos benemeritos da patria e da humanidade, mas existe um outro, não menos importante e significativo, não menos duradouro e glorioso — é a estima e respeito publico, são as benções das gerações, é a consciencia dos concidadãos, é a voz de todo um povo, perpetuadas pelas tradições que o tempo não consome, que as mudanças sociaes não podem aniquilar, nem a inveja nem a injustiça dos homens.

Breve se vão reunir os representantes do povo. Aguardemos as medidas e reformas, que o ministerio tem organizado para apresentar á analyse parlamentar, bem como os planos e projectos dos representantes da nação. Não se comprehende que um cidadão sollicite dos ministros ou dos eleitores um mandato, sem que tenha reformas para apresentar e um programma de administração.

Muito ha que melhorar. O districto e o municipio estão escravizados; a parochia não tem organização administrativa; o imposto é desigual e sem fiscalisação; os serviços publicos têm em parte demasiado pessoal, um mal retribuido, outro com ordenados excessivos; o exercito não corresponde aos capitaes que nos gasta; a lei do recrutamento é um foco permanente de injustiças e escandalos; a diplomacia, dispendiosa e sem resultados; a instrucção primaria é escassa e o seu ensino mal retribuido; a secundaria é um cahos, a superior não está muito em harmonia com os progressos das idéas liberaes entre os povos mais adiantados; as industrias pouco florescentes; o commercio em precipitada decadencia. O desequilibrio orçamental não pode continuar; o recurso ao credito — imposto disfarçado — só em extremos se deve empregar, etc.

Reformem-se as leis e não menos os legisladores e executores: é verdade que o mal vem de longe e não se pode curar de repente.

Cumpramos todos o nosso dever.

C. A.

### Política externa

Qual será a razão, por que os jornaes de Madrid, de Paris e de Londres se occupam ainda com o duello entre D. Henrique e Montpensier? Será porque a imprensa, commovida por esta desgraça, resolvesse combater sem treguas os preconceitos que fazem derivar a honra, não das acções do individuo, mas da sua maior ou menor força e destreza, e muitas vezes da sorte das armas, que não raro se compraz em se mostrar propicia á parte condemnada pela razão e pela justiça? Se esta fosse a verdadeira explicação do facto, justos encomios mereceria o jornalismo, que ensinava aos povos o unico caminho que a moral e o direito indicam aos homens. Hoje porém os jornaes não gastam o seu tempo em tractar questões philosophico-sociaes, puras abstracções scientificas sem valor, se as compararmos com os assumptos diplomaticos e politicos, tomando a palavra na accepção corrompida em que se costuma empregar. Se o duello tem attrahido por tantos dias as attentões, é porque as diversas parcialidades se servem d'elle como arma politica. Os montpensieristas exaltam a coragem e o cavalheirismo do seu candidato; os anti-montpensieristas apresentam o reverso da medalha, no qual o duque nos apparece como o assassino dos seus parentes, e D. Henrique como martyr do patriotismo.

Os homens imparciaes não adoptam nenhum dos extremos: nem Montpensier é heroe, nem D. Henrique foi martyr, porque nenhum d'elles combatia por um principio; são simplesmente duas victimas das falsas idéas da sociedade ácerca da honra.

Outro acontecimento mais importante occorreu em Madrid, sem que os jornaes fizessem sobre elle longas dissertações: referimo-nos ao discurso de Castelar, interpellando o governo sobre a sua politica de hesitações e incoherencias, que se pode considerar como a principal causa do estado precario, em que se encontra a Hespanha. Julgamos a lucta no parlamento mais importante do que o duello, porque neste jogava-se a vida de dois homens, que, a julgar pela maneira por que se expunham ao perigo de a perder, mostravam aprecial-a pouco; ao passo que nas côrtes discutia-se o presente e o futuro d'um grande povo. Ainda não tivemos o prazer de ler o discurso do illustre tribuno; mas, em vista da linguagem dos jornaes monarchicos, não duvidamos affirmar que o governo sahiu mal ferido da lucta: é que o orador republicano, alem da eloquencia, tinha do seu lado a verdade, a cuja força nada resiste. Mal vae a uma revolução, quando os homens que a dirigem não tem idéas fixas sobre o futuro; e grande será a responsabilidade d'esses homens, se perderem uma occasião tão opportuna para introduzir no seu paiz instituições rasgadamente democraticas. Hoje é o governo fulminado pela eloquencia arrebatadora de Castelar; mas se o poder d'esta eloquencia for inefficaz, se não produzirem effeito os meios de persuasão, é muito de reccar que o povo no seu justo desespero lance mão d'argumentos mais solidos. Que este receio não é infundado provam-no as pedradas, com que foi mimoseado o general Prim. Sentimos que se tenha dado este excesso, e desejamos que sirva de lição a todos aquelles que se dizem amigos da liberdade para adquirir popularidade e alcançar o poder.

Depois dos negocios de Hespanha, está dando serios cuidados á diplomacia a questão da infallibilidade.

O Santissimo Padre recebe de braços abertos e com o coração inundado de alegria o legado da França; mas não de-

correrá muito tempo sem que Pio IX, com o sorriso de beatidade nos labios e com palavras repassadas de religiosidade e unção, declare ao mundo que toda a verdade, toda a sciencia e todo o bem residem na sua catholica pessoa. O Imperador, como habil politico, emprega todos os meios ao seu alcance para obstar a que se defina o novo dogma, mas os padres obedecem unicamente ao Espirito Sancto e só d'Elle recebem inspirações. Napoleão III não quer que a theocracia perca o pouco prestigio que lhe resta, porque o despotismo sempre encontra nella o seu apoio mais firme; a curia porem não cederá facilmente, porque intende que o dominio sobre as consciencias lhe assegura a submissão do mundo á sua auctoridade. Sem querermos ser juizes entre pessoas de tão alta cathogoria, parece-nos que o Papa saberá muito das cousas celestes, mas que Napoleão conhece melhor as terrenas: nem isso admira; cada um sabe do seu officio.

As noticias dos outros paizes não nos offereem grande interesse para nos occuparmos d'elles detidamente.

O parlamento francez suspendeu por alguns dias as suas sessões, em quanto o ministerio prepara as decantadas reformas, com que pretende salvar a França, e principalmente o Imperio. Emquanto ellas não apparecem, os espiritos francezes alimentam-se de conjecturas e de esperanças; mas se a realidade não corresponder a ellas, como nós acreditamos? Hypothese é esta, que talvez não entre nos calculos, com que o sr. Ollivier lisongea o seu amor proprio, mas que se pode dar sem milagre; e neste caso ao governo imperial compete resolver a dificuldade.

Na Irlanda a policia toma todas as precauções para impedir as agitações promovidas pelos fenianos. Esta resistencia da Irlanda contra o dominio inglez será eterna, como a rebellião de todos os opprimidos contra os oppressores: a força poderá apagar a labareda, mas não conseguirá extinguir o fogo.

Espalharam-se ultimamente uns rumores vagos de que a guerra entre a França e a Prussia está mais proxima, do que geralmente se pensa. Não queremos dar credito a estes boatos, porque não somos pessimistas; e terminamos a revista, fazendo votos para que os homens, em vez de se exterminarem reciprocamente, como inimigos, se abracem e amem, como irmãos.

Fernando Chrysostomo.

### ERRATAS IMPORTANTES

No artigo intitulado «A realza em frente da razão» publicado no nosso n.º anterior, pag. 5, aonde se lê: — Lycurgo submette a realza d'Athenas: — deve lêr-se — de Sparta.

Na revista externa do mesmo n.º os typographos acrescentaram — Depois das palavras a que a sustentava; como facilmente se conhece pela leitura do artigo.

### Assigna-se para este jornal:

Coimbra — Livraria Academica de J. Melchiades, rua da Calçada.

Lisboa — Campos Junior, rua Augusta, n.ºs 77 a 81.

Porto — Livraria Internacional de E. Chardron, aos Clerigos.

### Preço da assignatura por trimestre

Em Coimbra..... 600 | Fóra de Coimbra.. 700

Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á Redacção do Trabalho, Couraça dos Apostolos, n.º 39.

Responsavel — M. E. GARCIA.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

# O TRABALHO

SEMANARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 2 de Abril

N.º 3

## Democracia e Demagogia

Quasi na mesma occasião em que apparecia o primeiro numero do nosso jornal, publicava — *La Republica Iberica* um artigo com o mesmo titulo que tinha o do nosso collegá Fernando Chrysostomo.

A *Republica Iberica*, dignou-se traduzir e inserir como artigo de fundo o artigo do nosso jornal.

Traduzimos tambem hoje e publicamos o artigo correspondente de — *La Republica Iberica*, não para pagar-lhe a consideração que nos deu, porque não valem para tanto as columnas do nosso *Trabalho*; mas pelo grande merecimento do proprio artigo, e para que vejam os nossos leitores que a verdadeira republica falla do mesmo modo em todos os paizes.

«Ser *ultra* é ir além de tudo, é atacar o sceptro em nome do throno, e a mitra em nome do altar; é maltratar aquillo que se arrasta, e escoucear no meio do tiro; é disputar com a fogueira sobre o grau de cozedura dos herejes, exprobar ao idolo a sua pouca idolatria, insultar por excesso de respeito, julgar pouco papista o Papa, pouco realista o rei, a noite demasiado luminosa; é murmurar do alabastro, da neve, do cisne e da flor de liz em nome da brancura; é ser partidario das coisas a ponto de converter-se em seu inimigo; é ser tão ardente prò que se chega a ser contra.»

Estas energicas e caracteristicas palavras do grande Victor Hugo são a mais perfeita pintura da demagogia, mortal inimiga da democracia. Ser amante da liberdade até pedir em seu nome a tyrannia; mostrar-se apaixonado pela tolerancia a ponto de perseguir os intolerantes; amar a egualdade até ao extremo de converter em aristocracia o povo, e em povo a aristocracia, derribando o *frak* do pedestal para collocar nelle a belusa; decapitar os defensores da pena de morte para que esta seja abolida com mais segurança; e, como corollario de tudo isto, erigirem-se em pontífices apesar de aborrecerem os papas; declararem-se infalliveis, censurando porém o concilio; e, amando a Republica, a liberdade e a fraternidade, tornar amavel o despotismo, *sympathica* a monarchia e adoravel o privilegio: taes hão sido, são, e serão sempre, em todos os tempos e em todos os paizes, as qualidades distinctivas d'essa turbulenta reunião de paixões ebrias e de espiritos extraviados que se chama demagogia.

É a democracia o pacifico reinado da egualdade, considerada como egualdade essencial dos homens no direito, mas não dos individuos na sociedade; da liberdade entendida como o poder de regular a vida individual e social em todas as suas espheras e fins, em harmonia com o principio absoluto do bem, e sem menoscabo dos direitos dos outros homens, nem da tranquillidade social; da fraternidade como a expressão da unidade e solidariedade dos homens acima de toda a distincção de raça e de povo, de religião e de lei, de cultura ou costume, mas não como

anulação anarchica da nacionalidade, ou como confusão atomistica de povos e raças num todo abstracto e pantheistico. É norma da democracia a justiça; fim supremo o bem e o progresso da humanidade; limite a perfeição humana; meio de triumpho o ensino sereno, o nobre exemplo, a tolerancia fraternal, a benevolencia em tudo e para todos. A sua forma propria é a Republica, como o governo do povo pelo povo, com essencial unidade nacional, com variedade interior de circulos de vida independentes na sua esphera; mas unidos intimamente ao todo, com a organização forte, ordenada, prudente, verdadeiramente conservadora — conservadora da sociedade, do direito, da liberdade e da ordem. É finalmente a democracia a virgem severa e pura que ostenta na mão direita a espada da justiça levantada contra a tyrannia e a desordem, na esquerda o ramo de oliveira que offerece ao mundo o amor e a paz; a seus pés as cadeas despedaçadas que symbolisam o seu triumpho sobre o triplice despotismo da força, do privilegio e da superstição.

É a demagogia o reinado sangrento da liberdade selvagem, que erige em virtudes os instinctos grosseiros, abre largo campo ás paixões ignobeis, e se levanta sobre as ruinas de toda a auctoridade, de toda a lei, de todo o respeito divino e humano; o reinado da egualdade niveladora, que rebaixa o grande em face do pequeno, o justo deante do criminoso, o illustrado perante o ignorante; que substitue á tyrannia da tiara e da corôa a tyrannia do barrete phrygio, á nobreza do sangue, do dinheiro ou do talento a aristocraeia dos andrajos; é o reinado da fraternidade anarchica, que apaga as fronteiras, aniquilla as nações e vem a terminar em uma inexplicavel e monstruosa confusão, contraria ás leis do mundo moral, como do mundo physico, contraria portanto aos designios de Deus. A sua forma de governo é a Republica anarchica, que aspira a destruir num dia a obra dos seculos; a romper a unidade das nações formada á custa de tanto sangue e de tanto esforço; a entregar-se a um individualismo selvagem, misturado por inexplicavel amalgama com um socialismo absorvente nascido de um sentimentalismo hypocrita; a desfazer em summa todo o vinculo social, e estabelecer por toda a parte o reinado da força em nome da paz, o imperio do terror em nome da fraternidade; o predomínio da violencia, da desordem e da barbaria sobre a tolerancia, a legalidade e civilização. É a bachante desenfreada e ebria, que mostra na sua mão o facho do incendiario e a faca do verdugo, que levanta o seu throno sanguinolento sobre as ruinas da sociedade, e entre os alaridos da multidão ignorante.

Sim! esta é a demagogia, aquella a democracia. Esta é a demagogia a terrivel encarniçada inimiga da republica — o mais insuperavel obstaculo para o seu triumpho — a mais fiel servidora do despotismo. Sabes tu, porém, povo, tão nobre e confiado como credulo, quem são os demagogos? os demagogos são em geral espiritos mesquinhos, intelligencias mediocres, vontades debeis, que, sem meritos para brilhar pela força do seu talento, nem pela eloquencia da sua palavra, nem pela viril energia do seu character, pe-

dem á exageração febril da idéa, á loquacidade da palavra e á descomposta mobilidade d'acção ós triumphos que não alcançariam d'outra sorte; e namorados de uma idéa que não comprehendem, e que nelles se converte em monomania perniciosa (porque no sectario o fanatismo supprime sempre a convicção), feridos em suas ambições pela adversidade de sua fortuna, que attribuem á injustiça social, que não ao proprio demerito, exaltados pelos facéis triumphos que na multidão alcançam a audacia no pensar e o descomento no dizer, chegam a considerar-se elevados personagens, a julgar-se chefes de partidos, e por um momento costumam chegar tambem a compellir os seus sequazes a loucas emprezas, de cujo resultado adverso quasi sempre (seja casualidade ou prudencia) elles se livram, se bem que em caso de triumpho sejam os primeiros a cingir louros que outros colheram para elles, expondo suas vidas pelos que, assustados e tremulos, esperavam talvez o exito da lucta em recondito subterraneo.

A historia conta que, em quanto os heroicos republicanos de 92 cahiam nos pateos das Tulherias ante o fogo dos laçaios de Luiz XVI, no memoravel dia de 10 de agosto, Danton esperava em sua casa o resultado da lucta, em que não tomou parte alguma, e Marat occultava-se numa cova até que, passado o perigo, sahiu ostentando na frente a corôa de louro e agitando na sua mão um sabre, em quanto pedia a gritos, não mais combates de que não se sentia capaz, senão mais assassinatos, que são as façanhas dignas dos cobardes.

A demagogia nasce com a liberdade, não existe com o despotismo.

Á democracia lucta contra a tyrania; é violenta contra o despota, é conspiradora infatigavel contra o que viola os direitos do homem.

A demagogia, docil e submissa diante do latego que a açoita, levanta a cabeça contra a liberdade, ainda que em nome d'ella; peleja quando a liberdade triumpho, quando os direitos naturaes estão reconhecidos, quando a imprensa e a tribuna são livres; a demagogia levanta-se inquieta e ameaçadora, falla em tom mysterioso de golpes de Estado, de conjurações sinistras, de planos tenebrosos que só existem na sua imaginação desvairada, procura semear desconfianças e receios, appellida traição a prudencia, transação indigna a tolerancia devida, condescendencia com o poder a moderada opposição, espiritos racionarios os homens serios e sensatos, santarrões corrompidos os republicanos mais illustres; e com uma audacia inexplicavel expede patentes de republicanismo, lança excomunhões, define *ex cathedra*, e expulsa do partido republicano aquelles que por elle sacrificaram sua vida, sua fortuna e seu repouso, quando os mais ferôzes demagogos não davam signal da sua existencia.

Vem porém uma reacção, acaso provocada pelos proprios excessos e imprudencias, e os bons patriotas procuram refugiar-se na emigração ou expiam nas prisões e nos cadafalsos o seu amor á liberdade; e aquellas formidaveis hostes que continuamente faziam alarde na praça publica, desapparecem; aquelles incançaveis oradores, cujos pulmões eram o encanto das multidões, emmudecem para sempre; e talvez algum, que, com o exterminio na bocca e o medo no coração, corria de club em club, de meeting em meeting, apresentando-se como o mais terrivel inimigo dos tyrannos, se resigne a formar parte da policia secreta e a empregar em perseguir os seus correligionarios todo o zêlo e perseverança, que prometteu empregar na lucta contra os despotas.

Neste estudo sobre a demagogia a ninguem alludimos, nada assignalamos determinadamente. A demagogia, retratada aqui, não é de nenhuma nação nem de nenhum tempo; é de todos os tempos e de todas as nações.

Se alguém se reconhece alludido, a sua consciencia será quem o accusa; nós nunca. O nosso intento ao es-

crever este artigo, reduz-se a dizer ao povo, que amamos sem que sejam os seus cortezãos: *esta é a democracia, aquella a demagogia: examina, julga, e escolhe!*

Manuel de la Revilla.

Vai publicar-se brevemente em Lisboa um novo jornal democratico — *A Republica*. Damos os parabens aos novos apóstolos. É evidente que a luz vai irradiando por toda a parte, e que o reinado dos preconceitos tem os seus dias contados. Esperamos ansiosos a publicação do novo órgão democratico, que, partindo da capital, pode fazer um grande serviço á democracia. Pelo que poderíamos dizer emquanto ás idéias do novo jornal, melhor do que nós o dirá o programma que recebemos e que em seguida publicamos.

## A REPUBLICA

Jornal da democracia portugueza

Á NAÇÃO

Affirmar ao paiz a existencia d'um partido republicano portuguez, manifestar o seu credo, propugnar por elle e assim fixar um termo e abrir uma estrada segura ás ambições de bem estar social e politico, incontestaveis e justificadissimas, da nação portugueza, tal é o pensamento que presidiu á creação d'esta folha.

O erro fundamental de todas as tentativas democraticas que desde a revolução de 1789 em França tem abalado a Europa, foi de um lado, o separarem a questão social da politica, do outro, o abandonarem a primeira e na segunda inspirarem-se pelo sentimento, pela paixão, em vez de se inspirarem pela sciencia, pela razão.

Centralisadores, os democratas europeus até 1848 viram cair por terra todos os seus tentames, depois de verem a demagogia e a guerra, a paralisação das fontes de riqueza publica e o estremecimento das bases naturaes da sociedade.

Não se percebia até então que a politica é verdadeiramente uma sciencia, que é nos factos positivos, na experiencia, na historia e na critica, que a democracia tem o seu futuro lavrado, a sua realisação segura, a sua philosophia fundamentada.

Mudaram completamente as cousas. Desde 1848 até hoje tem-se effectuado na Europa uma verdadeira e segura revolução. O partido democratico, vivo e forte em toda a parte, engeitaria Robespierre e o *Terror*, como havia de engeitar Lamartine e os homens correlativos da revolução de 1848. O partido democratico europeu, se olha para o passado, vê nas constituições municipaes, que a centralisação da monarchia esmagou, o esboço das federações futuras. O partido democratico, pondo os olhos na Suissa actual, lamenta que não tivesse sido possivel á Europa conservar e desinvolver as instituições desenterradas da historia por Thierry em França, pelo sr. Herculano em Portugal « porque estamos intimamente persuadidos de que, depois de longo combater e de dolorosas experiencias politicas, a Europa hade chegar a reconhecer que o unico meio de destruir as difficuldades de situação, que a cercam, de remover a oppressão do capital sobre o trabalho, questão suprema a que todas as outras nos parecem actualmente subordinadas, é o restaurar, em harmonia com a illustração do seculo, o municipalismo, aperfeiçoado sim, mas accorde na sua indole, nos seus elementos, com o da idade media.» (*Hist. de Portugal*, liv. VII, parte II).

Taes são as palavras do nosso grande historiador confirmadas já hoje pela maxima parte dos publicistas. O tempo do longo combater e das dolorosas experiencias politicas vae passado, porque a Europa reconheceu já o unico meio de salvação. O municipalismo, aperfeiçoado em harmonia com a illustração do seculo, recebeu no foro da sciencia politica a denominação de *principio federativo*. É a descentralisação radical das forças, dos elementos e das instituições, é depois a associação, a federação dos *individuos* dentro do municipio, dos *municipios* dentro da provincia (o *cantão* na republica suissa, o *estado* na americana), das *provincias* dentro da nação.

Assim a *Republica*, propagando as doutrinas da democracia moderna e fazendo publica a voz do unico partido de salvação para a nossa terra, attacará com todas as armas da razão as centralisações, sejam os governos pessoases ou sejam, como entre nós, parlamentares. Discutir-as-ha á luz da historia e da economia politica, á luz de toda a sciencia social, pelo melhor dos systemas o da comparação.

Ahi vereis, portuguezes, quaes e como são as origens da immoralidade e da miseria que affligem a Europa inteira, que nos affligem a nós, mais talvez do que a nenhuma outra nação!

Ahi vereis, portuguezes — vós que, estabelecendo a monarchia constitucional, julgastes entrar na estrada do progresso por não saberdes que nada ha mais nocivo do que as meias liberdades — ahi vereis o caminho para sairdes d'este entorpecimento horrivel, em que a nação se extorce e que poderá — quem sabe? — leval-a até á morte.

A corrupção como systema indiscutido de governo, a ambição e a torpeza como unicos titulos á elevação dos homens, e as consequencias dos dois factos, a pobreza geral e a banca-rota do thesouro, os impostos crescendo todos os dias e os cofres publicos sempre vasio, estes são os caracteres de morbidez politica, estes são os caracteres da monarchia constitucional entre nós.

Se a morbidez do systema, vos não chega ainda a vós, povo! se estaes vivo, como elle o não está! estremecei e salvae-vos porque, se o não fizeres, a morbidez vos ganhará e, depois da morbidez, a morte!

Salvae-vos! a salvação é a liberdade, a liberdade é a republica.

Impossivel seria esboçar sequer neste logar tudo quanto a *Republica* intenta dizer ao povo. Estas palavras, muito breves para que possam ser tomadas como um manifesto, são tão sómente uma definição summaria do espirito politico que presidirá á publicação que se annuncia. O manifesto ha de o partido ir successivamente lavrando nas paginas da *Republica*.

Considerando inseparaveis as questões sociaes, economicas, industriaes, scientificas e artisticas da questão politica, porque em todas ellas a revolução tem de ser e é uma e a mesma, a *Republica* propugnará pela reforma das instituições sociaes segundo o credo do partido democratico europeu; trará á discussão as questões ainda não resolvidas e solemnemente consagrará os principios fundamentaes de toda a sociedade culta, principios sem os quaes a vida civil é impossivel; a propriedade e a familia, o direito á vida e o direito ao suffragio que são o reconhecimento, pela lei, do homem e do cidadão. Não como simples amenidade, porque a arte não é sómente isso, mas como expressão da revolução correlativa, a *Republica* pugnará pelo espirito de renovação, e na arte, como nas sciencias moraes e naturaes, a *Republica* hade acompanhar summariamente os trabalhos e registrar as conquistas da cvilisação.

Eis ahi o que o jornal se propõe ser.

Sem côr politico dentro dos grupos presentes ou futuros do constitucionalismo, a *Republica* hade comtudo ir commentando os acontecimentos para tirar d'elles a comprovação ás suas doutrinas e para mostrar ao povo o que é

e o que pode ser a monarchia constitucional, para lhe mostrar o que ella tem sido e é entre nós.

O povo, o que trabalha e paga e soffre, não a familia parasita dos intrigantes politicos, olha com indifferença as reformas que se succedem todos os dias e pela impotencia se repetem; o povo olha com indifferença a formação e dissolução continuada dos parlamentos; e o povo tem razão.

Tem razão, porque reconheceu a verdade de que os parlamentos e as reformas são absolutamente estereis dentro do systema actual. Que uma facção se substitua a outra facção, que as secretarias se organisem de uma forma ou de outra, que lhe importa isso, ao povo, se elle vê que nenhuma facção, nenhuma reforma pode realizar a ambição justissima de bem-estar que o anima? se ella vê que nenhuma facção, nenhuma reforma pode salvar este paiz da borda do abysmo onde o lançaram?

Como o povo, a *Republica*, solemne e terminantemente o diz, não tem facção, não poderia tel a.

Nasce porque é o orgão de um partido. Viverá porque a sua voz, erguendo-se no meio deste coaxar de rans, hade acordar o povo; porque a sua voz é franca e pura e por isso forte; porque a inspira a verdade, a dirige a razão e a anima o amor a esta terra portugueza que, se não tiver forças para se abraçar á republica, morrerá decerto sob as ruinas de um throno, abraçada á mumia de um systema.

Tal não hade succeder!

## ● pauperismo

(Continuado do n.º 2)

### II

Direito? Dever? Virtude? Conveniencia? Necessidade? Tudo.

O problema, de cuja solução depende a suppresão da miseria e a abolição do pauperismo, é, como a necessidade que o provoca, complexo nos seus elementos, complicado nas suas formulas.

Tomemos pois para fundamento — os factos constantes e as scenas varias, que debaixo de mil e mil apparencias e diversos aspectos a historia nos apresenta, — os males, que reproduzindo-se de geração em geração, atravez de todos os seculos, assolam e contristam as sociedades modernas, que, herdando as causas, soffrem tambem os effeitos desastrosos, e são como abutre a rasgar fibra a fibra o grande coração deste esforçado e generoso Promotheu, que a historia hade registrar com o nome de — civilisação do seculo XIX.

Forçoso é decompor o problema em suas partes, consideral-o debaixo de diferentes aspectos, tomar um por um os seus elementos, para os submeter á analyse rigorosa da critica juridica e economica, visto serem a justiça e a economia social os verdadeiros criterios, que nos hão de guiar no labyrinthoso calculo que a sua solução exige.

Socorrer a miseria, amparar o desvalimento, consolar o infortunio, dar trabalho ou pão ao necessitado — será simplesmente um *direito* e como tal facultativo? — será um *dever* e como tal obrigatorio? — será uma *virtude* louvavel e generosa? — uma *conveniencia* particular e publica? — uma *ne-*

cessidade impreterível? É tudo: respondemos nós. A demonstração, ainda que difficil, é todavia possível.

Pergunta-se: É justo, deve ser garantido a qual-quer praticar actos de beneficencia e caridade, *assistir* seus semilhantes desvalidos, ou logo que nas- cem, ou na infancia, na virilidade, na velhice, na enfermidade ou na robutez, amparal-os e ministrarlhes consolações na hora extrema, dar-lhes sepultura e velar ainda no bem do espirito, para alem do tumulo, suffragando-lhes a alma?

É tudo isto um direito, que as leis devam reconhecer e garantir?

Uma só resposta e essa absoluta: Sim.

Será um dever individual, *juridicamente* exigivel, e terá o desvalido um direito correlativo a esse dever, tão natural e originario como o direito á vida e ao desenvolvimento, de modo que possa exigir *singularmente* de outrem os meios necessarios para o conseguir?

Não.

E em um estado social *pactuado*, *juridicamente* garantido, na sociedade *solidariamente* organizada, haverá um *dever colectivo* na *communitate* e um *direito individual correspondente* no cidadão necessitado?

Aqui é grave a questão, gravissima e diversamente resolvida por homens, systemas e escolas diferentes.

É o direito á *assistencia publica*, ao *trabalho*, á *caridade legal*, á *beneficencia do estado*.

Vejamos:

Uns não vêm na sociedade mais do que uma *juxtaposição* de individuos, uma simples *coexistencia* de liberdades, naturalmente propensas á lucta, sempre dispostas, por uma tendencia irresistivel, ao choque e á hostilidade reciproca. O *estado* é um *systema*, *artificialmente* combinado de forças e garantias sociaes, com um caracter *puramente negativo*, a sua acção é *essencialmente repressiva*; a sua missão limita-se a manter *physicamente* a independencia reciproca das individualidades nas suas respectivas *esferas*, perpetuamente *comprimidas* e eternamente *separadas*, entre as quaes não ha laço ou ponto de *solidariedade* que se toque, nem harmonia nos movimentos, mas indiferença e isolamento. Se não fosse atrevida a comparação, diriamos que este *cosmos* juridico é, como um *systema* planetario sem centro e sem gravitação.

São e pensam e doutrinam assim os *individua- listas*.

Para elles — a *igualdade* está nas propriedades mathematicas de uma figura geometrica.

A *sociabilidade* é o *isolamento* *cellular*.

A *fraternidade* o *egoismo* feroz da individualidade soberana.

A *liberdade*, dentro da esphera, é o *arbitrio*; fora da esphera um *crime*.

A *justiça* consiste na independencia absoluta.

O *direito* é uma faculdade despotica, que pode ir até ao *abuso* e á *destruição* da *personalidade* *ju- ridica*.

O *dever* é simples *omissão* do mal, e ao mesmo tempo uma *negação* para o bem.

Por *garantia* só reconhecem a *coacção* *phisica*, isto é, a força material, o *constrangimento* do corpo.

Para esta eschola, para um tal *systema* a *beneficencia publica* não existe; se é um *preceito moral*, um *conselho evangelico*, não é, nem pode ser, um *principio juridico*; se é um dever perante a razão e a consciencia *moral*, que a *impõem*, é *mera faculdade* perante a razão e a consciencia *juridica*, que a *toleram*<sup>1</sup>.

Nos codigos, temperados nesta *philosophia tran- scendente*, não poderão escrever-se os mais sublimes preceitos da moral, não terão uma nota de harmonia os mais elevados e generosos sentimentos de humanidade e amor fraterno; que onde reinam o egoismo e a força, não pode sentir-se o amor, nem a fraternidade dominar ou ao menos achar bene- volo abrigo e honrosa hospitalidade<sup>2</sup>.

Outros sustentam que o direito é por essencia *positivo*; objectivamente traduz-se, individualisa-se torna-se concreto em uma *condição* de vida, meio para realizar a suprema lei do dever.

<sup>1</sup> É absurdo admitir como possível a coexistencia de *duas razões* uma *juridica* e outra *moral*. Este *dualismo* é apenas uma *estrategia escolastica*, mera *hypothese gratuita*, que só pode servir para explicar factos viciosos, erros praticos e theorias, como esta, absurdas e profundamente desoladoras, para harmonisar, aparentemente, cousas irreconciliaveis, ideias contradictorias. Já a celebre distincção em *razão pura* e *razão pratica* valeu ao immortal Kant a annullação de todo o seu primitivo *systema metaphysico*. A *razão pratica* destruiu a *razão pura*. É que não pode haver *dualismo* no que é *unico* e a *razão* é *só uma*. E com effeito não se concebe que a *razão, juridica* regeite ou condemne, o que a *moral* sanciona, nem que a *razão moral imponha* como *lei*, o que a *juridica* apenas *pode tolerar* como simples *concessão*. D'estes e outros erros e absurdos estão eivados, na maior parte, os *systemas philosophicos* que dominam o mundo actual.

<sup>2</sup> São desastrosas estas consequencias, que francamente deduzem dos seus principios; mais desastrosas ainda surdem e naturalmente fluem outras, que em vão pertendem dessimular e esconder, mas que uma logica sincera e inexoravel, sem grande esforço, lhes arranca e põe a descoberto.

Este *systema* legitima o *suicidio*, garante a *prodigalidade*, sanciona a *eseravidão*.

Este *systema* é duas vezes *contradictorio*:

Desconhecendo a natureza humana, ignorando qual seja o verdadeiro fim do homem e da sociedade, chama ao direito complexo de condições *internas* e externas de conservação e desenvolvimento individual e social, e auctorisa o isolamento, o egoismo, a indiferença reciproca e, para maior coherencia e rigor logico, garante a *alienação* dos *direitos absolutos*, isto é, a aniquilação parcial ou total da *personalidade* humana!

Separa *radicalmente* o direito da moral e, quando a logica inflexivel o arrasta e leva até á beira do abysmo, pede (é sublime!) á moral que o ampare, que o socorra, que o detenha na queda inevitavel!

Quando o sentimento, a razão, a consciencia bradam, em nome da natureza e da dignidade humana, contra a immoralidade contra a injustiça, fazem surgir por entre as *esferas* immoveis, frias, mudas, como as campas de um vasto cemiterio, um phantasma invisivel e impalpavel, a que dão o nome symbolico de *concurso de circumstancias*, para explicar, como o espirito das trevas, o monstruoso absurdo, a anomalia assombrosa! Este *concurso de circumstancias*, este mytho, esta ficção é uma *esphyng* philosophica, como ha muitas em tão admiravel *systema* juridico.

Ha aqui não sei que de analogo ao pecado original e á redempção pela graça.

Afastaram, quanto lhes aprouve, o direito do espirito da moral, e clamam pela moral, que venha salvar o direito! Torturam, suppli- ciam a moral e glorificam-a depois!

A essência, o caracter predominante da sociedade está, não, como pretendem aquelles, na justa posição de individuos indifferentes, na coexistencia de liberdades egoistas, mas no *mutuo e reciproco auxilio*, na realisação da grande e eterna lei do *amor do proximo*, que antes de ser escripta nos codigos divinos, havia sido gravada no grande e sublime codigo da humanidade — a natureza — como demonstra aos que não são incredulos, nem sùberbos, nem ignorantes o estudo profundo e consciencioso da *finalidade* humana.

O direito, segundo esta *benemerita e christianissima* eschola, é uma das manifestações da *grande lei*, que o *direito*, como a moral, como a economia politica, como todas as sciencias sociaes, deve traduzir e desenvolver; se a moral lhe chama — *amor do proximo*; o direito e a economia exprimem-se nesta formula — *mutualidade de sevrviços*.

O *estado*, segundo os principios desta eschola, é o representante mais completo deste *organismo*, desta maravilhosa *harmonia*, d'esta *communhão* de ideias, de sentimentos e esforços, que se chama *sociedade*.

É a eschola dos *mutualistas*, aclamada pelo povo em 1848, e aonde se têm ido successivamente alistar os homens mais eminentes do partido democratico em França, e á qual pertencem dous genios grandiosos e, cousa singular! aparentemente antagonistas, Bastiat e Proudhon<sup>1</sup>.

Para estes a *assistencia*, sem que deixe de ser uma virtude christã e um preceito de moral, é na *essencia* e na *forma* um *principio juridico*, um *direito individual*, um *dever colectivo*.

Os *socialistas*, cedendo mais a um sentimento generoso do que a uma ideia clara e a uma convicção profunda, obedecendo antes á força da necessidade do que á soberania da lei, conclamam — que a *assistencia* é um *direito individual*, e que o *dever*, a obrigação correlativa está *essencialmente* comprehendida na missão do *estado*.

O *communismo* nega a *condição juridica* de todos e de tudo: nega a garantia do direito e o proprio direito, e rende-se ou ao *falso* socialismo ou á *demagogia anarchica*.

Os *anarchistas* vêm na *propriedade* o roubo<sup>2</sup> e sanctificam a *expolição*. A *liberdade*, para elles, vale tanto como o *arbitrio*, o arbitrio alcança as formas, as propoções e as forças do mais atroz despotismo. Reinando pelas paixões, apregoam a *revolução*.

<sup>1</sup> Este systema, unico, em nosso entender, verdadeiro e profundamente phylosophico, accomodado ás modernas tendencias sociaes e ás aspirações ao futuro, foi recentemente annuciado, sabida e methodicamente esboçado, thsoricamente e praticamente desenvolvido pelo nosso estimavel e erudito collega dr. J. M. Rodrigues de Brito no seu original e excellent livro — *Philosophia do Direito*. A seu tempo daremos noticia e apreciação demorada deste importante escripto, que por certo faz honra á Universidade.

<sup>2</sup> Neste numero, nem ao menos por sombras, nos advem á lembrança comprehender Proudhon e a sua eschola; essa *gloriosa* barbaridade pertence áquelles que ou não lêram os seus escriptos, ou, lendo-os, não puderam ou não quizeram comprehendel-o.

Não são elles por certo que hão de resolver o problema do mal, que mais complicam e aggravam nas suas causas. nem abolir a miseria, que mais augmenta e recrudescce prodigiosamente com os seus funestos desvarios.

(Continua).

M. E. Garcia.

## Politica interna

A revista anterior pintou a nossa organização politica com as côres luctuosas, que a caracterizam; com esse quadro repellente de immoralidades e devassidões, que a cercam; numa palavra com os males, que tem gangrenado e corrompido, desde a primeira até á ultima fibra, o corpo social.

Não olhemos mais tempo para o abysmo Não queremos morrer de pranto como Heraclito; e as miserias que por ahi vão em todos os cantos e em todos os logares, a toda a hora e a todos os instantes, comprimem de angustia profunda os que pensam nesta morte lenta que nos consome dia a dia.

Quando por todos os angulos da Europa se transmite uma nova vida; quando a iniciativa e o progresso, as aspirações e as emprezas, as utopias e as realidades surdem em todos os paizes, como o prenuncio de uma nova civilisação, nós ficamos adormentados neste torpor vergonhoso, e acorrentados, como Sisypho, á rocha estacionaria!

Ergamo-nos pois! Abafemos a nausea que nos causam as pustulas gangrenosas dos nossos corpos politicos, e vejamos qual seja o meio de escapar á ruina que nos ameaça.

Em todos os paizes, desde que foi inaugurado o systema representativo, quando um abysmo se cava aos pés da nação, todos os olhos se lançam espontaneamente, e todos os braços se estendem como por instincto para os *representantes* da soberania nacional. É que no seio dos parlamentos foi onde se levantaram em 1789 os apóstolos da liberdade. É que no seio dos parlamentos se tem erigido mais de uma vez altares á democracia, e entoado vehementes estrophes á civilisação. É que no seio dos parlamentos, finalmente, em 1812 na Hespanha, em 1820 em Portugal, em 1830 e em 1848 por quasi toda a Europa, ainda hoje na França, na Italia e na Hespanha se cantam as sublimes rhapsodias que tem galvanizado cadaveres, e insuflado a actividade nos povos entorpecidos.

Que devemos nós esperar dos nossos parlamentos?

O templo da soberania popular ha muito tempo que está profanado pelas repugnantes parcialidades, pelas desregradas ambições, pelos vicios sem limite d'esses iconoclastas, que destroem o altar dos justos interesses para tripudiar festejando a sua propria elevação.

A camara actual será uma excepção? A immoralidade que presidiu ás eleições, as correrias eleitoraes por todos os districtos, a apresentação official das candidaturas — leva já contaminada a maior parte dos seus membros. Filha de uma má organização politica, inspirada e dirigida ou pelo espirito *faccioso* das localidades, ou pelas pretensões *centralisadoras* do governo, ha de necessariamente ressentir-se da sua origem viciosa. Oxalá porem que as nossas previsões sejam infundadas, e que os representantes da soberania popular se compenetrem profundamente do imperiosissimo dever que sobre elles pesa.

A má organização da camara dos pares é hoje um axioma que não vale a pena discutir; e portanto não pode tambem esperar-se de lá o remedio que minore e aniquile os males urgentes e gravissimos que o paiz soffre.

Mas se as camaras pelo seu lado não realisam as re-

formas e melhoramentos de que o povo necessita, que o progresso exige e que o destino geral da humanidade reclama, poder-nos-ão ellas vir do poder executivo?

Não é a primeira vez, com effeito que o poder executivo se tem abraçado fraternalmente ao destino de um povo na sua mais ampla liberdade, quando as camaras se aterram com as aspirações da nação, ou se gastam e consomem na lucta de pretensões individuaes e facciosas. Os nossos ministerios porem não estão, nem podem estar neste caso. Vivendo no ambiente de uma atmosfera politica já corrompida, saídos de uma eschola desmoralizada, e sobre tudo firmados numa constituição retrograda, hão de necessariamente ser influenciados pelo estado geral do paiz. Não é referencia particular a nenhum ministerio; para nós conservadores ou historicos, fusionistas ou regeneradores, todas as facções e todos os partidos tem mais ou menos responsabilidade do miseravel estado a que chegámos.

Resta o poder moderador.

O poder moderador diante de quem B. Constant, Ramon Salas, Diogo Soria, Silvestre Pinheiro e outros distinctos publicistas se curvam respeitosos, como a verdadeira *chave* da organização politica de um Estado, poderá finalmente ser o extremo remedio no angustioso paroxismo da nossa patria?

O poder moderador, admittindo a sua existencia e necessidade, deve representar na sua essencia a harmonia dos outros poderes; na nossa organização, pelo contrario, o poder moderador representa -- a destruição do poder legislativo como se vê do art. 74 § 4 da Carta Constitucional, -- a invalidação do poder judicial como se vê do § 7, e finalmente -- o predominio sobre o poder executivo como se vê do § 5 do mesmo artigo.

O poder moderador nas nações verdadeiramente liberaes, como nos Estados Unidos, limitadissimo nas suas attribuições, prevenido o mais possivel em todos os seus abusos, representa a soberania popular, que o delega ao presidente da republica; entre nós, incorporado na realza, representa a hereditariedade que nada significa, e antes repugna ao espirito e essencia dos governos representativos.

Saiamos portanto da arena, onde se estorcem impotentes os nossos poderes politicos: nada ha ahí que possa satisfazer-nos.

Temos em frente de nós essa classe, até hoje mais ou menos opprimida, que tem ganho com o seu suor todos os louros do progresso e comprado com o seu sangue todas as victorias da liberdade. Sempre em todos os tempos os filhos do povo tem minado surdamente o edificio das prepotencias; e quando os despotas absolutistas ou *constitucionaes* mais descuidados zombavam da miseria dos opprimidos, é tambem pelos esforços do povo que tem rebentado na sociedade o vulcão revolucionario.

Entre o povo, contudo, nem de todos podemos esperar esse grande movimento que deve realizar-se. Os homens de idade que têm perdido a coragem e a fé, a força e a actividade em presença d'este continuo desmoronamento da nossa sociedade politica, estão gastos tambem pelo desánimo geral, e não podem, por si sós, insuflar a vida no corpo inerte do nosso paiz.

A unica esperança está na mocidade. Ergamo-nos pois todos firmemente convencidos da missão gloriosa que temos a cumprir; arvoremos a bandeira da democracia sobre as ruinas da sociedade actual; e ao sol do progresso e da civilização, e ao estremecimento liberal de toda a Europa e do Novo Mundo desviemos do abysmo e da morte o nosso Portugal.

Vemos com prazer nas trez principaes cidades do reino faiscar ultimamente uma scintilla do entusiasmo republicano.

Em Lisboa distribuem-se prospectos para a *Republica*,

e falla-se tambem na publicação da *Fraternidade*, jornaes ambos republicanos; no Porto a *Gazeta Democratica* tracta de evangelisar, como nós, os principios da democracia; em Coimbra, a republica têm, em quasi toda a academia, um altar nos corações.

Louvor a todos aquelles que não esmorecem no meio da fraqueza geral; e não paremos um momento á beira da estrada. A persistencia aturada e o trabalho energico hão de, mais tarde ou mais cedo, quebrar todos os obstaculos, e esmagar debaixo do peso da vontade racional os preconceitos e as immoralidades.

*Adriano Anthero.*

## Politica externa

**Summario.**—HESPAÑHA—desharmonia entre os monarchicos, analyse rapida dos diversos partidos.—FRANÇA—carta imperial de 21 de março,—julgamento de Pedro Bonaparte.—ROMA—procedimento das potencias a respeito do concilio.—ALLEMANHA—crise ministerial em Viena,—agitação pacifica contra os armamentos da Prussia.

Abrimos a revista com um facto, grave em si e importante pelos seus resultados, pois que necessariamente a politica hespanhola nos vai offerecer um aspecto differente d'aquelle, que nos tem apresentado desde a revolução de setembro de 1868. O rompimento entre a união-liberal e os radicaes, que tanto se receava e que de ha muito se previa, é hoje um facto consummado. Assim o affirmou a votação sobre a proposta do sr. Figuerola, em que o governo obteve apenas cinco votos de maioria; confirmou-o depois a sahida do ministerio do sr. Topete, e a demissão dada pelos homens principaes do partido vicalvarista dos elevados cargos que occupavam.

A imprensa de Madrid tem-se espraído em largas considerações sobre o facto, apreciando-o cada jornal segundo as suas idéas e sentimentos politicos. Não podemos ter inteira confiança nas palavras d'este ou d'aquelle periodico, porque a paixão faz ver as coisas por um prisma enganador, que as apresenta muito differentes da sua realidade.

Ha porem um ponto, em que todos concordam e que para nós é incontroverso; e é que este facto vai apressar o almejado desenlace da revolução, pondo termo á interinidade tão funesta para a Hespanha. Ainda que a divisão dos monarchicos não produzisse outra vantagem, era já muito acabar com a incerteza, que é o estado mais afflictivo do espirito; mas parece-nos que a causa do progresso e da liberdade deve lucrar muito com a desintelligencia entre os partidarios da monarchia.

Os retrogrados carlistas e isabellistas foram ha muito condemnados pela razão esclarecida dos povos, porque sobre elles pesa a responsabilidade pelo derramamento do sangue de muitos martyres, pelo lucto e desgraça de muitas familias; desapareceram para sempre, como instituições anachronicas e incompativeis com a illustração do nosso seculo. A revolução de setembro foi o despertar d'um povo, que não pode, nem quer ser esmagado por mais tempo: a Hespanha de hoje é a Hespanha liberal de 1812 e 1820, mas superior em civilização.

O partido unionista nem é do presente nem do passado, nem é reaccionario nem liberal, é um todo hybrido e incomprehensivel. Não o anima uma idéa, não trabalha por um principio; tem sido sempre um partido de occasião; desde a sua origem que adoptou uma politica hypocrita e acanhada; pode considerar-se finalmente como um tropeço á marcha da revolução, em que tomou parte unicamente por interesse proprio. Este grupo, favorecendo a candidatura de Montpensier, perdeu algum prestigio que lhe restava, e lavrou a sentença da sua condemnação.

Os radicaes querem a monarchia, mas não encontram monarchia; dizem-se revolucionarios, mas não se atrevem a realizar o programma que formularam antes da revolução. A volubildade das ideas, a pouca energia e a falta de tacto politico têm despopularizado este partido, que em tempo foi muito popular na Hespanha.

A força do partido republicano federal augmenta diariamente, porque tem sido coherente, abraçando a revolução até ás suas ultimas e legitimas consequencias. A scisão entre os monarchicos dá incontestavel superioridade aos republicanos sobre os seus adversarios; enquanto estes consomem as forças e o tempo em se guerrearem, aquelles trabalham com zelo e enthusiasmo para que triumphe a causa que professam, e pela qual não duvidam sacrificar-se.

A tempestade, tantas vezes conjurada, estalou emfim. Reina a confusão nas phalanges monarchicas; e os republicanos permanecem firmes no seu posto, porque os fortalece a confiança no futuro que lhes pertence.

Correu em Madrid o boato de que Prim queria aproximar-se dos republicanos, proclamando-se a republica unitaria, da qual seria elle o presidente.

Não sabemos o que ha nisto de verdade; mas tomamos a liberdade de dirigir aos nossos correligionarios de Hespanha as seguintes considerações. É preciso que os democratras não façam unicamente questão de palavras. Pouco importa que um governo se chame monarchia, ou republica, se esse governo for centralizador, despotico ou immoral. Para nós a republica unitaria tem mais inconvenientes do que a monarchia, porque as liberdades publicas estão á mercê do primeiro ambicioso que alcance o poder: veja-se o que aconteceu em França com o primeiro e segundo imperio. Os exemplos do passado devem-nos servir de lição para o futuro.

Parece-nos igualmente que não pode nem deve ser presidente da republica um homem, que é Marquez, conde e capitão general, quando o seu passado nos não offerece garantias da sua dedicação á causa democratica. Talvez que os nossos temores sejam exagerados, mas julgamos que é imprudente e arriscada a experiencia. Os republicanos não carecem das bayonetas; as suas armas são mais sublimes, pois combatem com a razão, com a palavra e com

o exemplo. Todos os despotas aniquilados pelo fogo sagrado das revoluções eram defendidos por muita gente assalariada; mas os janizaros de que se rodeavam não puderam obstar á sua ruina. A pressão pode impedir por algum tempo a explosão da machina revolucionaria; mas só consegue tornal-a mais violenta e perigosa para aquelle que a comprime.

Em França as sessões do parlamento não têm offerecido grande interesse, porque ha dois factos que servem de thema ás reflexões da imprensa e ás conversações nos circulos politicos—a carta imperial de 21 de março, e o julgamento do principe Bonaparte.

A carta foi dirigida ao sr. Ollivier, ordenando-lhe que redigisse um projecto de senatus-consulta, que reforme a constituição de 1852, restituindo á nação a parte do poder constituinte que ella tinha delegado, e dando ao senado uma parte do poder legislativo. Não é conhecido o senatus-consulta; mas, trabalhando nelle o ministro da justiça, e MMr. Rouher e Thiers, deve sahir obra perfeita no seu genero. Não esperamos porem que seja uma reforma liberal, porque sempre temos sido scepticos a respeito do liberalismo de Mr. Thiers. O que nos espanta é vermos de mãos dadas o antigo ministro de Luiz Philippe e o ministro mais reaccionario que tem tido Napoleão III; admiramos a politica habil do Imperador, que soube combinar elementos, tão heterogeneos e desharmonicos.

Esta reforma da constituição é um expediente empregado pelo imperio para illudir a opinião nacional justamente indignada; mas Napoleão continuará sendo o mesmo despota que tem opprimido a França durante o longo periodo de dezoito annos.

Quem acreditar nas intenções sinceras do Imperador mostra desconhecer a historia contemporanea. O homem que suplantou a republica, de que era presidente, que protege a theocracia de Roma, que preparou a morte de Maximiliano, que persegue a imprensa, que tolhe o direito de reunião e associação, nunca pode merecer a estima dos homens liberaes. Napoleão III não é o amigo da liberdade, é o traidor da democracia; não é o defensor da ordem, é a personificação do despotismo; não é o sustentaculo da justiça, é o protector dos assassinos, que são seus parentes.

Os leitores comprehendem que nos referimos a Pedro Bonaparte, que ultimamente foi absolvido em Tours.

A historia d'este processo abunda em escandalos. O tribunal funcionou em Tours, para que a população de Paris não protestasse contra a injustiça. Pozeram-se em pratica todos os meios para demonstrar que o principe fora provocado pelo infeliz Victor Noir. Consumou-se a iniquidade de ser absolvido um *espadachim*, que já tem commettido muitos crimes graves.

Superior á justiça fallivel dos homens, está a justiça indefectivel de Deus.

Talvez que a morte de Victor Noir, que os juizes não quizeram punir, seja castigada com a ruina d'essa familia Bonaparte, que tem sempre trahido o povo, a quem deve toda a riqueza, e poder. Confiamos no futuro, porque defendemos a justiça, não obstante a opinião de mr. de Gerardin, que julga a dynastia napoleónica eternamente segura. Têm-se visto collossos mais fortes derribados pela tempestade revolucionaria; e a revolução que se está operando na Europa é a immensa alavanca, que ha de mover o mundo.

Um telegramma de Roma com data de 23 do corrente diz que o Papa se recusa a admittir no concilio um legado, qualquer que elle seja. Folgamos com esta noticia, porque entendemos que todas as religiões, todos os systemas, todas as escholas e todos os partidos devem proclamar livremente as suas doutrinas, para se apurar a verdade pela discussão.

Nenhum estado tem o direito de impedir á Egreja que defina novos dogmas; á humanidade compete admittil-os ou regeital-os. Justos louvores merece o Pontifice pela energia com que se oppõe á interferencia dos estados sobre os assumptos ecclesiasticos; muito estimariamos tambem que a curia e os bispos não quizessem ingerir-se nas materias civis e politicas.

O governo italiano, segundo as declarações do sr. Lanza, resolveu não intervir nem directa nem indirectamente nos negocios do concilio. Acertada resolução foi esta, da qual a Italia nunca terá que arrepende-se. Deixemos o ultramontanismo com a infallibilidade e com o sylabus; emquanto elle se despenha no abysmo, trabalhemos com entusiasmo para que se realizem os principios, que a philosophia nos aponta como justos e racionais.

Não nos amedrontem os anathemas, que hoje são impotentes. O seculo xviii assentou os alicerces do edificio; ao nosso seculo pertence concluir a obra, para merecer as bençãos dos seculos futuros.

Na Austria ha crise ministerial. O Imperador não quiz approvar o projecto de Giskra, que introduzia as eleições directas; pelo que a reforma eleitoral foi addiada indefinidamente por decisão tomada em conselho de ministros. O ministro do interior deu a demissão, como a sua dignidade o exigia; e é de esperar que os seus collegas o acompanhem, porque devem ser solidarios. Vejam os nossos conservadores que bellos resultados produz a participação do monarcha no poder legislativo: deixa de promulgar-se uma medida liberal, porque desagrada ao representante do despotismo hereditario! Parece que Francisco José quer morrer impenitente; não lhe terão aproveitado as lições severas que têm recebido?

Em Wurtemberg, Ulm, Francfort e outras cidades notaveis da Allemanha celebram-se reuniões

publicas, para protestar contra os grandes armamentos da Prussia. Esta agitação é respeitavel, porque é o clamor d'um povo, que deseja a paz entre todas as nações como condição imperterivel da prosperidade social.

Fernando Chrysostomo.

## EXPEDIENTE

Recebemos — *La Republica Iberica*, diario politico de Madrid, que se digna trocar com o nosso semanario. Agradecemos penhoradissimos a remessa, bem como as benevolas palavras da carta que seu redactor dirigiu a esta redacção. Se todos não tivéssemos em nós a energia convicta nesta gloriosa propaganda, bastariam para nol-a dar as animadoras expressões do sr. D. Miguel Morayta.

Recebemos tambem — *Os Estados Unidos da Europa*, orgão da Liga da Paz de Genebra. Agradecemos esta fineza a Mr. Delerue, agente da liga em Portugal, assim como as lisongeiras expressões que nos dirigiu; e declaramos já que anuimos com todos os nossos desejos e aspirações ao pensamento eminentemente civilizador da liga federal.

Agradecemos tambem aos jornaes que trocaram connosco; assim como exprimimos o nosso reconhecimento pelas palavras animadoras com que fomos recebidos.

Recebemos alguns exemplares do novo livro do sr. dr. M. Nunes Gerales — *O Papa-Rei e o Concilio*.

Brevemente faremos uma apreciação desta obra verdadeiramente importante pelo seu merecimento litterario, e scientifico e pelas ideias liberaes que defende.

Fallaremos igualmente dos *Estudos sobre Finanças* do sr. dr. Antonio dos Santos Pereira Jardim, livro verdadeiramente scientifico, iuspirado pelos principios da eschola democratica, e a toda a altura das ideias liberaes sobre o imposto, e que muito póde contribuir para a resolução dos problemas financeiros.

### Assigna-se para este jornal :

Coimbra — Livraria Academica de J. Melchiades, rua da Calçada.

Lisboa — Campos Junior, rua Augusta, n.º 77 a 81.

Porto — Livraria Internacional de E. Chardron, aos Clerigos.

### Preço da assignatura por trimestre

Em Coimbra..... 600 | Fóra de Coimbra... 700

Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á *Redacção do Trabalho*, Couraça dos Apostolos, n.º 39.

Responsavel — M. E. GARCIA.

# O TRABALHO

SEMANARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 8 de Abril

N.º 4

## ● pauperismo

### III

**Summario.**— Continuação do numero antecedente — A THEOCRACIA, seus adeptos e defensores, a soberania de *direito divino*, superstição e fanatismo religioso, impostura e beatice (caridade hypocrita).

A *theocracia*<sup>1</sup>, adulterou as tradições religiosas, mundanisou a revelação, fabricou com mysteriosos caracteres e phrases cabalisticas um documento falso, uma procuração outorgada pelo proprio Deus, para reger os povos e governar o mundo!

Este importante documento, do qual resam os annaes do dispotismo, mas que ninguem até hoje ainda viu, e cujo *authographo* não apparece em archivo algum, foi acceite, ou antes supportado pelo povo, a quem a fé, e mais do que tudo a ignorancia, não permittiam ler e discutir, para contestar-lhe a validade.

A fim de angariar crentes ou conseguir *passiva obediencia*, empregaram estes generosos *procuradores* de Deus o terror, a tortura, o martyrio na terra, ameaçaram com os horrores do inferno alem da vida.

Chamaram-se *theocratas*, soberanos de *direito divino*, por se dizerem *mandatarios* do proprio Deus; *absolutistas*, por haverem todo o poder humano e pretenderem ser os fieis depositarios da omnipotencia do céo. Governaram o mundo com a força, com a ignorancia e com o fanatismo. Hoje chamam-se falsarios, despotas, hypocritas, expoliadores. A *miseria* é um producto das suas machinações e desvarios; o *pauperismo* a sua obra tristemente *grandiosa*. Vejamos:

A *theocracia* e o poder absoluto accorrentaram a razão e a consciencia dos povos á *miseria* da igno-

rancia e do fanatismo, e surgiram então, para mergulhar no lôdo social — os *proletarios* do espirito.

A *theocracia* desherdou, empobreceu o povo por usurpações continuas, sequestrou-lhe com a propriedade o trabalho, com a propriedade e com o trabalho a familia, com tudo isto a importancia social e alegria do lar domestico; e appareceram então — os *proletarios* do corpo, da dignidade e da honra, os famintos, os nus e os corruptos.

Precipitando-os nesta multiplice *miseria*, no vicio e no crime, immobilizando a vontade, tolhendo a palavra, suffucando aspirações, fêl-os escravos da sua fé e prometeu-lhes a liberdade nos ceos; tornando a vida pobreza, ignominia, escravidão e martyrio, apontou em premio, não da virtude mas da obediencia passiva, a felicidade para alem do tumulto; para castigo de insubordinação ou resistencia fez-lhe acreditar nos tormentos do inferno; appareceram então — os *escravos* da fé, os *proletarios* da esperanza, os *indifferentes* do mundo, os *ambiciosos* do ceo, os *receiosos* das penas eternas; — os fracos e os timidos.

O *despotismo* monarchico, a *realeza absoluta*<sup>1</sup>, tiveram a mesma ou peor origem ainda; exerceram a mesma acção usurpadora, influencia igualmente pernicioso. Fructo venenoso do passado, estas duas outras tyrannias foram irmãs ou descendentes da *theocracia*; a natureza é a mesma, na forma pouco differem. Tyrannia do sacerdocio, tyrannia do imperio ou da realeza, tudo é tyrania.<sup>2</sup>

Levantou-se então um bando de homens, que se disseram representantes, partidarios defensores dessa triplíce monstruosidade. Infelizmente ainda hoje tem successores e descendentes, membros hereditarios, adventicios ou proselytos, e chamam-se — *theocratas* e *absolutistas*: são parentes e amigos; têm o mesmo patrimonio, a mesma industria; a

<sup>1</sup> Esta palavra na sua significação etymologica designa propriamente o governo de Deus; considerada na sua significação real e historica designa o governo, exercido em nome da divindade, por homens que fallam em nome do proprio Deus e se inculcam seus *ministros*. As instituições e as leis theocraticas são tambem fundadas em nome da divindade e consideradas, não como obra dos homens, mas um resultado da revelação do céo, que as ordena e traça todo o seu plano; são, para os que as admittem e para os que se dizem seus representantes, depositarios e executores, eternas e immutaveis como o seu *divino* autor. Estes *procuradores celestes*, defendendo os seus *interesses* e *prerogativas*, julgam e pretendem fazer acreditar que defendem o proprio Deus, sem que possam renunciar (affirmam elles) a um poder, cujo exercicio lhes foi directamente confiado pelo senhor de todas as cousas.

Michel Nicolas.

<sup>1</sup> Absolutismo é aquelle governo, em que a vontade de um *senhor* é a unica lei, do qual as *corporações*, quando por ventura existam, são apenas orgãos transmissores; este *senhor* absoluto considera-se o unico proprietario do seu imperio, e vê nos seus subditos meros usufructuarios; neste governo pode qualquer ser privado da sua liberdade e até da vida, sem que a auctoridade se digne explicar os motivos, sem que ao menos se possa manifestar o desejo de os conhecer; os tribunaes, se os ha, são subordinados aos caprichos e arbitrariedades do poder, annullam-se as sentenças, em que a innocencia não tem mais garantia do que o proprio crime.

Benjamin Constant.

<sup>2</sup> «... car il est bien que vous sachiez que tout exces de pouvoir est tyrannie, qu'elle que soit la nature de ce pouvoir.»

Pinheiro Ferreira.

maior nobreza da antiguidade, os mais velhos e fidalgos pregaminhos.

Sentem as mesmas necessidades e nutrem eguaes desejos. Têm as mesmas crenças e aspirações. O campo onde combatem, as armas que manejam são identicas; tambem são identicas a sua politica, justiça, lei, religião, moral, a sua *philantropia* e *caridade*.

Dignos e completos representantes de *illustres* avoengos, instituidos herdeiros em um testamento condicional, são herdeiros e representantes em tudo; se podem e se lh'o consentem, cumprem á risca as clausulas e executam fielmente a vontade dos testadores<sup>1</sup>.

Os *absolutistas* e os *theocratas*, os representantes odiosos do *antigo regimen*, são hoje como foram sempre.

Pretendendo assenhorear a terra e escravisar os homens, levantam os olhos, injectados pela colera ou pelo remorso, para o céu, que não podem escalar e onde não chegam as suas devoradoras garras; que se podessem — ousariam arrebatat os raios do sol, não para fecundar a terra e fazel-a productiva, mas para a abrazar e tornar esteril; não para dar luz ao mundo e aquecer aquelles que a sua ambição e orgulho deixaram nus da alma e do corpo, mas para mergulhar o mundo e as victimas nas densas trevas da superstição e do fanatismo; que se podessem — quereriam o raio e o trovão para instrumentos de oppressão e terror; que avidos, se podessem, — ousariam desprender do firmamento as estrellas, para adornar com ellas as suas coróas e thearas, e a lua para candelabro nos seus nocturnos festins, nas suas immoralissimas orgias; que se podessem, pigmeus na virtude, gigantes nas ambições e no orgulho — quereriam «ir collocar nos céos e assentar no throno de Deus os despotas da terra!»

Mas é que Deus não conhece *desigualdade* entre os homens, e o sol e as estrellas e a lua não pertencem individualmente a alguem, são *usufructo* da humanidade, *propriedade* dos mundos!

Estes *generosos* oppressores do genero humano, *amigos* traiçoeiros do povo, empregando o terror, a violencia, a expolição, a perseguição e a tortura, appellidam-se bemfeitores da humanidade; *hypocritas* por systema, appellam para a moral que a toda hora insultam; *fanaticos* por calculo, recorrem á religião, que desvirtuam e a todo o momento ultrajam; *tyrannos* da egualdade, que odeiam e constantemente destroem invocam a *fraternidade* e o amor de Deus e do proximo; *soberbos* da sua criminosa opolencia, *orgulhosos* de tantos e tantos vicios e falsas virtudes, solicitam a *caridade*, e assim profanam e pretendem manchar o que ha de mais sublime e puro no Evangelho, de que se di-

zem *sacrilègos* interpretes, que renegaram, e nunca, mil vezes nunca poderam comprehender!

Para elles a *assistencia* é, como a liberdade, como o direito, um *monopolio*, hermeneticamente encerrado em cofre de ferro, do qual só os poderosos têm a chave e os tyrannos sabem o segredo.

Para elles a *miseria* é lei natural e divina; sem esta chaga, que o despotismo e a tyrannia abriu e têm constantemente alimentado, o corpo social não poderia viver.

O mal, entrou no plano providencial que presidiu á formação dos mundos; a miseria é um dos effeitos do mal. Elles, que se dizem representantes de Deus, órgãos officiaes da Providencia, têm o dever e o direito de opprimir e fazer soffrer, de martyrisar o corpo social, cuja guarda lhes foi entregue e confiada por *mandato expresso* da divindade!

Sacrilègos! hypocritas! falsarios!

Defensores da theocracia, partidarios do absolutismo, deixae cahir por uma vez na lama que pizaes, a mascara abominavel da impustura, com que embaís os timidos, os ignorantes, os credulos, que tornaes escravos e cegos pela beatices, e pelo fanatismo!

Rasgae a purpura e os arminhos, que vos envolvem o cadaver humano e escondem as maculas do espirito, as ulceras do corpo, corrompido nas devassidões occultas e prazeres mundanos.

Lançaes ás ondas do oceano as *camandulas* do vosso rosario, e deixae ver a corda da fôrça, em que as trazeis enfiadas!

Levantae o *escapulario*, debaixo do qual guardaes o veneno que mata, e as algemas que agrilhoam.

Não entreis no templo, que o profanaes, phariseus da honra, publicanos da virtude, vendilhões usurarios da *caridade*.

Não assenteis morada na casa do senhor, tenda nos seus arraiaes; não ha abi logar para os que fazem guerra á liberdade, á egualdade, e combatem pelo despotismo e pelos privilegios.

Invocaes a caridade, *generosos* protectores do desvalido, *bemfeitores* do orphão e da viuva? pensaes praticar uma obra meritoria, um acto de rasgada beneficencia — arremessando ao pobre, nu e faminto, a mais insignificante e vil moeda de cobre? — mandando distribuir-lhes os restos, mealha desprezada, na mesa farta dos vossos servidores e domesticos?

Soltae da *penitenciaria*, que chamaes pomposamente *assylo de piedade*, *casa de beneficencia*, os encarcerados de ambos os sexos e de todas as idades, que mantendes em *custodia* violenta, para que não vão á vossa porta inquietar a fingida tranquilidade, ou perturbar com gemidos e clamores, com um pro-

<sup>1</sup> Podiamos apontar milhares de nomes e centenares de escriptos, citaremos apenas J. de Maistre e o seu livro *Le Pape*, que os representam e resumem todos, á parte a boa fé, que alguns lhe querem attribuir.

<sup>1</sup> No que dissemos, em tudo o que vamos dizer, só a estes nós referimos; queremos e louvamos a verdadeira caridade evangetlica, a piedade sincera é por nós venerada, objecto da maior admiração. As harmonias e as praticas sublimes do culto religioso elevam a alma até Deus, alentam a esperança, fortificam a fé no christianismo e nas suas promessas.

testo de lagrimas e justas queixas a alegria apparente dos vossos ruidosos festins. Fechae esse *museu* repugnante de raridades humanas e variados exemplares das miserias do pauperismo, onde a trôco de algum *titulo* vão ou *signal* de munificencia regia, alimentaes a immoral curiosidade e lisongeaes o infundado orgulho dos opulentos!

Restitui aos carinhos da mãe, ao seio da familia, ao affago dos parentes e amigos verdadeiramente caridosos, a innocente criança, que, em nome de uma falsa piedade e hypocrita beneficencia, entregaes a fingidos affectos e á indifferença de estranhos.

Muito vos deve o pauperismo e a miseria, a caridade e a religião, a igreja e a sociedade civil! Muito ha a esperar do vosso zêlo e dedicaçào! É realmente grandiosa e meritoria a vossa obra, sublime a vossa piedade!

Arrancae a mascara hypocritas!

Deus é misericordioso e infinitamente justo; não manda lavar sentenças de morte, levantar patibulos, forjar grillhões, povoar masmorras; não precisa de algozes nem de carcereiros; dispensa zuavos e janizaros para guardas do seu templo augusto!

Deus acceita as provas de amor e reverencia, que lhe prestam os justos e os limpos de coração; mas reprova o servilismo pharisaico, a piedade mentirosa dos falsarios: a sua lei é toda luz, vida, liberdade e amor.

Deus acceita como prova de amor e reconhecimento o bem, que os homens se prestam mutuamente no exercicio da caridade evangelica; mas reprova a beneficencia falsa, interesseira e por vezes insolente.

Se em Deus pudesse haver um sentimento mundano, Deus só poderia ter por vós o mais completo desprezo.

Não o receeis porem.

Deus é grande diante dos pequenos, generosa a victima perante o algoz, tolerante o povo em frente dos oppressores!

O perdão do Golgotha chegou a todos.

O sol da redempção maior, mais esplendido que o grande astro do dia, a todos aquece e illumina.

O amor é a lei do Evangelho.

A egualdade a lei da Natureza.

A liberdade, filha do amor e da egualdade, será um dia a suprema, e talvez a unica lei do mundo!

(Continua). M. E. Garcia.

O sr. Marçal d'Azevedo Pacheco enviou-nos o seguinte:

### A republica

Bendiga Dios a quien tenga el anhelo de saber para ser justo!

ROQUE BARCIA.

Ha muito que nas altas regiões da *especulativa* foi condemnado o *monarchismo* para se revelar esplendida a imagem da *republica*.

Já agora não se tracta de discutir preferencias entre as duas formas de governo.

A formula politica, que a philosophia moderna auctorisa para as sociedades civilisadas, é o governo republicano.

Em theoria não conta adversarios para temer.

Quando porem a republica se manifesta na sua realisacão *applicativa*, surgem para combatel-a os malevolos consciences e os ignorantes de boa fé.

Os primeiros, adoradores do *direito divino*, *ostros* do velho regimen, não creem no evangelho social, porque não ha nelle um versiculo onde se leia — *favoritismo, hereditariedade, privilegio, sinecura!*

Estes quatro vocabulos, que significam quatro absurdos monstruosos, são os elementos essenciaes, da vida d'estes inimigos da republica. Eis porque a combatem.

Os segundos, almas timoratas e acanhadas por falta d'instrucção e independencia, teem acreditado que a republica vem sempre cortejada pela revolução e pelo sangue, pela anarchia e desordem. Eis porque a não acceitam.

Sinceramente:

É preciso que os verdadeiros republicanos não planem só no campo dos principios.

É preciso encarar de frente os reis e seus aulicos para lhes dizer que renunciem ao papel anachtonico e ridiculo que representam hoje.

Muitos reis da terra deporiam o sceptro e a purpura, se tivessem conhecimento completo da farça burlesca que desempenham; haviam de preferir ser cidadãos livres e independentes a ser escravos e irracionaes: que tanto importa a *irresponsabilidade* real e a *cortezania* dos paços!

É preciso destruir os preconceitos do povo, e por a claro as tramas ominosas dos vassallos da realaleza.

As calumnias, com que se pretende ennodoar a tunica alvissima da republica, devem estampar-se, á luz do dia, na frente d'esses especuladores, para que o povo os conheça e, com esse conhecimento, lhe advenha a perda da sua credulidade.

A ignorancia é o grande pedestal das monarchias!

Os parasitas galardoados, os ociosos cobertos com as *veneras* do monarchismo, andam atemorizando os espiritos com os horrores, que em França acompanharam a republica!

Hypocritas ou ignorantes!

Quereis saber porque 93 e 48 não significam o triumpho practico da idéa que sustentamos? perguntae-o ao 18 brumaire e á perfida traição do 2 de dezembro; perguntae-o aos dois Bonapartes, ambos *grandes*, mas ambos *despotas!*

Se houve excessos, se houve revoluções e sangue, não o attribuais á republica, que implica o reconhecimento dos direitos humanos, mas buscae a sua origem nas oppressões da tyrannia dos reis, saturados do trabalho e da vida dos povos!

Não!

A republica, filha do christianismo e da liberdade, não se nutre de perturbações sociaes.

É a consagração da triplice democracia, religiosa, civil e politica.

Democracia — religiosa que abomina as religiões officiaes, que apaga a fogueira inquisitorial, que préga a tolerancia, que reconhece ao homem o direito de livremente adorar o Deus das suas crenças. Ensina sem queimar, apostolisa sem guerras. <sup>1</sup>

Democracia civil — que significa a egualdade dos cidadãos perante a lei, que extingue as primogenituras e morgados, por serem preconceitos a nobilitar a ociosidade, que proclama a allodialidade dos bens para desenvolvimento da produção, que promove e amplia as relações sociaes.

Democracia politica — que tem por principios a intelligencia e honradez para a admissão aos cargos publicos, que repelle a hereditariedade por absurda, que pede a descentralisação administrativa e moral, para a emancipação do municipio e communa; tem por base a soberania popular manifestada pelo voto livre e universal; combate o censo porque avilta a dignidade humana; proclama o igual respeito e consideração egual para todas as varias manifestações da actividade humana.

Aqui tendes rapidamente esboçados os alicerces religiosos, civis e politicos, sobre que assenta o edificio social das republicas.

Abramos agora o codigo das monarchias.

A sociedade divide-se em *classes*, — aristocratas e populares; nobreza e consideração para aquelles, que não trabalham, que vivem a vida de seus maiores, que significam as mais das vezes, nullidade ou mediocridade; degradação e tyrannia para estes, que fecundam as industrias, que activam a produção, e que geram as civilisações.

O principio vital do regimen monarchico é a *hereditariedade*. Fundamenta-se o merito do cidadão no facto casual do nascimento!

Os *exercitos permanentes*, que partem os laços da familia, influem poderosamente no accrescimento do pauperismo, alimentam o vicio e a prostituição na caserna e no prostibulo, produzem o estiolamento das industrias, os exercitos permanentes — são as indispensaveis columnas da realza enthronisada!

A *intolerancia* de cultos para constituir a fingida alliança do throno e altar, como se uma hypocrisia podesse influir na moralidade dos povos ou na salvação das almas; a *cega obediencia* do subdito para exercer-se completo o arbitrio do despota; a *pena de morte*, para correr desenfreada a tyrannia dos algozes, são outros tantos artigos dos programmas monarchicos!

Accrescentae o *rei*, que, ou é um impossivel politico, como nos systemas absolutos, ou uma nullidade anti-economica, como nas realzas constitu-

cionaes, e ahi vos fica a *magestosa pyramide* das monarchias!

E ainda existem e ainda as consentimos depois de tantos seculos de philosophia e christianismo!

Mas o povo não está preparado!

Eis o argumento commum, que nos appresentam os adversarios da republica ou os tibios defensores d'ella.

Analizemol-o.

Se dizeis que a ignorancia do povo é o unico obstaculo á realidade practica da republica, affirmaes implicitamente que a *republica* é um bem.

Se assim é, haveis de concluir logicamente que é um mal a *monarchia*. Para que está o povo preparado? Para o bem ou para o mal?

Quando enviaes vossos filhos á eschola, examinaes por ventura se estão educados, ou ides á eschola buscar-lhes a educação? A republica é antes de tudo, uma grande eschola para o apprendizado politico. É em seu seio e sob a influencia benefica das suas instituções, que os povos apprendem.

Propagal-a, pois, é a missão de quantos tem alma para dedicar-se e intelligencia para ensinar. É realisavel hoje, amanhã, sempre.

A democracia, como o escreveu o sempre chorado Lopes de Mendonça, anda por ahi escripta em toda a terra com o suor dos operarios e de quantos trabalham.

Não tem annos.

Dificuldades practicas surgiram sempre que uma idea generosa e fecunda houve de realisar-se. Para que um povo seja republicano, não é essencial que seja um povo de sabios. Basta que oiça os dictames da consciencia, a verdade da natureza, odeie o despotismo, e adore a liberdade!

As tempestades que vão abalando os thronos europeus, prenunciam a alvorada de um grande dia.

M. Azevedo Pacheco.

### Refutação dos principaes argumentos com que se pretende combater o governo republicano.

Quando procuramos na esphera dos principios a melhor forma de governo, a razão, exercendo-se sobre os factos sociaes, e estudando a natureza humana, o destino da sociedade e as tendencias dos individuos, ensina que o principio governativo deve revestir-se de uma formula que assegure aos membros da nação todos os direitos originarios, de maneira que o cidadão não seja impedido no legitimo exercicio da sua actividade. Tambem demonstra a verdadeira philosophia do direito politico que a soberania, o supremo poder das nações reside nos individuos que as constituem. Vem depois a experiencia e a practica, e provam que não sendo possivel, nem conveniente, que todos os cidadãos exerçam individualmente a soberania, torna-se in-

<sup>1</sup> Brûler n'est pas reprendre.

dispensavel que as funcções d'uma parte d'ella sejam delegadas em certos e determinados individuos competentes para o seu exercicio.

D'estas idéas fundamentaes nasce esta conclusão: Todos os poderes sociæes emanam do povo; e os homens mais dignos e competentes devem ser chamados para os differentes cargos publicos.

A este respeito foi bem terminante, clara e verdadeira a Assembleia Nacional de 1789, quando, na celebre declaração dos direitos do homem, determinou: O principio de toda a soberania reside essencialmente nos cidadãos. Nenhuma corporação, nenhum individuo pode exercer auctoridade que não provenha expressamente da nação.

Esta doutrina passou para muitas constituições, e ainda ha pouco o nobre povo hespanhol a consignou no artigo 32 do seu novo código politico. É tambem expressa na nossa constituição de 1838 artigo 33.

Mas os legisladores, respeitando privilegios e conveniencias imaginarias, fazem excepções odiosas a estes principios incontestaveis, introduzindo na forma do governo poderes que não se derivam da vontade da nação.

É certo que as formas de governo devem acomodar-se ás necessidades dos povos e ao grau de illustração e progresso; mas não é menos evidente que os principios e a doutrina racional não podem despresar-se em attenção a falsas conveniencias.

Dizem os defensores da monarchia: O governo republicano não pode ser estabelecido, sem que o povo tenha a illustração, para eleger os seus representantes.

Concordamos. Aquelles que são chamados a dirigir os destinos dos povos, devem possuir certos predicados, como instrucção, moralidade e independencia; e o povo ignorante e estúpido não pode averiguar quaes os homens em que concorrem estas virtudes. Mas agora perguntamos: Não ha, em quasi todas as nações da Europa, habilitações e meios bastantes para se eleger com acerto o chefe de todos os poderes politicos? Pois o povo das nações constitucionaes sabe eleger o poder legislativo e outros, e só não tem competencia para escolher o seu chefe? Os eleitores menos esclarecidos e habilitados tem meios bastantes para se informarem da idoneidade dos candidatos. Em quasi todas as parochias ha homens de certa illustração, com quem o povo se pode aconselhar. Alem disto é conveniente dizer-se que, para eleger homens dignos, não é necessaria grande illustração.

Podem apresentar-nos contra estas razões os desvarios e corrupção que se observa nas nossas eleições. Respondemos que o povo é o menos culpado. Os homens que devem dar bons exemplos, é que são os desmoralisadores do povo. Bom é que este consiga illustração, e aquelles, moralidade.

Allegam os inimigos da republica: Para se adoptar esta forma de governo, é necessario que os ci-

dadãos conheçam todo o machinismo da sua organização, que saibam no que elle consiste, e quaes os direitos e obrigações dos governantes e governados.

Este argumento seria rigoroso, se nos demonstrassem que o povo já teve governo republicano, e que o não comprehendeu.

Este argumento e outros semelhantes, quando verdadeiros, o que provam é que devemos trabalhar, para que o povo se prepare para receber esta forma de governo. A republica aprende-se com a republica, como o systema constitucional se tem aprendido com a sua practica.

Qual é o tribunal que hade julgar das habilitações do povo? É melhor que haja um ou outro mal, este ou aquelle abuso, quando se adopta uma profunda reforma, do que estarmos sempre vivendo com instituições, que não são a manifestação d'um principio racional e justó.

Se o povo portuguez não pode hoje passar do regimen constitucional para o republicano, como pôde passar do absolutismo para a constituição?

O povo portuguez ainda conhece mais hoje o regimen republicano, do que o constitucional em 1822 e 1826; porque já tem a imprensa, as reuniões politicas, a practica das eleições e das assembleas legislativas.

Neste ponto os nossos antagonistas podem dizer-nos: Em Portugal não ha republicanos, a imprensa não tem espalhado as novas ideas, os livros dos democratas não apparecem, as associações propagadoras não existem, a opinião publica não tem feito reclamações.

Ha nisto uma completa illusão e alguma falsidade. Em Portugal ha muitos democratas.

Quem avalia as coisas pelas suas apparencias muitas vezes engana-se. Muitos homens que seguem as novas idéas não tem animo para as apresentar em publico; outros não querem perder os seus interesses; taes receiam comprometter o seu futuro; taes não querem adversarios nem perseguições. Não esqueçamos tambem os indifferentes, que são em grande numero, e todos os que desejam permanecer para o *statu quo*; esses acompanham os movimentos, mas não querem ser iniciadores.

O que se não pode negar é que muitos homens illustrados são republicanos; e a mocidade que estuda segue geralmente as ideias democraticas. O povo tambem deixará sem grande repugnancia o regimen actual que não lhe tem promovido grandes felicidades.

Uma outra razão que os monarchistas apresentam, é: A monarchia esta incarnada nos costumes e habitos dos povos que não soffrem mudança sem graves prejuizos e poderosa resistencia.

Tambem estavam nos habitos dos povos o abrolutismo, a theocracia, o feudalismo, a escravatura, a degradação da mulher, a inquisição, a intolerancia, a pena de morte, as penas afflitivas, o confisco,

a infamia, os morgados, os prazos de vidas, etc. etc.; mas todos estes absurdos ou já foram aniquilados pela civilização, ou todos os dias batem em retirada. E não devera acontecer o mesmo aos que ainda existem?

Quem trabalha para os destruir não merece condemnação.

Os principios e a sciencia, mais tarde ou mais cedo, hão de vencer os preconceitos e falsas ideas. Todo o homem que em theoria admite um principio, tem obrigação de destruir os obstaculos que impedem a sua realisação.

Este argumento das *conveniencias*, que anda sempre na bocca dos conservadores, é um subterfugio *desgraçado*.

Se a sociedade não está preparada para receber uma nova formula trabalhemos para que desapareçam as difficuldades.

(Continua).

F. R.

### Politica interna

**Summario.** — Abertura do parlamento. — Discurso da corôa. — Organização administrativa e financial. — Camara dos pares. — Responsabilidade ministerial. — Instrucção publica. — Attitude das camaras.

Abriu-se mais uma vez o parlamento portuguez; e mais uma vez a soberania nacional vai fallar pela bocca dos seus representantes.

Saudemos esta abertura!

As garantias liberaes que nós temos, embora sejam incompletas, têm sido conquistadas á custa de tanto sangue e de tantos esforços, e a fragil estatua do systema representativo está assente sobre tantas victimas do despotismo que não podemos deixar de estremecer de jubilo, cada vez que o povo sobe, na pessoa dos seus representantes, aos fastigos da governação.

Com a abertura do parlamento offerece-se natural e necessariamente á nossa analyse o discurso da corôa.

Todo e qualquer discurso da corôa, devendo representar a solidariedade do mesmo pensamento no governo e as bases da sua futura administração, é sem duvida um facto importantissimo pelos seus effectos. Estudado com toda a imparcialidade e aprecial-o com a mais rigorosa attenção deveria ser o mesmo que desenrolar deante do paiz quasi todos os actos e esforços ulteriores do poder executivo.

Ha muito, porem, que os discursos da corôa estão reduzidos a programmas officiaes sem realidade, e a uma d'essas mil formalidades inuteis em que os governos consomem o tempo.

Olhado em si, o novo discurso da corôa mostra a penetração das necessidades administrativas e financeiras do paiz, e uma transacção manifesta com as aspirações democraticas que se têm feito sentir nestes ultimos tempos.

Promette-nos a apresentação das reformas administrativas, o melhoramento da organização financial, a reforma da camara dos Pares segundo a letra da constituição, e uma proposta que fixe a responsabilidade ministerial. Vê-se portanto que o discurso da corôa annuncia mais um passo no caminho das transformações liberaes, embora enredado nas sarças das velharias retrógradas.

Emquanto á administração, não devemos parar nas insignificantes reformas já effectuadas; cada dia se torna mais urgente e necessaria uma reforma completa e radical. A

boa organização da administração publica, trazendo consigo a descentralisação administrativa e a centralisação governativa, é um dos elementos mais poderosos para a prosperidade material e moral de um Estado. Muito desejamos portanto ver convergir para este ponto a attenção do actual gabinete.

As finanças são como todos sabem a alavanca principal de um Estado: dar-lhes uma forma regular e conveniente é debellar o espectro da banca-rotta e fechar o abysmo á beira do qual está collocado o nosso paiz. Entendemos porem que esta questão anda essencialmente ligada com todas as outras da nossa organização politica.

A reforma financial estará feita na maior parte, logo que se tenham devidamente reformado as outras instituições do Estado; e um dos grandes erros de quasi todos os governos tem sido certamente o consideral-a mais abstracta e separadamente do que fôra conveniente.

A reforma da camara dos Pares ha muito que é urgentemente reclamada pelas necessidades do paiz; e ha muito tambem que a opinião publica tem fulminando de interdito aquella corporação completamente anachronica.

Quatro são os pontos culminantes que a fazem olhar como a mais absurda das nossas instituições politicas — a hereditariedade — a vitalicidade — a nomeação pelo rei — e a não limitação do numero de seus membros.

A hereditariedade é um d'esses prejuizos da velha sociedade que não pode medrar senão á sombra da ignorancia; porque o nascimento indica apenas que mais um ente veio ao mundo.

A *vitalicidade*, embora alguns queiram defendel-a, como mais propria para garantir a independencia dos Pares, offende altamente o principio electivo; e é por isso um obstaculo á justa expressão da vontade nacional.

A nomeação pelo rei indica um privilegio absurdo, anteposto á vontade de todo um povo; é o arbitrio illimitado das antigas realezas arrojado por escarneo ao centro dos governos representativos.

O argumento de que o rei precisa uma instituição em que se apoie contra as pretenções, ás vezes desregadamente ambiciosas dos tribunos populares, e que para isso lhe deve ser confiada a nomeação da segunda camara, nada prova; porque o escudo da realeza deve ser sómente a vontade da nação funcionando livremente na esphera da sua soberania, o seu esteio o affecto de todos os cidadãos. Esta união e mutuo auxilio do rei e da segunda camara assemelha-se ao tronco carcomido, abrigando-se da tormenta pelas heras já seccas e mirradas pelo tempo.

O ultimo absurdo que apparece na camara dos Pares é o numero illimitado de seus membros. Esta disposição é o ludibrio das garantias nacionaes; é a invalidação da resistencia que os representantes do povo poderiam oppor ao despotismo da monarchia; é, numa palavra, uma porta continuamente aberta para sophismar o systema liberal.

O discurso da corôa promette-nos a reforma da camara dos pares, mas *segundo a letra da constituição*; e esta no art. 39.º diz: «A camara dos Pares é composta de membros vitalicios, e hereditarios, nomeados pelo rei, e sem numero fixo.»

Que devemos portanto esperar d'esta promessa da corôa?

A verdadeira organização da camara dos Pares deve assentar sobre a ruina dos artigos correspondentes da carta constitucional. É preciso derrubar para sempre as disposições velhas e sem fundamento, e cortar pela raiz as antigualhas anachronicas, para edificar depois livremente o edificio completo da democracia.

A responsabilidade ministerial é talvez, como diz Ramon Salas, um dos pontos mais difficeis e mais importantes do Direito Publico; e é certo tambem que tem sido um dos mais descuidados entre nós.

Definir bem a responsabilidade ministerial, é levantar um dique aos excessos e aos abusos do poder executivo;

muito é portanto para louvar a promessa de uma lei que preencha esta necessidade. É certo, porém, que, assim como na camara dos pares, também na responsabilidade ministerial, deve principiar-se pela reforma dos artigos correlativos da carta constitucional. É preciso distinguir-se bem o que pertence pura e simplesmente á responsabilidade ministerial, e o que entra no quadro da responsabilidade geral em que todo o cidadão está collocado deante da lei. Aquella pertence ao Direito Publico; esta é do dominio do Direito Criminal.

É o que a nossa carta não faz; e por isso repetimos ainda, e demonstraremos num artigo especial sobre esta materia, que a primeira medida neste ponto deveria ser a reforma dos artigos da constituição.

Sentimos que o discurso da corôa guardasse absoluto silencio sobre a instrucção publica.

O ensino entre nós, insuflado ainda do espirito jesuitico que lhe preside, e comprimido nas peias de uma organização antiliberal, anda reclamando, ha muito, um braço robusto que o levante, e uma reforma que lhe doire os horisontes com o sol da liberdade.

O discurso da corôa não devia esquecer esta necessidade; e tanto mais que é principalmente á luz esplendida da instrucção que a humanidade deve caminhar para o seu aperfeiçoamento.

A attitude da camara dos Deputados é extremamente favoravel ao ministerio. A noticia das reuniões politicas e os primeiros passos do poder legislativo, mostram que quasi toda a camara está firmemente resolvida a prestar o seu apoio ao actual gabinete.

Entendemos que não é motivo para grandes jubilos da parte da nação este apoio dado ao ministerio.

Emquanto uma administração verdadeiramente liberal não hastear a bandeira da democracia, nós desejávamos sempre ver na brecha uma opposição respeitavel para conter os abusos do poder.

Não queremos crear embaraços á situação, porque ella precisa de muita força e de muito auxilio na espinhosa tarefa que tem a desempenhar; mas não queremos também que fiquem sem garantia as liberdades populares, e sem obstaculo as prepotencias ministeriaes.

Emquanto á segunda camara, as opiniões politicas da maior parte dos seus membros, e os ultimos tempos da legislatura passada, indicam também que o governo encontrará nella um amplo e decidido apoio.

Oxalá que todos estes auxilios sirvam para caminharmos energeticamente no caminho das reformas verdadeiramente liberaes.

Adriano Anthero.

## Politica externa

**Summario.**—HESPAÑHA — Reorganisação do partido republicano federal, — trabalhos parlamentares, — sessão de 2 de abril, — demissão do ministro do utramar. — FRANÇA — analyse rapida do senatus-consulto.

Entre todas as noticias importantes que nos trazem os jornaes d'Hispanha merece um lugar de preferencia a da reorganisação do partido republicano federal. No dia 31 de março a Assemblêa Republicana Federal publicou um manifesto, aonde se expõem numa linguagem simples e verdadeira as bazes politicas do partido e a linha de procedimento que deve seguir para chegar á realisacão dos principios democraticos. O pouco espaço de que dispomos não nos permite transcrever na integra este interessante documento, nem apreciar-o demoradamente; mas extractamos os seus pontos principaes, que apresentam a pura doutrina democratica e definem a indole do partido republicano.

1.<sup>a</sup> «A base politica do partido republicano federal é, e será sempre, a forma republicana-democratica federal com exclusão absoluta de qualquer outra forma de governo, até a republica unitaria, *quasquei que sejam as circunstancias em que a Hespanha se encontre.*»

Folgamos ao ler este paragrapho, que vem desmentir os boatos de alliança entre os republicanos e radicaes, para estabelecerem a republica unitaria.

Com relação ao procedimento do partido não podem ser mais sensatas e louvaveis as declarações da assemblea republicana.

Os federaes respeitarão todos os partidos, trabalharão com entusiasmo na propaganda democratica, e combaterão todas as arbitrariedades do governo e dos seus agentes; mas nunca transporão os limites da legalidade, senão em ultimo recurso, quando os partidos dominantes lhes toherem o uso dos meios legais.

Creou-se um directorio composto de cinco membros amoviveis, para dirigir a propaganda e a acção do partido, correspondendo-se directamente com as provincias. Foram eleitos para formar este directorio os srs. D. José Maria Orense, D. Estanislaui Figueras, D. Emilio Castellar, D. Vicente Urgelles e D. Francisco Pi y Margall.

Damos os parabens aos nossos correligionarios de Hespanha pelas prudentes resoluções que adoptaram; e auguramos-lhes o proximo e completo triumpho sobre os partidos pseudo-revolucionarios.

Sómente o partido republicano comprehendeu bem o alcance da revolução de setembro; a elle pertence pois dirigir-a para que as reformas politicas e sociaes, que ella inscreveu no seu programma, sejam uma realidade.

Não daremos de mão ao assumpto, sem manifestar a surpresa que nos causou uma das resoluções da Assemblêa, que declara ter visto com singular satisfacção o entusiasmo que reinou nas reuniões celebradas em Lisboa e Porto a favor da republica federal; e decide que nesse sentido se dirija uma mensagem aos cidadãos Latino Coelho e Vieira de Castro, que tomaram uma parte muito activa nestas reuniões. Os republicanos hespanhoes estão mal informados. Nas reuniões de Lisboa e do Porto trataram-se unicamente negocios eleitoraes, e os mencionados cavalheiros não fizeram mais do que apresentar-se como candidatos a deputados, em opposição ao ministerio do sr. Duque de Loulé. Em Portugal os democratas não formam um partido; apenas começa agora a ecoar na imprensa a palavra — *Republica*. São precisos muitos esforços e muita dedicacção, para se organizar convenientemente o partido republicano, que deve ser formado por homens que não tenham tomado parte na politica mesquinha das facções. Deixemos porém o assumpto, que é improprio d'este lugar. Da organisação do partido democratico nos occuparemos em um artigo que brevemente será publicado.

As Cortes Constituintes occupam-se nas sessões da tarde com a discussão das leis organicas; nas sessões nocturnas tractam da constituição de Puerto Rico. Os debates parlamentares têm corrido porém com pouca animação; parece que se apoderou do Congresso o desânimo e a descrença que vão penetrando em todos os espiritos, pois que, no meio da variedade e confusão dos partidos, ninguém descobre qual será o futuro da briosna nação hespanhola. Quando surgirá o grande dia, em que a Hespanha desfructe os beneficios da liberdade e as vantagens da civilisação, livre de governos oppressores e de agitações contrarias ao desenvolvimento e á prosperidade d'um povo? A esta pergunta responde cathgorica e satisfactoriamente o partido republicano federal; mas emquanto a Hespanha confiar os seus destinos aos homens da espada, e acreditar na efficacia dos palliativos da politica conservadora, difficil lhe será vencer todos os obstaculos, que se oppõem ao seu progresso e engrandecimento. Que estes obstaculos são mui serios e importantes demonstram-n-o á evidencia

as dificuldades com que o governo lucta diariamente, e os tropeços que encontra a cada passo na senda tortuosa, por onde caminha talvez para..... o abysmo.

Na sessão do dia 2 do corrente soffreu o ministerio um choque violento, ao qual podia seguir-se uma queda desastrosa e até mortal, se o não amparasse a mão bemfezida da minoria republicana. O sr. Bugallal perguntou ao ministro do fomento, se tinha ordenado que deixasse de ensinar-se religião nas escholas. Respondeu o sr. Echegaray que, tendo-se decretado a liberdade religiosa, o Estado não devia mandar ensinar esta ou aquella religião, deixando aos paes a liberdade de educar seus filhos na religião que mais lhes aprobevesse.

As ideias liberaes expendidas pelo ministro desagradaram, como era natural, ao partido conservador.

O deputado interpellante apresentou uma moção de censura, á qual os demócratas oppozeram outra de approvação, que, depois de larga discussão, foi adoptada por 78 votos contra 75, incluindo-se naquella numero 27 deputados republicanos. É assim que procedem as opposições conscienciosas, que defendem os principios e não combatem os homens, que desejam realizar uma ideia e não aspiram á posse do governo.

O sr. Becerra deixou a pasta do ultramar por causa d'uma accusação injusta e leviana que dirigiu contra o deputado Romero Robledo. Foi substituído pelo sr. Moret.

— Não nos enganavamos, quando diziamos que a reforma da constituição, devida á iniciativa de Napoleão III, não corresponderia ás exigencias da opinião publica, e ás esperanças concebidas pelos homens de boa fé, que julgavam possível a coexistencia da liberdade com o imperio. Promettera Napoleão restituir á nação o poder constituinte; querem os leitores saber como se desempenhou da promessa? Leiam o artigo 5.º do senatus-consulta que diz: «A constituição não poderá ser modificada senão pelo povo, por proposta do imperador».

As coisas ficam peor do que estavam porque, o senado, cujos interesses estão ligados com os da dynastia, pode obstar a que sejam convertidas em leis as propostas dos deputados; e o imperador reserva para si a iniciativa da reforma constitucional.

Ainda d'esta vez o *Cesar* das Tulherias fallou a linguagem hypocrita, peculiar a toda a sua familia. Os Bonapartes dizem-se amigos do povo, sendo os seus algozes; exercem o despotismo em nome da liberdade.

Napoleão não conhece de certo a verdade que encerram estes versos do nosso distincto poeta Gomes d'Amorim:

... despota do Sena,  
Lembra-te que em Sancta Helena  
Succumbiu outro maior.

Como nas outras nações não ha factos dignos de registrar-se, despedimo-nos hoje dos leitores, pedindo-lhes que nos desculpem o termos misturado versos com politica, apesar de sabermos que a politica dos poetas é como a poesia dos politicos. A regra porem não é tão absoluta que não admitta excepções.

Fernando Chrysostomo.

## EXPEDIENTE

Consignamos aqui a nossa gratidão ao distincto poeta D. Roque Bárcia. As suas phrases benevolas ficarão para sempre gravadas em nossos corações.

É evidente que na alma do poeta reflorece toda a vida, em continua primavera, tanto as saudades do passado, como as esperanças do futuro. O seu coração, ainda no meio das luctas politicas de uma sociedade agitada,

tem sempre uma elegia, um cantico ou um suspiro, para consagrar ás recordações do preterito.

Para elle toda a humanidade é um templo onde a palavra — fraternidade se inscreve em todas as columnas; cada paiz um altar em que os cidadãos devem sacrificar diariamente ao Deus da liberdade; cada familia o remanso dos purissimos affectos, onde se refugiam do mundo indifferente os sorrisos e as lagrimas, as chymeras e os enganãos.

O poeta que dizia em Portugal:

! Que floridos, que alegres, que frondosos  
Son les hermosos campos portuguezes!

e na profunda saudade da sua patria dirigia ao Tejo esta supplica:

«Mira rio Tajo mi affiiccion extrema  
Tu, que viste otro tiempo mi ventura.»

não admira que diga hoje referindo-se á nossa terra: «Si la noble familia lusitana necessitara en algun tiempo mi sacrificio, el antiguo emigrado probaria que tambien es patria para el hombre aquella tierra que nos gravó en el alma um hermoso recuerdo.»

Coimbra, Lisboa, Porto e todos os portuguezes, ás saudades que lhes envia Roque Bárcia, respondem com a saudade que lhes deixou o distincto emigrado, e com a admiração que lhes inspira o auctor da mimosa poesia — *El Tajo*; e nós respondemos-lhe alem d'isto com o entusiasmo que nos communica a sua alma verdadeiramente democratica.

Recebemos e agradecemos a — *Philosophia do Direito*, obra de grande merecimento escripta pelo sr. dr. J. M. Rodrigues de Brito.

Livros como o do sr. dr. Brito prestam sempre á sciencia um relevante serviço, e provam que o seu auctor está a par do mais adiantado movimento da philosophia.

Não basta prégar o principio sublime da fraternidade; é mister applical-o a cada uma das instituições humanas; é preciso subordinar-lhe as sciencias sociaes para que possa completar-se devidamente a regeneração da humanidade.

O sr. dr. Brito substitue o principio incompleto do *neminem laede*, pelo principio humanitario da *mutualidade de serviços*, como mais proprio para attingirmos a perfeição social.

Este livro acha-se á venda nas principaes livrarias do reino, e em Madrid, em casa de Hijos de D. Gabriel Sanchez — Carretas.

## Assigna-se para este jornal:

Coimbra — Livraria Academica de J. Melchiades, rua da Calçada.

Lisboa — Campos Junior, rua Augusta, n.ºs 77 a 81.

Porto — Livraria Internacional de E. Chardron, aos Clerigos.

## Preço da assignatura por trimestre

Em Coimbra..... 600 | Fóra de Coimbra... 700

Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á *Redacção do Trabalho*, Couraça dos Apostolos, n.º 39.

Responsavel — M. E. GARCIA.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE.

# O TRABALHO

SEMANARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 16 de Abril

N.º 5

## **Necessidade da organização do partido democratico em Portugal**

O mais bello espectáculo que nos offerecem os governos representativos é a lucta legal dos partidos no parlamento e na imprensa, nas associações e nos comicios.

A agitação pacifica do povo é uma prova de illustração e patriotismo, porque só um povo instruido e moralizado toma interesse pelas coisas publicas, e sabe impôr a sua vontade aos governos sem recorrer a revoluções sanguinolentas. O indifferentismo politico é a origem de todos os males sociaes, e a principal causa do estado desgraçado em que nos encontramos. É pois um dever de todos os bons cidadãos estudar as causas d'esta pernicioso enfermidade, e procurar combatel-a, emquanto é tempo.

Na nossa opinião o indifferentismo politico procede da ignorancia do povo e da corrupção do poder; e não desaparecerá, emquanto não houver instrução e moralidade.

Ouvimos dizer todos os dias: O povo é responsavel pelos males que nos affigem, porque não faz uma escolha independente e escrupulosa dos homens, a quem delega o poder legislativo e o cuidado de velar pela boa execução das leis. Repete-se muitas vezes que nas eleições predominam as influencias locais e a pressão dos governos; mas nunca se accusa o governo pelo seu desleixo em proporcionar ao povo a instrução necessaria, para que possa comprehender o valor dos seus direitos e a importancia dos seus deveres. Quereis attribuir ao povo a responsabilidade dos vossos abusos, e negaes-lhe a instrução, que é o unico meio porque elle pode conhecel-os e punil-os, votando-vos ao completo ostracismo politico? Entendeis que o povo é responsavel, quando elle não sabe medir o alcance d'essa responsabilidade? Como poderá o povo escolher livre e acertadamente os seus representantes, se não tem a intelligencia sufficientemente desenvolvida, para apreciar devidamente os actos e os principios politicos dos diversos candidatos? Poderá dizer-se com verdade que as camaras são a expressão da vontade nacional, sendo as eleições sempre feitas sob a intervenção directa dos agentes do governo?

A resposta a estas interrogações não poderá ser

muito lisongeira para os homens, que até hoje têm presidido ao governo da nação.

A instrução primaria tem sido completamente descurada em Portugal. Para demonstrar a verdade d'esta asserção, vamos folhear o orçamento, ainda que com bastante repugnancia, porque nesse livro se resumem todos os erros commettidos pelos estadistas, durante trinta e seis annos de governo monarchico-representativo.

Não sendo o nosso fim analysar o orçamento, não fallaremos de todos os desperdicios e escandalos que nelle se encontram; bastará dizer que pelo ministerio dos negocios estrangeiros se dispende a quantia 2:400\$000 réis em condecorações!

A familia real custa-nos annualmente, abatendo as deducções, a somma de 548:000\$000 réis!

Com as dioceses consomem-se 182:047\$880 réis! Este subsidio á igreja catholica é um roubo a todos os cidadãos, que não professam esta religião, e que porisso não devem pagar serviços que não recebem. Este dinheiro vai enriquecer o clero, que tem sido sempre, salvo raras excepções, o maior inimigo das liberdades patrias, e o maior obstaculo a todas as tentativas de progresso.

A camara dos pares, sendo o maior absurdo constitucional, importa em 32:684\$000 réis!

Gastamos 103:500\$000 réis com o corpo diplomatico, luxo inutil e incompativel com as criticas circumstancias do thesouro publico.

O ministerio da guerra absorve a bagatela de 3.641:450\$011 réis, sendo o exercito uma instituição reprovada pelos principios da sciencia, e que tambem se não justifica em face das circumstancias especiaes do nosso paiz.

A somma de todas estas verbas, transcriptas fielmente do orçamento para o futuro anno economico de 1870 a 1871, prefaz a quantia de 4.510:082\$491 réis, que se empregam em coisas velhas, absurdas ou inuteis!

Para a instrução primaria, que é condição essencial de todo o progresso moral e material, destina-se a insignificancia de 234:562\$560 réis!! Isto chega a ser desairoso para uma nação, que se diz livre e civilisada, e dá occasião a que os estrangeiros façam uma triste idéa do povo portuguez.

Este estado de coisas não pode continuar; exige remedio prompto e energico. Infelizmente porem os nossos governos preocupam-se pouco com a

ignorancia do povo, e não se mostram dispostos a dar á instrucção o desenvolvimento, que urgentemente reclama.

Se o governo permanece na inacção, reúnem-se os cidadãos illustrados e patriotas, e procurem com os seus esforços desempenhar um encargo, a que o governo se esquece de satisfazer.

Parece-nos que muito lucraria a causa da instrucção, se entre nós se organisasse um partido forte pela firmeza das suas convicções, respeitavel pela moralidade e abnegação de seus membros, que se encarregasse da gloriosa missão de levar a luz da sciencia ao espirito dos homens menos favorecidos pela fortuna. O partido democratico, defendendo as suas doutrinas na imprensa; fundando associações de beneficencia e instrucção, de trabalho e de economia; estabelecendo clubs, aonde se celebrassem reuniões politicas; explicando em conferencias publicas as suas theorias sociaes; muito contribuiria para a educação politica do povo, que dentro de poucos annos seria de veras afeiçoado á democracia, de que hoje forma uma falsa idéa.

Esta agitação pacifica, esta revolução grandiosa, prepararia o povo para o grande dia da sua emancipação completa do fanatismo e dos privilegios; seria o noviciado da republica federal.

Para prova do que affirmamos, veja-se a grande força do partido republicano em Hespanha, França e Italia, aonde tem feito rapidos progressos. Em todos estes paizes os democratas pugnam pelos direitos e felicidade do povo contra as exageradas pertensões da reacção e as theorias hybridas dos governos conservadores.

A descrença, que se vai apoderando de todos os espiritos, provem da desorganisação dos partidos e da immoralidade, que ha muitos annos lavra nas altas regiões do poder.

As differentes parcialidades degladiam-se, não para realisar um programma de reformas uteis, mas para satisfazer as ambições e interesses pessoaes. Os governos empregam a corrupção, as opposições servem-se da calumnia; os actos dos ministros estão sempre em opposição com as palavras, a opposição combate as medidas que adoptou no poder: emfim todos os meios se julgam justos e honestos para conseguir os primeiros logares na administração do Estado.

A imprensa, que deve ser a voz grave e severa da opinião nacional, não duvida converter-se em órgão das facções; em lugar de tratar assumptos de utilidade geral, occupa-se de questões pessoaes, sempre desagradaveis, e ás vezes funestas.

Estes espectaculos pouco edificantes geram a indifferença no animo do povo, que vê impassivel dissolverem-se as camaras e succederem-se os ministerios, porque sabe por experiencia que mudam os homens, mas permanece o mesmo systema de corrupção.

Pela nossa parte declaramos francamente que

nada esperamos do systema, nem dos homens que nos governam. O systema é inconsequente, complicado e dispendioso; os homens gastaram-se nas pugnas estereis da politica facciosa.

Parece-nos pois occasião opportuna para o apparecimento do partido democratico, que aos erros opponha a verdade, aos abusos a justiça, aos desperdicios a economia, ao luxo a simplicidade, á corrupção a virtude, ás conveniencias particulares o interesse publico. Bem sabemos que os republicanos não constituem a maioria da nação; mas devem evangelisar a sua doutrina politica, e trabalhar juntos e de commum accordo para adquirir proselytos pelos meios racionaes, que a moral approva e o direito sanciona nas constituições das nações cultas. A democracia hade encontrar entre nós, como nos outros paizes, muitos inimigos, porque vai ferir interesses illegitimos, extinguir privilegios absurdos, destruir instituções injustas e nocivas; mas o triumpho não se obtem sem combate, a gloria compra-se com sacrificios.

O inimigo mais temivel da democracia não é a realeza. A purpura de que se cobre, os esplendores que a cercam, não podem já encubrir-lhe os defeitos; por isso os thronos da Europa, não podendo resistir ao embate das ondas populares, hão de cahir sem que nenhum braço os defenda, sem que nenhum coração se compadeça da sua ruina.

Os partidarios da monarchia não devem inquietar-nos muito; mas devemos revestir-nos de coragem para a lucta com a reacção clerical. A theocracia, apesar das derrotas que tem soffrido, ainda é respeitavel, porque dispõe de dois poderosos meios de propaganda—o pulpito e o confessionario. Os padres aproveitam estes recursos com incrível habilidade. Em lugar de pregarem as maximas sublimes do Christo, espalham entre as multidões os mais estupidos preconceitos contra o progresso e a liberdade. Conhecendo o poder magico do sorriso ou das lagrimas da mulher insinuam-se hypocritamente no seu espirito, ou atemorizam-na com os horrores do inferno. Dizem-lhe que o amor de mãe, de esposa, e de filha são um sacrilegio, pois que a perfeição christã sómente se adquire pela oração constante, pelo ascetismo rigoroso e pelo completo despreendimento das coisas do mundo. Querem que a esposa lhes seja mais dedicada do que ao marido, que a filha obedeça primeiro ao confessor do que a seu pae. A sciencia e o recreio honesto são coisas impias e diabolicas; emfim é peccado tudo o que se oppõe á superstição grosseira e á ignorancia crassa, em que elles desejam conservar a humanidade.

O primeiro dever do partido democratico é luctar com os missionarios do erro, com os sacerdotes da mentira e com os apostolos das trevas, abrindo eschololas, fornecendo aos filhos do povo livros uteis, e principalmente instruindo a mulher, por cuja influencia pode e deve regenerar-se o mundo.

Para que o partido republicano possa realizar as suas nobres aspirações, deve unir todos os seus membros pelos laços da fraternidade. Que todos os que trabalham na cruzada democratica formem um centro e constituam uma familia, aonde não haja mesquinhas rivalidades, nem susceptibilidades inconvenientes.

É este o nosso mais ardente desejo, porque na gente nova é que depositamos as esperanças de salvação.

*Fernando Chrysostomo.*

### O veto

Que é o véto nas modernas constituições? É a negação completa da soberania popular, é o *não quero* formal, opposto á vontade legitima dos representantes da nação. Esta prerogativa concedida aos reis é um resto da velha monarchia, que concentrava em si a plenitude de todos os poderes politicos. Ao menos esta concentração de poderes deduzia-se logicamente dos falsos principios que então vogavam; e, se aos reis pertencia a soberania, era forçoso admitir-lhes o poder de legislar. Mas reconhecer que a soberania reside em a nação, e sujeitar as suas decisões á censura de uma auctoridade superior, é negar e affirmar; é pôr na cabeça do povo a corôa de soberano, para depois o escarnecer. A historia falla-nos de uma ironia semelhante, com que um povo nescio e illudido insultou o Homem-Deus.

Vamos tractar a questão, encarando-a primeiramente debaixo do ponto de vista do regimen monarchico-constitucional, por ser esta a forma de governo estabelecida entre nós e na maior parte das nações da Europa.

O principio da soberania popular é hoje um axioma de direito, e por isso não gastaremos tempo com a sua demonstração.

Sendo porém a soberania um poder independente, é claro que a soberania do povo e o véto do rei são duas cousas repugnantes; ou ha de existir uma ou outra. Ser soberano e ao mesmo tempo dependente, é tão contradictorio, como *simul esse et non esse*. «Ou o povo ha de ser escravo, ou o rei não ha de ter veto de qualidade nenhuma:» Era esta, já em 1821, a linguagem de um illustre deputado das nossas memoraveis Constituintes.

É pois evidente que, em face do principio da soberania popular, o veto não é mais do que um absurdo e uma monstruosidade politica, offensiva da dignidade nacional. Assim é que quasi todos os que sustentam esta prerogativa, pretendem fundamental-a em motivos de conveniencia e de utilidade publica.

É o eterno argumento dos timidos conservadores do passado. O que é essa conveniencia tão preco-

nisada, sempre em guerra aberta com os principios? Pois será possível que a humanidade esteja condemnada a contrariar os principios da justiça e da moral para conseguir o seu destino? Nós detestamos essa *theoria das conveniencias*, á sombra da qual se têm occultado sempre, em todos os tempos, os especuladores da humanidade, os ambiciosos do poder, e os seguidores da politica machiavelica, que tem por base o desprezo completo dos direitos imprescriptiveis da sociedade.

A separação dos poderes politicos é de uma alta importancia para garantia da liberdade dos cidadãos; os antigos não conheceram esta verdade, e a accumulção dos poderes foi muitas vezes a causa de grandes excessos. A sciencia, valendo-se da analyse, decompoz a soberania em poderes distinctos; mas se nesta descoberta havia alguma importancia, era meramente especulativa; e para que ella podesse trazer uma vantagem real á sociedade, era preciso demonstrar que a divisão dos poderes devia ser a base de qualquer constituição liberal, e que sem ella não podia haver segurança nos direitos. Esta gloria coube ao immortal auctor do Espirito das Leis, que se havia inspirado nas theorias de Loke, e nos principios da revolução Inglesa, producto da reforma religiosa do seculo xvi.

Hoje é uma verdade reconhecida que a divisão estabelece o equilibrio dos poderes; e, para que esta não seja uma illusão, é indispensavel que cada poder seja independente na sua esphera. Todas as rodas do maquinismo social devem girar com um movimento harmonico; e para isso é mister que as funcções de cada uma estejam perfeitamente reguladas, a fim de evitar a confusão e a desordem.

Como é pois que se quer conceder o véto ao poder executivo ou *moderador* na phrase da Carta? Como é que a nossa Carta vem conceder ao rei a faculdade de invalidar todas as medidas do corpo legislativo? Isso é tanto mais incomprehensivel, quanto é certo que a mesma Carta no art. 10 consagra o principio da divisão. Pois a Carta reconhece no citado artigo que a *divisão e harmonia dos poderes é o principio conservador dos direitos dos cidadãos*, e vai depois consentir a ingerencia do poder executivo nos outros poderes? O principio salutar da divisão é assim desattendido: o rei pode annullar completamente a acção do poder legislativo, a lei auctorisa-o a isso.

É admiravel! A nação deposita a sua autonomia nas mãos de um homem, por que ella pode errar algumas vezes! E esse a quem confia tão grande poder?

Esse é impeccavel, e a sua pessoa é inviolavel e sagrada e não está sujeita a responsabilidade alguma!

As resoluções das côrtes podem ser adoptadas com precipitação, sem maduro exame, dizem os defensores das prerogativas reaes, e é preciso oppor um obstaculo a este mal.

A precipitação não é um defeito inherente ao corpo legislativo; é sabido pelo contrario que a reflexão e a madureza do exame são os caracteres proprios de qualquer corporação. Esta precipitação, se algumas vezes a houve, foi antes o resultado de circumstancias especiaes, do que uma consequencia da organização do poder legislativo; e os exemplos das constituintes em França, da Hespanha em 1812, e de Portugal em 1820, nada podem provar; porque todas estas nações se achavam então numa epocha de transformação e renovação social, em que era preciso assentar um novo edificio sobre as ruinas do passado. A necessidade de substituir as velhas instituições por outras mais conformes ao espirito liberal e revolucionario d'aquellas epochas, e sobre tudo o amor pela independencia e o ardor pela felicidade, longo tempo reprimidos, deviam necessariamente produzir uma grande actividade nestes corpos legislativos, e fazer-lhes sentir a urgencia da promulgação de novas leis.

Mas, ainda quando se demonstrasse que a precipitação é um defeito annexo ás assembleas legislativas, é claro que este inconveniente podia remediar-se, estabelecendo as formalidades que devem acompanhar a discussão e approvação dos projectos de lei.

As reflexões que acabamos de fazer podem egualmente adduzir-se a proposito da multiplicidade das leis.

Benjamin Constant, o apologista da monarchia constitucional, diz que o veto é uma necessidade, para que a lei seja executada com zelo: *«aucun pouvoir n'exécute d'ailleurs avec zèle une loi qu'il désapprouve»*. Não pode haver theoria mais favoravel á prepotencia do poder executivo, que viria a ser deste modo o unico soberano, e a representação do poder legislativo completamente inutil.

A representação nacional ficaria reduzida ao injurioso papel de apresentar ao chefe do poder as medidas, ainda as mais bem combinadas, e este poderia responder, na phrase energica de Borges Carneiro, *não quero*.

O que é a representação nacional deante d'este poder? E um servo, que apenas ousa fazer humildemente algumas observações ao seu senhor.

Se para a boa execução das leis é mister que ellas sejam approvadas pelo chefe do poder executivo, porque se não ha de conceder egual faculdade a qualquer outro funcionario subalterno d'esta execução? Se o argumento invocado podesse colher, era logico permittir a todos os funcionarios, e a qualquer cidadão a faculdade de desobedecer á lei com o pretexto de não concordar com ella.

Não, não é preciso que o chefe do poder executivo approve a lei para que a faça executar com zelo: basta que respeite a soberania nacional, e que saiba cumprir o seu dever.

(Continúa).

M. J. Massa.

## Politica interna

**Sumario.**—Verificação de poderes, eleição de commissões; — prenuncios de maioria, indicios de opposição, esta divide-se; — antecipada escolha de successor ao actual governo; — necessidade de uma aliança entre os representantes dos diferentes poderes do Estado. — Plano financeiro; — prudente reserva do governo; — reforma tributaria, necessidade de augmentar as receitas por meio de contribuições; — o povo não deve recusar-as. Reformas e economias, quaes são legitimas e fecundas, falsas e contra-producentes; — erro e especulação do governo, calculo e arma dos partidos, illusão e prejudicial crueldade do povo. A reforma da camara dos pares é uma inutilidade administrativa, não tem influencia na crise financeira; no actual systema é irremovavel; — a responsabilidade ministerial nos governos monarchicos-representativos é um impossivel politico — ha outras necessidades reaes e urgentes que attender.

Depois da abertura das camaras legislativas e apresentação do programma ministerial, vagamente annunciado no discurso da *corôa*, factos a respeito dos quaes já fizemos ligeiras considerações, nenhum acontecimento importante e de consequencias fecundas tem occorrido na nossa vida politica.

A camara representativa da soberania nacional constitue-se, verifica os poderes outorgados a cada um dos seus membros, elege commissões e organisa-se para trabalhar methodicamente.

Esta verificação de poderes, feita no gremio d'aquelles a quem foram conferidos, é mais uma incoherencia, uma anomalia do actual systema representativo, que a reforma de 1852 não preveniu, e que merece e deve ser attendida e remediada.

A *maioria governamental* agrupa-se em volta do *ministerio*, e denuncia-se mais ou menos no resultado das votações; já se descobre tambem a opposição, que não deixa de pronunciar-se. Os campos sómente se delimitarão porém, e extremarão os *partidos* e as *faccões* no seio da representação nacional, quando o governo apresentar as suas medidas economicas, por certo as mais urgentes e de maior momento; só então se hão de conhecer os *facciosos* de um e outro lado da camara, os interesseiros e ambiciosos, os especuladores, os conscienciosos, os illustrados, os ineptos, os descontentes, os reconhecidos, os independentes e os servís, que de todas as classes e cathogorias hão de existir no nosso actual parlamento, como em todos.

Ha porem signaes visiveis de que o governo pode contar com uma numerosa maioria e com o seu decidido apoio; principalmente estando a opposição dividida, como revelam as votações ultimamente apuradas para as commissões de fazenda e legislação; dirigidos pela desgraçada experiencia, desde 1865 até hoje, presentem alguns dos membros da camara a proxima queda do governo, e por tanto tractam de lhe preparar successores de sua feição, inclinando-se uns aos chefes da absorvida *regeneração*, propendendo outros para os amigos do desmantelado partido do anterior governo.

Seja todavia como fôr, succeda o que succeder, muito preveitosa poderia ser á nação na actual conjuntura a aliança intima e sincera entre os representantes dos diferentes poderes do Estado. Um governo sabio e energico, uma camara conscienciosa e illustrada, quando, por accordo e commum esforço, não podessem remediar inteiramente os males que nos opprimem, corrigir os vicios inherentes ao phantastico systema liberal que nos rege, poderiam todavia, melhorar as finanças, regularisar as diferentes provincias da administração, e attenuar-lhes as funestas consequencias, que, de dia a dia, multiplicam e mais aggravam os erros dos governos, as imprudencias dos partidos, os desvarios do povo e sobre tudo as loucas e ambiciosas tentativas das facções especuladoras.

A mobilidade das *situações*, as continuas correrias de uns para outros partidos, já tantos, que se lhes não sabe o nome nem destingue a côr, a constante alteração dos programmas de administração, as ambiciosas aspirações dos representantes do povo ás altas funções da governação, a leviandade, com que em successivas dictaduras se decretam umas e revogam outras medidas, sem que deixem tempo e logar para a experiencia as condemnar ou applaudir, as perturbações da ordem, a reacção violenta nas praças e os conflictos quasi que diariamente travados entre o povo e a auctoridade, a invasão das repartições publicas e dos archivos, a destruição lamentavel de documentos importantes... são causas fecundas de desordem politica e desorganisação administrativa, e sobre tudo de degradação civica e abatimento moral.

E nestas tristes circumstancias, nesta crise verdadeiramente assustadora, muito era para estimar que os representantes do poder legislativo se votassem com independencia, mas conscienciosamente, a apoiar o governo, em quanto elle se mostrasse pelos seus actos digno da sua confiança e apoio.

Os governos abusam muitas vezes e têm effectivamente abusado por calculo e errado por ignorancia e imprevidencia; mas é tambem grande e tremenda a responsabilidade que pesa sobre as opposições, inspiradas pela ambição, pelo capricho e pelo resentimento; se o povo é digno de censura e reprovação, deixando-se illudir e vexar pelos poderes constituidos, não menos reprehensivel é a sua leviana condescendencia, ou antes lamentavel cegueira, consentindo que o empreguem, como instrumento de suas machinações, os que pretendem, alterando a ordem e a segurança, provocando e incitando tumultos, derribar ministerios e desprestigiar o principio da auctoridade legalmente exercida, sem a qual a liberdade ou é impossivel ou é desvairamento licencioso.

A aliança desinteressada entre o governo e os eleitos do povo é uma das mais urgentes necessidades na actual conjunctura, e poderá ser um grande bem, se os representantes dos dous poderes, compenetrando-se das exigencias politicas, moraes e economicas da sociedade, se dedicarem cheios de coragem e abnegação, que tudo é preciso, a levantar a patria do estado de abatimento politico e enfraquecimento economico, a que erros continnos e luctas estereis a tem reduzido.

E não se diga que para Portugal já não ha redempção; que em Portugal não ha recursos; que em Portugal faltam elementos de vida e prosperidade; que as linhas das suas fronteiras se vão todos os dias desvanecendo e apagando no mappa das nações do occidente; que a sua autonomia, como nação livre e independente, não só está ameaçada, mas seriamente comprometida no equilibrio europeu.... Enganam-se os que assim pensam. Ou são estupidos ou maus, cynicos ou scepticos.

A má direcção que ha mais de vinte annos se tem dado aos negocios publicos, a despresa e o abandono da vida economica, os vicios de uma administração excessivamente centralisadora, os melhoramentos sem calculo, as economias sem reflexão, a desorganisação dos serviços publicos, a imprevidencia e a precipitação nas operações de credito, a deficiencia das contribuições, a relaxação e o favoritismo na cobrança dos rendimentos do estado, o monstruoso e absurdo systema tributario, as luctas inglorias e repugnantes dos partidos, a guerra acintosa e desenfreada das facções, — são males poderosos, mas que bem podem remediar-se, ou ao menos atenuar-lhes a gravidade e os perniciosos effectos.

O governo, vigiando a constituição da camara popular e conferenciando com a maioria, ainda não expoz claramente, nem ao menos annunciou pelos órgãos da imprensa que lhe são affeiçãoados, qual o seu *plano financeiro*; e é esta sem duvida a primeira e a mais urgente necessi-

dade publica. Se não louvamos tambem não devemos censurar esta prudente reserva; achamol-a justa e conveniente. É no seio da representação nacional e em occasião oportuna que o programma deve ser offerecido, e propostas as medidas de fazenda; annuncial-as previamente seria indiscrição; seria dar armas, distribuir elementos hostis fora do campo e occasião do combate, os quaes não deixariam de aproveitar os especuladores ambiciosos; chegando o momento opportuno a imprensa e os cidadãos acompanharão livremente com suas observações e commentarios, applaudindo ou condemnando, as propostas do ministerio e as discussões do parlamento. Consta porem, como é imperioso dever seu, que o governo, se entrega a trabalhos de preparação necessarios e á elaboraçao de projectos, e que as medidas serão em breve levadas ao seio da representação nacional.

As indispensaveis reformas *tributarias*, principalmente, são esperadas com anciedade, e é a sua expectativa, que traz os animos mais preoccupados.

A parte sensata da nação, os homens intelligentes, experimentados e conscienciosos, reconhecem a necessidade, a justiça e a conveniencia, presente e futura, de crear receitas e augmental-as, desenvolvendo ao mesmo tempo as suas fontes, copiosas no nosso paiz, mas fechadas umas á exploração, mal exploradas outras: a não querer parar no caminho dos melhoramentos, a não querer permanecer no *statu quo* e voltar ao *antigo regimen*, não ha outro meio legitimo e digno de suspender a voragem dos emprestimos, que definham e deshonram, e evitar o cataclysmo politico, moral e economico da *banca rota*, compromettendo ao mesmo tempo as fortunas particulares, os interesses e o credito de uma nação, que, nas suas mais afflictivas provações, teve por divisa a honra e por brazão da honra o cumprimento do dever; e não deve o povo consentir que digam os adversarios da sua causa, que mais a apreciavam os governos *absolutos* do que os governos liberaes.

As economias, por maiores que sejam, por mais avultadas que se façam, tem um limite traçado pelas necessidades e circumstancias, e não podem ir até ao ponto de desorganisar os serviços, ferir cruelmente direitos adquiridos, restringir a liberdade, suspender ou amesquinhar o desenvolvimento e o progresso das instituições sociaes, a instrucção, a moralidade, a associação, a agricultura, o commercio, a industria, e todas as manifestações da actividade humana; como succedeu em algumas administrações passadas, que por impaciencia, calculo, condescendencia ou ignorancia, para angariar sympathias, lisongeando erros e paixões, para *armar á* popularidade e satisfazer caprichos, arvorou em principio politico — a febre das economias, em systema de administração financeira — as reduções sem conta peso e medida!

A patria que lh'o agradeça; a historia que os immortalise; o povo que se não deixe illudir com economias apparentes e compromettedoras.

Reformas e economias são duas palavras das quaes ultimamente muito se tem abusado.

Os governos, fracos por mingua de recursos financeiros, incapazes de iniciativas generosas, pobres de riqueza intellectual, tem-se limitado á reforma superficial dos serviços publicos, complicando em vez de simplificar, não levando os seus *ousados* commettimentos alem de operações arithmeticas de subtracção e redução, pela maior parte apparentes, nos orçamentos parciaes dos differentes ministerios; restringindo e ás vezes ampliando os quadros das diversas secretarias, ora amesquinhando, ora elevando os vencimentos e gratificações dos funcionarios e servidores do estado, mas commettendo quasi sempre grandes injustiças relativas; prejudicando uns em proveito de outros, ferindo uma classe inteira e deixando intacta

outra, para lutar com a qual se não sentem bastante fortes e corajosos, poupando os empregados maiores, vexando os pequenos, que também são entre nós os que mais trabalham, e precipitando famílias inteiras na miséria pela demissão de alguns; paralisando em lugar de favorecer e animar o desenvolvimento das riquezas publicas e particulares de uma nação, que a natureza dotou com patrimonio opulento, de um povo ao qual não faltam aptidão e resignação para o trabalho, mas que infelizmente, e digamol-o, porque é forçoso dizer a verdade, é ainda hoje ignorante, supersticioso, indolente, oprimido e tímido.

E assim é que dous grandes problemas occupam os animos, duas grandes necessidades provocam a attenção e reclamam a dedicação e os esforços de nós todos — reformas e economias: mas nem todas as reformas são uteis e urgentes, nem todas as economias justas e proveitosas. Conciliar com as nossas difficeis e apuradas circumstancias economicas as aspirações de um povo, que deseja ser livre e progressista, deve ser o empenho de todos os que estudam e trabalham em beneficio da patria, e muito principalmente d'aquelles a quem estão confiadas a direcção e gerencia dos interesses publicos.

O caminhar e progredir na civilização é uma lei imperiosa, fatal, que actua sobre um povo, que, havendo conquistado e proclamado a liberdade, vive para ella e á custa d'ella; e não se caminha não se progride, não se preenchem as necessidades que a civilização gera e augmenta, sem meios muito avultados, que ou actualmente não possuímos, ou perdemos e consummimos improductivamente em empresas estereis, senão em demasias ruinosas.

E todavia as necessidades são muitas.

A população é diminuta, sensível a falta de braços; a agricultura mesquinha na extensão e decrepita nos processos; quasi nullo ou ruinoso o commercio; embrionarias, e suffocadas pela protecção e monopolio as outras industrias; limitada, irregular e infecunda a instrucção em todos os graus; a politica é entre nós uma intriga de partidos, jôgo ridiculo de ambições pequeninas, idolatria de homens, lucta de paixões rasteiras; a administração um calculo interesseiro sob a forma de um aparato desnecessario; as finanças uma especulação usuraria, occulta em escripturação exuberante, escondida em contabilidade confusa e desordenada; a liberdade apparencia ou exagero; o direito mera concessão dos poderes publicos e a auctoridade vexame ou ignominia; a familia um regimen civil; o municipio não passa de um pupillo submettido á tutela absoluta do governo; a provincia uma tradição historica; a religião tolerancia ou imposição legal; a justiça retribuida como qualquer mercadoria; a marinha tenue lembrança de um passado que dizem glorioso; as colonias miséria, abandono, ruina e vergonha; o systema tributario uma expoliação do alheio, desigualdade e confusão; o exercito uma corporação cavalheiresca e fidalga, sem caracter nacional, sem organização, sem posição definida, sem missão honrosa na paz e pobre de recursos para a guerra, fazendo a policia das cidades, guardando o paço dos nossos reis, abrilhantando as solemnidades civis e religiosas, e, ás vezes, ameaçando a ordem publica e oppondo a força das armas á soberania das leis, assumindo o character e as funcções de um *quinto poder* do estado... absorve-nos este aparato vão, este desperdicio ruinoso, que se chama exercito, a maior parte dos recursos do thesouro!

Muitos são ao mesmo tempo os males e as necessidades!

Difficil é a missão dos governos, pesada a sua responsabilidade, se quizerem cumprir á risca os deveres e fazer os esforços e sacrificios, que a patria lhes exige! E como poderão desempenhar-se da ardua tarefa, se os povos recusarem os meios e se obstinarem em não querer pagar im-

postos? Hão de recorrer aos empréstimos, para virem um dia os credores apoderar-se dos nossos haveres e sequestrar-nos o territorio, reduzindo-nos á condicção de povo conquistado? Hão de permanecer no *stato quo*, nada fazendo de novo e deixando arruinar e perder o pouco que agora existe e que tantos sacrificios tem custado, para amanhã nos chamarem os barbaros, os salvagens que habitamos o extremo occidente da Europa culta, a quem deshonramos?! Hão de limitar-se a fazer economias impossiveis, insufficientes, injustas, *anti-economicas*, e mais onerosas como encargo do que porvettosas como allivio?!

O augmento das *contribuições directas* e um sabio e benevolo systema de *impostos indirectos* são uma necessidade imperiosa: embora sacrificio, a patria exige-o.

Não basta pedir economias e fazer as que forem possiveis e razoaveis, é forçoso também proporcionar meios; dentro em pouco ou não teremos governo ou seremos governados pelos *mediocres* ambiciosos, pois que o *deficit* de intelligencia e probidade, a economia do talento e do saber, é a maior das miserias.

Em artigo especial apontaremos as reformas, que nos parece serem dignas de adoptar-se.

É esta a primeira necessidade a attender.

A reforma da *camara dos pares*, se é um ponto de politica importante, não é medida urgente de administração. Nas circumstancias actuaes ha necessidades mais imperiosas que satisfazer. A melhor reforma do *pariatio* é pensar que tal *roda* não existe neste nosso *mechanismo* representativo. Alguem suppõe, e não sei se com fundamento, que a annunciada reforma do *pariatio* é apenas uma estrategia politica do governo, que tem por fim exercer pressão sobre as duas camaras; — sobre a popular ameaçando-a com a terminação do mandato ordinario; — sobre a aristocratica atemorizando-a com a sua reforma; isto pelo menos até se votarem os impostos. Seja o que for, tal medida, embora tenha alcance e grande influencia politica, não é de urgente necessidade e francamente nos parece irreformavel o *pariatio* neste *admiravel* systema que nos rege. Em um governo *monarchico-hereditario-representativo* a camara dos pares é o que é, e não pode ser nem mais nem menos. Ou conservam o artigo 39 da Carta na sua integra — e não ha reforma possivel, ou o revogam e substituem e nesse caso — hão de revogar também e substituir o artigo 4 e outros muitos.

O mesmo diremos com relação á *responsabilidade ministerial*. Promulguem quantas leis quizerem, imaginem garantias as mais efficazes, mas a razão e a experiencia hão de convencer os que por ventura ainda se mostrarem credulos, que onde o *rei* é *irresponsavel* e ao mesmo tempo *chefe* do *poder executivo* que *exerce pelos seus ministros*, que *nomeia e demitte livremente*, os ministros hão de ser igualmente irresponsaveis e transmitir essa *originaria* irresponsabilidade a todos os funcionarios e agentes subalternos. A irresponsabilidade do *chefe* comunica-se, como corrente galvanica, a todos os elos da cadeia hyerarchica. E o que significa senão isto mesmo a absurda prerogativa do artigo 357 do Cod. Adm. e as machiavelicas disposições de outras muitas leis, os tribunaes de excepção, mil privilegios odiosos, mil formalidades inuteis?

A practica constante no nosso e em outros paizes, onde vigora o systema monarchico representativo, corrobora esta nossa asserção. Os artigos 101, 102, 103 e 104, da Carta, todas as leis, que posteriormente os desenvolverem hão de continuar a ser *letra morta*. A responsabilidade ministerial, dizem os publicistas francezes, não passa de uma tentativa; entre nós não passa de um artigo inexecutable da lei fuudamental; a sciencia do direito constitucional bem poderia chamar-lhe nobre aspiração democratica; em um governo monarchico representativo é um *impossivel politico*.

Se é nesta cruz que deseja morrer o actual ministerio, francamente lhe dizemos que é louca a abnegação, infructifero o sacrificio. Martyrio sem redempção não é gloria.

Entre nós só um ministro foi responsavel e condemnado; não em *altos* tribunaes de justiça, por *fidalgas* magistraturas e applicação da lei penal; mas autuado por uma revolução popular, foi julgado na opinião publica, que o fulminou, preso ás columnas da imprensa que o tem constantemente repellido, sentenciado pelo povo, que no dizer de Almeida Garrett, ha de por ultimo vir a ser o supremo julgador de nós todos.

Será o *liberalismo* dos novos ministros como o de Napoleão III, ou *servilismo* de imitação as avantajadas reformas? É provavel que a almejada responsabilidade ministerial seja como a da *constituição imperial* de 1852, e a reforma da camara dos pares em Portugal como a do senado em França.

Se o immortal Mousinho da Silveira e o grande vulto de Passos Manuel vissem, ficariam assombrados deante dos nossos actuaes reformadores!..

M. E. Garcia.

## Politica externa

**Summario.**—HESPAÑHA — agitação por causa do recrutamento, — desintelligencia entre os ministros e no seio dos partidos.—FRANÇA — descontentamento e crise ministerial produzida pelo *senatus-consulta* — discurso de Gambetta sobre a reforma constitucional.—ITALIA — manifestações populares em sentido republicano.

As mais bellas e lisongeiras esperanças corresponde muitas vezes a mais triste realidade. A Hespanha acreditou nos homens da revolução de setembro, e esperava que esses homens cumpririam rigorosamente as suas promessas, inaugurando um regimen de liberdade, de economia e descentralisação. O povo abraçou com entusiasmo a bandeira revolucionaria; supportou com resignação heroica as perseguições do governo de Narvaez; affrontou com a maior coragem os perigos d'uma revolução; saudou jubilosamente os vencedores de Alcolea; e passados quasi dois annos, vê que os seus sacrificios foram infructiferos, o seu entusiasmo uma loucura, a sua esperança excesso de credulidade; porque o partido progressista faltou aos seus compromissos, e renegou as doutrinas que parecia defender com o entusiasmo, que dão as convicções profundamente arreigadas.

Estas reflexões foram-nos suggeridas pelas agitações de Barcelona e outras cidades, provocadas pela execução da lei, que chama 40:000 homens ao serviço militar.

Quando a sciencia politica e economica reprovam os exercitos permanentes, quando em toda a Europa os povos protestam energicamente contra os grandes armamentos, a Hespanha não pôde ver sem indignação que o governo augmentava a força militar, lançando á nação o pesado tributo de sangue, o mais deshumano e irracional de todos os impostos.

Muito é para louvar a cordura e sensatez dos jornaes republicanos, que aconselhavam ao povo que resistisse legal e pacificamente, pois que nas circunstancias em que se encontra a Hespanha devia considerar-se réo de lesa-nação aquelle que promovesse desordens, que só podiam aproveitar aos inimigos da liberdade e da democracia. Estes conselhos de moderação foram escutados e se-

guidos por muitas cidades, cujas municipalidades abriram subscrição publica para resgatar os mancebos sorteados. A mocidade de Gerona, não querendo accender o facho da guerra civil, resolveu expatriar-se, preferindo a liberdade no exilio á escravidão na patria.

De todos os males causados pela insurreição da Catalunha é o governo o unico responsavel, porque devia prever as consequencias d'uma lei tão barbara e contraria ás idéas liberaes, que hoje dominam na Hespanha.

Não ha muitos dias que *La Republica Iberica* dirigia ao governo identicas considerações; mas a Hespanha, como diz muito bem o diario republicano de Valencia *Centro Popular*, tem sido e continúa sendo a victima propiciatoria do militarismo.

Parece que no seio do gabinete ha serias desintelligencias entre os ministros progressistas e democratas, principalmente entre o sr. Sagasta e o sr. Rivero. No parlamento os progressistas e os democratas divergem emquanto á questão do ensino religioso; parte do partido progressista obedece ao sr. Sagasta e deseja unir-se de novo á União Liberal; em fim, *ninguem se entende* no meio de tantas opiniões diferentes e de tantos sentimentos encontrados. É que os homens sómente podem conservar-se unidos pelos laços das idéas, que fazem com que os republicanos de todo o mundo formem um partido, que deseja a liberdade para todas as nações e a fraternidade entre todos os povos.

— Em França occupa as atenções o *senatus-consulta*, que veio confirmar a nossa descrença nas disposições a favor do governo liberal, que se attribuiam a Napoleão III. Todos se mostram descontentes, até o proprio Thiers, que ha pouco se orgulhava de ver as suas idéas *assentadas no banco dos ministros*.

O gabinete de 2 de janeiro está em crise, porque os collegas de mr. Ollivier não se mostram satisfeitos com a obra d'este estadista.

É certa a demissão de Buffet, e provavel a de Daru e dos outros ministros, á excepção de Ollivier, que será o presidente do novo gabinete.

Foi muito interessante a sessão do corpo legislativo, em que se realizou a interpellação do deputado Grevi sobre a reforma constitucional. Tomaram parte na discussão os principaes vultos do parlamento, Fabre, Daru, Thiers e Gambetta, que demonstrou no seu brilhante discurso que o plebiscito era o véo com que o imperador pretendia encubrir este novo acto de despotismo.

Não podemos analysar detidamente o discurso do orador republicano; mas alguns trechos, que transcrevemos, farão conhecer o seu grande merecimento.

Depois de ter demonstrado que no *senatus-consulta* ha cinco violações da soberania popular, que são — a hereditariedade, as duas camaras, a immutabilidade da constituição, a irresponsabilidade do chefe do poder executivo e a iniciativa do imperador no poder constituinte; accrescenta:

«Não a apresentareis com lealdade (a reforma da constituição), se a propozderdes debaixo da forma de *senatus-consulta imperial*; e, já que pedis uma mutilação, deveis pedila ao menos em termos claros e precisos, e em bom francez.» (Riso).

«É necessario que não inculqueis o erro ao paiz; que não lhe façais acreditar que esta constituição lhe restitue todos os seus direitos, quando pelo contrario contribue para despojal-o d'elles; é necessario que vos não torneis, permiti-me a expressão, cúmplices d'uma expoliação de direito nacional.»

Quando vemos a liberdade da França á mercê d'um homem, que ella elevou ao fastigio do poder, compadece-mo-nos d'essa nação, que foi a iniciadora de todos os progressos e de todas as liberdades.

O povo francez deve recordar-se com amarga saudade

dos seus bellos dias de 89 e 48. A França, debaixo do despotismo de Napoleão, pode dizer como Francesca de Rimini no meio dos horrores do inferno :

..... Nessun maggior dolore,  
Che ricordarsi del tempo felice  
Nella miséria

Passemos á patria do Dante.

Na nossa primeira revista dissemos que o rei de Italia perdia a sua antiga popularidade, porque não satisfazia as aspirações do povo italiano, que deseja completar a sua unidade. Vieram confirmar o que então dissemos as ultimas agitações republicanas, que têm dado serios cuidados ao gabinete de Florença; tal é a sua importancia e gravidade!

A força do governo suffocou d'esta vez as manifestações patrióticas; mas as idéas democraticas vão-se apoderando dos espiritos; e não vem longe o dia, em que a bandeira da Democracia ha de ser saudada por todos os povos, como o symbolo da paz e da felicidade.

Fernando Chrysostomo.

### Suum cuique...

*La Discusion*, para mostrar o grande desenvolvimento que vão tomando em Portugal as idéas democraticas, cita o *Precursor* em Lisboa, a *Gazeta Democratica* no Porto e o *Trabalho* em Coimbra. Não podemos aceitar a camaradagem que *La Discusion*, de certo mal informada, nos dá com o primeiro d'aquelles jornaes. Somos, é verdade, democratas; a liberdade é a nossa luz e a republica o nosso ideal; mas para nós é sagrada a vida intima das familias e dos individuos.

Combatemos a *realesa* como *systema politico*.

Respeitamos e respeitaremos sempre o *rei* como homem, como cidadão d'esta patria que adoramos e que desejamos ver feliz e engrandecida; como descendente de uma familia, na qual, se podem notar-se defeitos, não faltam virtudes e exemplos de nobre e generoso patriotismo.

Respeitamos o *rei* como o primeiro magistrado e representante legal do poder executivo; porque, amantes da ordem, respeitamos as leis que o collocaram e lhe garantem aquella posição *official*; podemos pedir a reforma da Carta, mas nunca auctorisar a sua violação, ou prégar a desobediencia.

A *vida particular* do chefe do Estado e de sua familia, é para nós, como a de todos os cidadãos e familias, um santuario, que não é licito profanar; a casa dos nossos reis, como outro qualquer domicilio, um asylo inviolavel.

Pugnamos pelos principios e instituições democraticas, que desejamos ver desenvolvidas, mas não nos afflige nem levemente perturba ou incommoda que o chefe do Estado se chame *rei* ou *presidente*, que a liberdade e a democracia se sentem em um *throno* ou em um *fauteuil*, debaixo d'um *docel* ou ao abrigo de uma *arvore*; tambem nos não inquieta que o chefe do Estado habite uma casa *branca* e modesta ou um palacio de sumptuosa architectura, que vista sobrecasaca ou farda agaloada; que passeie a pé ou de carroagem, não nos dá isso o menor cuidado, com tanto que esse aparato não reverta em prejuizo *publico*.

Seja pura a substancia e genuina a essencia, pouco nos importa a forma.

O que por certo detestamos e repellimos, com quem absolutamente não queremos aliança nem leve conhecimento, é com os amotinadores da praça publica, que exploram com a ignorancia, preconceitos e paixões da multidão, que têm por arma deshonrosa a injuria, por escudo o anonymo, por determinação um calculo, por méta um fim occulto, e que se envolvem nas trevas, para não serem vistos e interrogados cara a cara.

Alem de que, temos bem fundadas probabilidades, que

esses falsos apóstolos, esses *precursores* do liberalismo e da democracia são campeões disfarçados, guardas avançadas do absolutismo, que, mudando apenas o uniforme, vem ao nosso campo, que a toda hora infestam, fazer insidiosas excursões; diz-se— que é dos arraes do partido reaccionario, que falsa e impropriamente se dá o nome de *legitimista*, que são o *clarim* amotinador e desordeiro.

O tempo desvendará o segredo e explicará o mysterio. A occasião é propicia. A Hespanha deu o exemplo: expulsou um *rei* e anda pelo mundo á cata de *outro*. Se entre nós succedesse o mesmo, não faltaria *quem* propozesse *candidato* e *homens* para o sustentar....

Percam todavia por uma vez as esperanças... o calculo é bemfeito, mas errado.—Ou nenhum, ou os que estão e seus descendentes.

O direito adquirido, embora apenas se funde em um titulo historico, mas que é garantido por uma lei, é sagrado enquanto essa lei vigorar. A *usurpação* é sempre usurpação. A justiça condemna-a e a prescrição não a legitima.

Pela nossa parte recusaremos sempre o *aceite* a todas as letras que nos endossarem os que, desprestigiando a auctoridade legalmente constituida, e ultrajando as leis vigentes, perturbando a ordem e compromettendo a segurança publica, tentarem ou concorrerem de *boa* ou *má* fé para perder a liberdade.

Os jornaes democraticos devem abstrahir completamente das pessoas, para combater unicamente as instituições. Os homens que proclamam a liberdade, a fraternidade e a tolerancia politica e religiosa, devem empregar uma linguagem benevola, ainda que se tracte de adversarios politicos.

É assim que se adquirem proselytos, e que se responde ás calumnias, com que os reaccionarios pretendem deturpar a idéa democratica. Não basta a excellencia da doutrina; é preciso que os apóstolos a confirmem com o seu exemplo.

Não podemos portanto fazer causa commum com o *Precursor*, nem com outros jornaes que sigam igual caminho.

Entendemos que deviamos fazer esta declaração, para que fossem bem conhecidos os nossos sentimentos e aspirações.

### EXPEDIENTE

Parte da redacção do *Trabalho*, ignorando que o sr. Marçal d'Azevedo Pacheco tinha sido convidado para escrever o artigo que publicámos no numero antecedente, fez preceder aquelle artigo do illustre academico de uma declaração menos exacta. O artigo foi pedido e não enviado espontaneamente.

Agradecemos e aceitamos com todo o prazer a troca que nos propoz o diario de Valencia *Centro Popular*. Folgamos sempre que podemos estreitar relações com os nossos correligionarios de Hespanha.

Recebemos tambem o 1.º numero do jornal — *La Propaganda Republicana*, que se publica em Valencia. Este periodico presta um relevante serviço á causa democratica, tanto pelos seus artigos politicos, como por tornar accessiveis ao povo as obras dos principaes escriptores republicanos. No primeiro numero vem começada a traducção do — *Emilio*, de Rousseau.

Ao *Casino Republicano Federal* de Madrid agradecemos as benevolas expressões que nos dirige, bem como o honroso convite, que se dignou fazer-nos.

Responsavel — M. E. GARCIA.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE.

# O TRABALHO

## SEMANARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 23 de Abril

N.º 6

### Portugal e Hespanha

Publicamos hoje a saudação que vem inserta em o n.º 278 do *Centro Popular*, dirigida pelos illustres republicanos de Valencia á redacção do *Trabalho*.

«Esta redaccion se considera intérprete de todos los republicanos de Valencia, respondiendo á vuestro fraternal saludo con el testimonio de sus simpatias y de su amistad sincera.

Si fuera posible poner fronteras al pensamiento, nuestro suelo, nuestra historia, nuestra raza hacen de España y Portugal dos pueblos hermanos, y la comunidad de las ideas forma un nuevo lazo que estrechará el cumplimiento de nuestras mismas aspiraciones. Los republicanos de España y de Portugal, hoy unidos por el sentimiento, lo estarán mañana por la federacion, vinculo dichoso que *sin confundirlos nunca*, juntará á los pueblos en el concierto venturoso de la familia humana.

Salud y Republica federal.

Vuestro colega y correligionario.

Pedro I. Miquel»

Não podemos deixar de consignar aqui a sympathia que nos inspiram os sentimentos de fraternidade, manifestados pelos nossos correligionarios de Hespanha.

Amamos a nossa patria como filhos reconhecidos; desejamos ardentemente vel-a engrandecida e elevada á prosperidade a que pode aspirar uma nação illustrada e livre; temos por ella todo o respeito que nos inspira o seu passado glorioso, e a heroica energia que sempre desenvolveu para defender a sua independencia ameaçada, ou para reconquistal-a quando perdida; e se alguém ainda hoje se lembrasse de impor a sua vontade á nação portugueza, ou de attentar contra a sua autonomia, encontraria em cada um de nós a corajosa resistencia que sabem oppor os homens livres ás pretensões injustas da usurpação.

Todas as liberdades provêm da mesma origem: a liberdade dos individuos e a autonomia nacional são para nós igualmente sagradas. Mas a liberdade e independencia da nação portugueza não consistem no isolamento, ou na attitude reservada, e na desconfiança systematica a respeito da nação vizinha; pelo contrario, todas as considerações politicas, moraes e economicas, que podem contribuir para o seu desenvolvimento, aconselham a união fraternal destes dois povos. As nações, como

os individuos, só podem desenvolver-se e prosperar por meio do auxilio mutuo: associação dos individuos, e união das nacionalidades por meio da *federacão*, eis, a nosso ver, a mais poderosa alavanca do progresso da humanidade. Portanto não só desejamos ver os dois povos da Peninsula unidos pelo estreito laço da *Republica Federal*; mas desejariamos até ver esta forma de governo applicada a toda a familia Européa.

Terminamos estas considerações, apresentando aqui as palavras que a este respeito escreveu o sr. dr. Manuel Emygdio Garcia, Professor da Universidade e collaborador d'este jornal, nos seus *Estudos Critico-Historicos*, sobre o Marquez de Pombal.

«Venha, e bem vinda seja, — a harmonia nas leis; a uniformidade nas instituições; o consorcio das litteraturas; a aproximação dos costumes; a intimidade de relações moraes e economicas; cáiam por terra essas odiosas barreiras que estorvam a liberdade de commercio entre os dois povos, e a troca de seus productos; acabe por uma vez o repugnante systema dos passaportes; entronquem-se as linhas ferreas; facilitem-se as communicações fluviaes; canalizem-se os rios communs; celebrem-se congressos scientificos e litterarios, exposições industriaes e artisticas, *peninsulares*; venham, numa palavra, a fraternisação dos homens e a alliança dos governos; mas, para fortalecer a *autonomia* dos dois povos e garantir a *liberdade de todos*.

### O pauperismo

#### IV

**Summario.**— O FEUDALISMO, suas tradições e vestigios; — REALEZA ABSOLUTA, que d'elle deriva, e os seus partidarios: (beneficencia illusoria) — REALEZA CONSTITUCIONAL-REPRESENTATIVA; concentração politica; centralisação administrativa; ficções e privilegios; impressões das velhas monarchias e do cesarismo romano; a distincção de classes e a egualdade perante a lei; passividade politica, desigualdade e intradecção civil; liberdade de industria, plenitude da propriedade, péas e restricções, servidão economica; degradação moral: (falsa e apparente philantropia) — REPUBLICA DEMOCRATICA, egualdade juridica, liberdade economica, (justiça, trabalho e cooperação).

O *feudalismo*, levantando-se orgulhoso e feroz do meio das ruinas do *imperio*, que destruiu e retalhou, dos campos ensanguentados por centos de batalhas e recontros fraticidas, agrilhoou o *povo*

ao solo conquistado, do qual fizeram leonina partilha os privilegiados da força; e a *miseria*, que até ali se chamara escravidão, ignorancia, fanatismo, transformou-se, ou, melhor ainda, mudou simplesmente de nome.

O feudalismo, succedendo por ultimo ao despotismo da realza e do imperio romano, que despoticas foram em Roma todas as formas e systemas de governo, reunindo a esta herança a brutal ferocidade dos barbaros, sem que lhe valessem a caridade christã que despontava e a luz do Evangelho que surgia,— o feudalismo, desproporcional mistura de todos estes elementos, precipitou o povo na *miseria da servidão territorial!*

Não podendo subjugar-lhe a alma, já preza da theocracia, dominio da igreja e do cléro; negou-lhe todavia a liberdade corporea, a propriedade, o trabalho, a familia, que a conquista germanica sobre o imperio e a victoria do *espiritualismo* christão sobre o *instincto* material do paganismo, deveriam ter resgatado a essa parte da humanidade chamada *plebe*, a essa multidão de *homens-cousas*, a que as leis davam então o nome de *escravos*, que na idade media reapparecem com a designação de *servos da gleba*, que a realza denominou *arraya meuda*, *classe baixa*, e que ainda hoje, por contradicção e ironia, chamam — *os proletarios, o povo*.

Esse *povo*, que, modernamente e na opinião de muitos, é a synthese de tudo o que de mais baixo e degradante na familia humana produziram as sociedades antigas, foi no feudalismo o que sempre havia sido: ludibrio de seus caprichos, machinas de trabalho agricola <sup>1</sup>.

Depois de muitas luctas os senhores feudaes, obrigados pela necessidade, forçados por circumstancias varias, que fora longo e desnecessario relatar aqui <sup>2</sup>, afrouxando um pouco as cadeias da servidão, *aceitaram a carta de foral, reconheceram a constituição communal imposta, ou concederam as franquias exigidas* <sup>3</sup>.

O feudalismo havia desempenhado o seu papel de oppressor; o povo, para sahir da *miseria*, deu mais um passo na conquista da *liberdade*. A reacção da *egualdade* abrandou a *tyrania do privilegio*. A *fraternidade* economica e religiosa da *communa* produziu este movimento, operou mais um prodigio. A *democracia* obteve mais um triumpho. A historia registrou um facto, uma revolução assombrosa.

<sup>1</sup> «Avant la grande révolution de 1789, les hauts et puissants seigneurs qui gouvernaient la France avaient un profond mépris pour le peuple; écoutez La Bruyère parlant des paysans: Quelles sont, dit il, ces bêtes noires que j'aperçois au loin, grattant la terre? — Ces bêtes noires, lui aurais-je répondu, M. de La Bruyère, sont les ouvrières des champs qui cultivent la terre pour vous nourrir.»  
Perdonnet.

O mesmo succedeu por toda a parte, onde o feudalismo levantou castello e hasteou pendão.

<sup>2</sup> Seria necessario expor todo o regimen politico, economico e religioso da idade media, no qual residem muitas e poderosas causas do pauperismo actual.

<sup>3</sup> Dous foram os modos por meio dos quaes o povo reagiu contra a oppressão feudal: formulando *constituições*, jurando-as e impondo-as; pedindo a concessão ou outorga de uma *carta de foral* com certas liberdades e garantias.

A realza tradição da theocracia e do imperio, depois e modernamente derivação do feudalismo, *illudiu* mais uma vez o povo no movimento communal, que devia transformar e converter essa *aristocracia territorial* e aventureira na *republica* democratica dos municipios; fingindo favorecer e auxiliar com a sua espada e influencia moral o povo, que se levantava contra a *tyrannia* dos *senhores* em nome da liberdade opprimida, dominados por vistas occultas, dirigidos por calculo ambicioso, curando sómente da propria elevação e interesse, os *reis* intrometteram-se, como atracadores da liberdade, na lucta, que podendo aniquilar-lhes o seu rival e maior inimigo, lhes assegurava ao mesmo tempo a victoria sobre o povo <sup>1</sup>.

É assim foi que se não demorou muito a realisação de um tal plano, e para logo a realza se fez absoluta e despotica, recolhendo os despojos do feudalismo desmantelado e restaurando as velhas tradições do imperio e da theocracia, não de todo apagadas e das quaes a realza, em parte, não deixara nem deixará de ser a representação mais ou menos viva e completa.

É por isso que a monarchia absoluta reúne em si todas as oppressões e despotismos:

A *coroa*, que aponta para o ceo, como a denunciar o *mandato de direito divino*.

O *throno*, que symbolisa a *desigualdade* entre os homens e os diferentes grãos do *hyerarchia*, os privilegios das *classes* e *ordens*, acima dos quaes se eleva a *realza*.

O *sceptro* e a *espada*, symbolo do *jus vitae et necis*, suspensa sobre a cabeça do povo, o *ignobile vulgus*, a *plebe*, a *arraya-meuda*, cuja condição é *miseria* economica, degradação politica e civil.

Assim viveram reis e povos durante alguns seculos; mas não faltaram luctas nem mingoaram tentativas de emancipação.

Mais tarde, neste e no passado seculo, obrigados pelas *revoluções* populares, receosos do seu futuro, sentindo já vacillar-lhe o *throno*, mal podendo sustentar a corôa de ouro, vendo a cabeça de Carlos I no cêpo e a de Luiz XVI no cadafalso, os reis, por sua vez, ou aceitaram as *constituições representativas*, ou outorgaram as *cartas constitucionaes*, exigindo em paga de tão *generoso* serviço — a *supermacia* social *herditaria* sobre todos os *poderes* do estado, — a *sobrerania nominal e ficticia*, — a *inviolabilidade* absurda, — a *irresponsabilidade* aviltante, — o *luxuoso fausto* dos antigos tempos, — uma *corte* aparatosa, palacios, pargura, deamantes, todas as insignias e apanagios exteriores da realza, e, para sustentar estas apparencias, inuteis em si e altamente damnosas nos effectos, — alguns centos de contos no orçamento a ti-

<sup>1</sup> A historia official e a escola doutrinal dos tradicionalistas pretendem fazer acreditar, que a realza auxiliou o povo na revolução communal dos seculos XII e XIII. É esta uma proposição historicamente falsa, que muita gente em boa fé e sem critica aceita e sustenta. Em artigo especial demonstraremos ser um erro tanto em face da historia como do raciocinio.

tulo de dotação, com a designação impropria de *lista civil!*

Eis, em ligeiros traços, a que foi e o que é a realza perante a historia e na actualidade.

No governo monarchico representativo os povos alcançaram, por seu esforço e compraram com o sangue e com a vida de muitos de seus filhos, liberdades que não tinham, importancia e *representação* politica, dignidade civil e economica, de que nunca até então haviam gozado; mas o elemento monarchico arrastou consigo e mantem muitos elementos viciosos, órgãos corrompidos ou desnecessarios, apparatus accessorio e anachronico, formalidades ridiculas, ficções da velha sociedade, muitas exigencias theocraticas, privilegios e injustiças de origem e natureza feudal. O povo se não soffre tanta violencia e miseria, lucta com o despotismo da *centralisação* administrativa, causa e origem, em grande parte, da existencia e extensão do proletariado.

As sociedades europeas do occidente são, ainda hoje, na sua constituição organica, indole politica, e vida administrativa, moral, religiosa, civil e economica, na sua legislação e instituições, o amalagma, a combinação imperfeita, o producto amorpho e heterogeneo de todos esses elementos e substancias, que entraram na composição da velha sociedade.

A *assistencia* publica e particular é tambem, na actualidade, um effeito d'esta viciosa constituição historica.

É por isso que a theocracia com todo o seu poder divino e humano, a aristocracia feudal com suas riquezas e possessões territoriaes, a realza com toda a sua opolencia exterior, *paternal beneficencia* e prestigio, a administração com todos os seus *agentes e regulamentos*, não poderão vir a ser um dia capazes de *abolir* a miseria e *extinguir* o proletariado, de cuja existencia são a principal causa e o mais poderoso motor.

Pouco importa que a *munificencia* dos reis, a *caridade* dos *fidalgos*, a *piiedade* do clero e das *corporações religiosas*, a *centralisação administrativa* fundem e sustentem *mesericordias* e *hospitaes*, *asyls* e *hospicios*, á custa da nação, ou distribuem pelos miseraveis, nus, famintos e ignorantes o dinheiro e os haveres do povo; a miseria renasce, a nudez e a fome reaparecem, por toda a parte se condensam as trevas da ignorancia e se propaga o vicio; remedios apparentes e illusorios podem talvez suavisar o mal, mas não o curam, podem encobrir a chaga, mas não lograrão cicatrizar-a; se desaparece por momentos na epiderme, é só para minar-lhe o interior e invadir-lhe as entranhas; mais se alimenta com elles e recrudescer a enfermidade chronica do *pauperismo!*

O mal não só é velho, lavra fundo em todos os órgãos do corpo social.

Só a verdadeira *democracia*, destruindo velhos elementos, vasando em outros moldes, edificando, desde os alicerces pela revolução e pelo Evangelho,

pela philosophia do direito e da industria, as modernas sociedades, viciadas na sua origem e formação historica, gastas, enfermas e conrrupidas no decurso de seculos, poderá, apagando os vestigios da theocracia, as impressões do feudalismo, os despojos da realza, cadaveres do passado que o *constitucionalismo* representativo apenas galvanisou, destruindo péas, abolindo a centralisação, aniquilando o privilegio, riscando nos codigos politicos as classes, nas leis civis a interdicção, nas economicas as restricções, a prevenção e o monopolio,—só a republica, fazendo esta profunda e radical transformação, poderá *extinguir a miseria* e acabar com o pauperismo, cujas causas residem principalmente no falso e vicioso systema politico, civil e economico, em que temos vivido.

Egualdade juridica, liberdade economica: eis o valor do incognita que procuramos.

É tempo de depôr o camartello, e, varrendo este montão de ruinas, edificar, não, como fizeram nossos avós, sobre ellas; mas no terreno plano e livre, franco e limpo da democracia: que sobre alicerces velhos, gastos e corroidos, não poderá jamais construir-se edificio solido e duradouro.

(Continúa).

M. E. Garcia.

### A realza em frente da razão

(Continuado do n.º 2)

O segundo periodo da historia da realza comprehende, como dissemos, os tempos que vão desde a quéda do imperio romano, no seculo v da era christã, até á revolução franceza.

Neste periodo, como diz Guizot, apparecem, ao contrario da antiga civilisação, coexistentes todas as formas e todos os principios da organização social. Multiplique nas suas relações, extremamente variada nos seus effeitos, a sociedade de então assemelha-se a um vasto campo onde se debatem em continua alternativa todos os elementos da civilisação contemporanea.

Apezar desta variedade de factos, nunca a realza em todo o periodo se abraçou fraternal e desinteressadamente ao destino do povo; nem hasteou um só dia por convicção a bandeira da liberdade! É que a realza bebeu as aspirações no seio do despotismo, e não pode portanto desnaturar a sua propria existencia.

Este periodo comprehende quatro epochas distinctas entre si relativamente ao objecto que estamos apreciando: a primeira vai desde a quéda do imperio romano até o seculo vii, em que se organiza o feudalismo; a segunda desde ahí até o seculo xii, em que as communas principiam a tomar o primeiro lugar na historia da sociedade; a terceira desde então até o seculo xvi, em que a realza comprime debaixo do seu jugo todos os outros poderes; e a quarta, finalmente, desde o seculo xvi até á revolução fran-

ceza, em que se abre deante da humanidade um horizonte completamente novo.

Na primeira epocha quasi todos os povos da Europa disputam encarniçadamente os restos do imperio romano e a sociedade, na agitação de luctas permanentes, offerece por toda a parte o espetaculo sangrento de guerras continuadas.

A realza devia necessariamente ressentir-se d'esse estado; e d'ahi proveiu uma pequena limitação no absolutismo do seu poder. Quando o despota sente estremecer a terra sobre que está assentado o seu throno, tem de valer-se dos esforços dos subditos para lh'o sustentarem; e a necessidade d'este mutuo auxilio e d'esta reciproca união torna mais difficil o excesso do seu despotismo. É o que succedeu na epocha que estamos analysando.

Não devemos contudo levar á exaggeração esta pequena tendencia liberal. Montesquieu vai buscar a esta epocha, e á organização politica dos *germanos*, a origem dos governos representativos; Montesquieu porém, deixou-se illudir pela descripção que Tacito faz d'aquelle povo, quando de proposito queria exaltar as qualidades dos *barbaros*, para exprobar ao povo *civilisado* a barbaria dos seus costumes. É, como diz Guizot na — *Historia dos Governos Representativos*, um methoao superficial e falso classificar os governos segundo os seus caracteres exteriores. Os *germanos* tinham, é verdade, estabelecido entre si uma especie de federação; mas ainda assim os differentes chefes governavam com o absolutismo que era proprio da rudeza d'aquelles tempos.

A segunda epocha é tão conhecida de todos que não devemos demorar-nos com ella.

Se por um lado o caracter de individualidade dos costumes d'esta epocha, — traço mais saliente do feudalismo, favorecia o poder despotico da realza, por outro a força d'esses potentados que levantavam castellos por toda a parte, oppunha-se manifestamente ao absolutismo. É certo porém que o povo nada lucrava com o afrouxamento da tyrannia real. Os espolios da realza eram sofregamente disputados pelos feudaes e pelo clero, e o povo ludibriado por todos os partidos, comprimido debaixo do jugo das outras classes da sociedade, tinha de preencher com o seu sangue e com o seu suor as lacunas que o embate das luctas permanentes deixava nos outros poderes.

Estamos chegados ao seculo XII.

Ou, segundo Guizot, encaremos a historia como a serie ininterrompida de leis providenciaes, ou, como Victor Cousin, olhemos cada facto como um elo na grande cadeia da verdade absoluta, ou finalmente vejamos nelle sómente o traço que as gerações voluntariamente tem impresso na humanidade, a epocha das *communas* é, sem duvida, uma das mais gloriosas na historia da sociedade.

O povo, que anteriormente tinha passado, como vimos, completamente esquecido dos poderes que dirigiam a sociedade, e que tinha chorado em si-

lencio a escravidão de tantos seculos, ergueu-se num movimento geral de independência. O entusiasmo da liberdade foi geral por quasi toda a Europa: mostram-n'o claramente — a promulgação da grande carta na Inglaterra — a liga Anseatica e a confederação do Rheno na Allemanha — a organização de differentes republicas na Italia — e o desenvolvimento municipal ao meio dia da França e ao norte da Hespanha.

O germen da revolução franceza está no movimento communal do seculo XII. O absolutismo centralizador da realza que marchou com todo o incremento desde o seculo XV, pôde abafar por algum tempo a chamma da liberdade; mas o fogo foi-se alimentando occultamente debaixo das cinzas, até que um dia irrompeu com toda a força, para incendiar o throno de Luiz XVI.

Encontramos nesta epocha pela primeira vez abraçada a realza ao destino do povo, e trabalhando ambos na defeza da mesma causa. É que a realza, receiosa do predominio do feudalismo e do clero, vinha valer-se d'aquelle que tinha escravizado por tantos seculos; é que a realza queria elevar os filhos do povo, para reduzir á obediencia os filhos dos *grandes*; é que a realza finalmente vinha ainda envenenar com as suas ambições esse esforço de independencia, e essa aspiração liberal de uma sociedade até então escravizada.

A ultima epocha é a epocha do absolutismo por excellencia. A realza a quem o feudalismo tinha abatido, e a emancipação communal principiava a intimidar, tratou de centralisar em si todos os poderes da sociedade; e as guerras da França com a Inglaterra, os reinados de Carlos VII e Luiz XI na França, a ascensão dos Tudors ao throno na pessoa de Henrique VII na Inglaterra, a união do reino de Castella e Aragão na Hespanha, o estabelecimento da casa de Austria na pessoa de Maximiliano, a queda das republicas da Italia, e os governos de D. João II e D. Manuel em Portugal bem como a enervação resultante do ouro que nos vinha do Brazil; favoreceram poderosamente aquella centralisação.

Debalde protestavam as aspirações liberaes que a reforma tinha inculcido nos espiritos, e de que são testemunho — *A Republica* de Bodin — o — *De jure regni apud Scotos* de Buchanan — o — *De rege et regis institutione* de Mariana, e outros livros semelhantes; debalde as luzes da renascença illustravam os povos; e debalde o movimento philosopho fermentava nos espiritos: a realza calcou todos os obstaculos, e empolgou todas as redeas da administração.

Foi porém sob esse extremo despotismo, e na urgente necessidade de uma emancipação completa, que se elevou e descobriu o sol da redempção democratica.

Não bastaram a reforma e a renascença; a revolução de Inglaterra, um dos factos mais importantes desta epocha, foi tambem insufficiente, pelo seu caracter local e pelo egoismo da civilisação ingleza;

mas todas essas causas activadas e desenvolvidas com a philosophia do seculo xviii, produziram esse novo *genesis* social que se chamou — Revolução Franceza.

Continua

Adriano Anthero.

### Politica interna

**Summary.** — A corrupção eleitoral e as leis penaes — Incompatibilidades parlamentares e a separação e independência dos poderes — Os *arrolamentos* condemnados pelo proprio ministerio; tumultos e resistencia do povo, tempestades parlamentares; forma arbitraria e irregular por que a elles se está procedendo em todo o paiz, sua insufficiencia e injustiças relativas a que podem dar origem na applicação — Reformas tributarias; projecto do imposto de *quotidade*; o que é em principio e o que poderá vir a ser na practica — Vantagens da generalisação dos *gremios*; forma democratica do imposto; o liberalismo na sua distribuição e lançamento; economia, facilidade e garantias de cobrança — Projecto de resposta ao discurso da *corda*; sua significação politica e administrativa; a camara abdica a sua autonomia e iniciativa nas mãos do governo e louva-se nas suas propostas.

Já é do dominio do publico, e foi annuciado no seio da representação nacional, o escandaloso procedimento, a criminosa degradação politica, a que desceram alguns homens, a quem mal poderemos dar o nome de cidadãos; pois é indigno de o ser quem mercadeja os seus direitos como eleitor, e tem demais a mais a insolente ousadia de o declarar publicamente, por palavra e por escripto! Não sabemos qual será a attitude dos poderes publicos diante de escandalo tão assombroso; pelo menos deve o poder judicial levantar immediatamente os competentes autos de exame e corpo de delicto sobre essas declarações, e, observando com todo o rigor as formalidades do processo, applicar aos *compradores* e *vendedores* de votos as penas estabelecidas no art. 204 do Codigo Penal; lembrando-lhes quaes são os seus deveres, e ensinando-lhes a prezar a sua honra como homens e a sua dignidade como cidadãos.

A reforma do systema eleitoral, cada vez se torna mais necessaria e urgente. A corrupção acimata-se, medra e alimenta-se prodigiosamente depois da reforma precipitada e incompleta do Acto Addicional, que o Decreto de 30 de setembro de 1852 e a Lei de 23 de novembro de 1859 mal desenvolveram; as ultimas reformas concorreram para animar e favorecer a corrupção, tanto por parte das facções como dos governos.

As camaras já permittiram a alguns de seus membros a accumulção das funcções legislativas com as inherentes aos cargos que exercem nos diferentes ministerios. É uma anomalia, um absurdo monstruoso esta accumulção. Ou se é legislador ou empregado submisso do governo; ou se é procurador e mandatario do povo, ou agente subordinado e retribuido da administração. Aonde fica o principio fundamental da separação e independencia dos poderes, se um individuo pode ser ao mesmo tempo magistrado judicial, empregado de confiança do governo em *commissão*, deputado, e portanto legislador?!

Em a nossa anterior *revista* demonstramos a absoluta necessidade, em que o governo qualquer que elle seja, está constituído de augmentar receitas por meio de contribuições; e que para o povo é dever imperioso satisfazer, na parte que lhe toca, esta impreterivel e urgente necessidade; mas tambem reconhecemos que o governo deve ser prudente no emprego dos meios, e procurar um systema de lançamento e cobrança, que aproximando-se, quanto possivel, da verdade economica, represente ao mesmo tempo justiça e egualdade na distribuição do encargo.

Ignorávamos então qual seria esse systema; e abstinemo-nos por isso de fazer de prompto as considerações que o assumpto, por momentoso e delicado, sugere. Abriu-se todavia o cofre, onde o governo e especialmente o sr. mi-

nistro da fazenda, guarda em reserva os *elixires* com que pretende reanimar as nossas finanças, que muitos julgam quasi de todo arruinadas e perdidas; é certo porem que algumas medidas preparatorias, como os *arrolamentos*, (*cadastro parcellar*), a que por Decreto de 30 de dezembro ultimo mandou proceder e a cujos trabalhos de execução deu já começo, levantou, em alguns pontos do paiz, opposição e resistencia chegando a empregar-se a força, e havendo algumas desgraças que lamentar. Reprovamos os excessos, a que a ignorancia de muitos, a imprudencia de alguns, e sobre tudo a especulação e manejos das facções dão origem. Lamentamos ainda mais as luctas inglorias e as tempestades esterilizadoras, que a opposição levantou já no seio do parlamento, dando mau exemplo ao povo, que incitam á revolta, e fraca ideia da sua prudencia, saber e desinteresse; mentindo em vez de corresponder ao mandato popular.

Menos impaciencia e mais reflexão e estudo; mais dedicacão e sciencia, menos egoismo e paixão partidaria. O parlamento não é campo de torneio e muito menos praça de commercio. Não criminem sómente os governos, que em verdade todos têm muitas culpas para expiar; criminem tambem as opposições imprudentes e acintosas, que mais responsabilidade lhes pesa dos males que estamos soffrendo.

Condemnamos os *arrolamentos*, porque não preenchem o fim a que os destinam; hão-de ser, como as *matrizes*, um *tombo* illusorio e enganador da propriedade: feitos, na maior parte do paiz, por homens incompetentes, assalariados pela auctoridade, sem habilitações technicas indispensaveis em operações como esta, sem força talvez, sem dignidade para resistir á persuasão e ao suborno, os *arrolamentos* hão-de representar muita injustiça, muita desigualdade, muito erro economico; hão-de viciar o projectado systema do imposto de *quotidade*, talvez bom e aceitavel em principio, mas impossivel, absurdo pela *forma* que pretendem adoptar na sua applicação practica. Demais: os *arrolamentos* envolvem operações delicadas, difficuldades invenciveis; não são uma simples indicação de predios rusticos e urbanos, é indispensavel classificar aquelles pela natureza e composição do solo, genero de cultura, e grau de fertilidade, tendo em consideração estes elementos, os encargos reaes, a extensão e mil circumstancias, que podem affectar-lhe o valor, fazer variar o preço e influir directamente na avaliação, que forçosamente ha-de variar de um a outro logar.

E quaes são os homens technicos, os peritos habilitados, a quem a administração entregou ou pretende entregar estas complexas e embaraçosas operações, afim de conhecer o rendimento singular collectavel de cada predio e calcular, em harmonia com elle, a *quota* que ha de pagar cada cidadão?

Os *arrolamentos*, como se estão fazendo entré nós, não representam um progresso sobre as *matrizes*, hão-de como ellas ser imperfeitos, deficientes, arbitrarios, e illusorios, fonte inexgotavel de erros economicos e injustiças legalisadas.

E não somos nós que gratuitamente o affirmamos; é o sr. ministro da fazenda que o demonstra no relatorio, que procede o projecto de lei, com o qual pretende revogar o artigo 3.º da Carta de Lei de 30 de agosto de 1869.

Esse relatorio é a condemnação mais completa e formal, não só das *matrizes*, mas dos *arrolamentos*, e até das operações *cadastraes*.

Os *arrolamentos*, como as *matrizes*, representam: «Sacrificios de tempo, trabalho e dinheiro, sem que d'ahi resulte vantagem para o thezouro, e sem se conseguir o fim que o legislador teve em vista.»

Ao contrario do que affirmou o sr. Ministro da justiça, podem dar em resultado um *augmento* de tributos; mas o pagamento d'elles, longe de se fazer com a *maior egualdade possivel* (!!) será relativamente injusto e desigual

na maior parte dos casos e para um grande numero de contribuintes.

Não seria mais facil, justo e proveitoso estender a instituição liberrima dos gremios á *contribuição predial*?

Não serão os *gremios parochiaes* um meio pratico, facil, justo e liberal de aproximar a *quota* do rendimento collectavel, que só o proprio contribuinte e os seus vizinhos podem conhecer ou calcular precisamente, e bem assim dos *encargos domesticos*, que devem ser tomados em linha de conta?

Não será o *gremio parochial* o meio pratico de chegar á *espontaneidade* e *perequação* do imposto, senão rigorosamente mathematica pelo menos economica e juridicamente satisfactoria?

Não será o *gremio parochial* o meio pratico de nos aproximarmos da almejada simplificação do systema tributario?

Não será o *gremio parochial*, applicado a todas as contribuições, o meio pratico de fazer *grossas economias* no pessoal e serviços financeiros, dispensando um aparato desnecessario e prejudicial, um excesso de escripturação e contabilidade, que não esclarece nem garante, pelo contrario embaraça e confunde?

Brevemente nos occuparemos d'este assumpto.

Já foi apresentado na camara dos srs. deputados o projecto de resposta ao discurso da corôa. Documento sem importancia e alcance politico e administrativo, é o alludido projecto de resposta uma serie de logares communs, apanhados nas columnas de algum dictionario de sciencias politicas, ou collegidos a retalho dos artigos *de fundo* de algum periodico de feição governamental: cumprimentos ao rei, saudações ao governo, promessas vagas ao povo, politica de expectativa, administração projectada, lamentações sem esperanza, exposição de males sem indicar remedio.

Neste importante documento não transluz se quer a mais leve ideia da *desassombrada e fecunda* iniciativa, de conhecimento *reflectido e consciencioso* das publicas necessidades actuaes, com que tanto se uffana a illustre commissão; não ha nelle espirito de independencia, plano algum de reformas definido; voto de confiança, ou melhor ainda, submissão completa ás ordens do governo e ás inspirações do *alto* eis a sua mais genuina significação. Como os sacerdotes da antiguidade pagã, a maioria, interprete dos signaes mysteriosos que apparecem já no céo governamental, espera as revelações da sibylla annunciando a vontade e a providencia oracular do ministerio.

A isto observam os politicos *encartados* — que a resposta ao discurso da corôa é de ha muito uma *formalidade* no systema *parlamentar*, que serve só para dar logar a que a camara se conserve em uma *benevola expectativa* e para sondar as intenções e as forças da opposição. Pois seja assim.

M. E. Garcia.

## Politica externa

**Sumario.** — HESPAÑA — Proclamação do directorio republicano. — Successos de Barcelona. — Conselhos de ministros para resolver questões importantes. — FRANÇA — Plebiscito. — Carta de Napoleão aos eleitores. — Manifesto redigido pelos deputados e jornalistas republicanos. — Attitude d'este partido. — ITALIA — Agitações populares. — AUSTRIA — Novo ministerio.

Mais uma vez os chefes do partido republicano federal aconselham aos seus correligionarios moderação, prudencia, energia, para melhor se conseguir a realisação das elevadas aspirações republicanas. Fundando-se nos dictames da razão e nas lições severas da experiencia, julga o Directorio inopportuna qualquer tentativa revolucionaria, se bem que não renuncia em absoluto ao uso da força, *ultima ratio* dos povos contra os tyrannos, quando

o governo deixe de respeitar as garantias constitucionaes. Oxalá que tão sensatas advertencias produzam o desejado effeito!

Depois dos actos de crueldade e vandalismo praticados pelo general Gaminde, funcionam em Barcelona os conselhos de guerra, para julgar os individuos que tomaram parte na ultima insurreição. Não tardará muito que os espingardeamentos sejam o trágico desenlace d'este drama, que já nos apresenta bastantes quadros de sangue; porque a politica dos homens de espada, que dominam a situação de Hespanha, não conhece expedientes de natureza diversa.

Tem-se reunido frequentes vezes o conselho de ministros, para resolver a questão de incompatibilidades parlamentares, e nomear os funcionarios para os logares vagos no conselho de Estado e nos diversos ministerios em consequencia da demissão pedida pelos homens principaes da união liberal.

Quanto á primeira questão, como são tantas as sentenças como as cabeças, e o governo não quiz agravar a sua posição, que já de si é melindrosa, parece que se resolveu não dar á questão feição politica e deixar a solução d'ella ao prudente juizo das côrtes constituídas.

Os ministros não poderam ainda chegar a um accordo ácerca das nomeações; porque tanto os progressistas como os democratas querem para si a melhor parte na divisão dos empregos: as questões de *estomago* são sempre difficéis de resolver.

— Em França ha grande animação em todos os circulos politicos por causa do plebiscito, que terá logar no principio de Maio.

Não é tempo ainda de apreciarmos este facto importante, porque ninguem pode saber qual será o *verdictum* do povo francez sobre a questão que é chamado a resolver.

É provavel, graças á interferencia do governo e dos seus agentes, que o *senatus-consulta* seja approved por grande maioria; mas, para obviar a qualquer eventualidade, Mr. Ollivier, deu-se pressa em declarar que não se tratava de consultar a França sobre a sorte do imperio, porque esta forma de governo foi adoptada pelo plebiscito de 1852; mas unicamente desejava saber se a nação queria o governo pessoal ou o imperio parlamentar. Esta pergunta é tão estolida e futil, como se a enfermos perguntassem se queriam alguma saude, ou a um proletario, se acceitava algum dinheiro. O que porém torna mais repugnante o embuste é o nome pomposo de *reforma liberal*, com que se pretende encubrir as violações de direito nacional, que o deputado Gambetta apontou no seu brilhante e substancioso discurso.

Annuncia-nos a telegrapho que Napoleão III tenciona dirigir uma carta *pessoal* a todos os eleitores, explicando em termos muito liberaes a significação do plebiscito.

É a politica machiavelica, pela qual o Imperador se tem sustentado, a que agora emprega para consolidar a dynastia profundamente abalada, e conjurar a tempestade revolucionaria, que lhe parece imminente.

Os deputados republicanos Fabre, Gambetta e Picard foram encarregados de redigir um manifesto, combatendo o plebiscito. O partido democratico resolveu tambem organizar em cada circulo eleitoral um comicio d'acção, apesar de haver alguns votos em favor da abstenção completa, por se julgar o meio mais significativo, e menos perigoso de manifestar a pouca ou nenhuma confiança que aos homens verdadeiramente democratas merecem as promessas do *liberalismo napoleonico*.

Seja porem qual for o resultado do plebiscito, o imperio está irremessivelmente condemnado pelas leis eternas da justiça e pela voz severa da historia. Não ha corrente galvanica que possa dar vida a esse corpo inerte, seiva que faça reverdecer esse tronco velho e carcomido, architecto, por mais habil, que reconstrua esse edificio em ruinas.

— Na Italia continua o governo a tomar toda a precaução para evitar as manifestações republicanas; mas perante a força das idéas democraticas é inutil a policia preventiva. A Italia deseja a sua emancipação completa; quer a liberdade sem restricções odiosas, e a egualdade sem privilegios absurdos; aspira a occupar entre as nações um logar distincto, de que é digna a terra que foi berço das bellas artes. Cahi porque lhe foi *adversa a fortuna*;

Mas a queda d'um povo tem fim.

— Na Austria resolveu-se a crise que ha tempos annunciámos, nomeando-se um ministerio, cuja vida não promette ser longa.

A semana foi pouco fertil em noticias de interesse; porque os parlamentos suspenderam as suas sessões, os governos descansaram das suas fadigas e os partidos depuzeram as armas em homenagem ao Martyr, que aconselhava a fraternidade entre os homens, e a tolerancia para todas as opiniões.

Fernando Chrysostomo.

### Litteratura

O Poema em hebraico — *Schir-Haschirim*  
Cantico dos Canticos

e o Poema sanscrito — *Panhtchádhyáyás*  
As cinco meditações

(sobre os amores de *Krishna*<sup>1</sup> com as *Gôpís*<sup>2</sup>)

... quia amore languet!

c. c. II, 5.

O *Bhágavata* é o *Purána*<sup>3</sup> mais popular dos indios. E o livro mais querido d'este *Purána* é o decimo, o — *Panhtchádhyáyás*.

Da *Biblia* o poema mais popular, o mais lido por christãos e judeus é o — *Schir-Haschirim*, Cantico dos Canticos.

Ambos são a apotheose do amor.

Ambos representam um mystico hymeneu; e têm

<sup>1</sup> *Krishna* — é o nome de *Vishnu* (o penetrante, o Deus que se incarna) na sua ultima incarnação. É o Deus por excellencia, o Deus supremo da India dos *Kavis* (poetas) em cujo brilho, se confunde o brilho e a gloria de *Indra* (o senhor absoluto, o unico, o soberbo heroe a quem os *Vedas* cantam louvores, e entoam hymnos, porque: «No ceu, e terra és tu só o magnanimo; não houve ainda nem haverá Ser que se te assimelhe» (H. de *Pragátha*, *mandala* 8, *Rig-Véda*.)

Os amores de *Krishna* e *Radhá* a formosa pastora do *Gita Govinda* (canto do que dá o ceu) têm tambem a maxima simillhança com o Cantico dos Canticos; e se preferimos analysar e antes comparar-lhes as cinco meditações foi por brevidade; porque estas são a essencia, o thema; aquella a variação da terna melodia; *Radhá* a personificação da idéa que lhes deu origem. É no *Gita Govinda* que o leitor pode ver em versos harmoniosos do poeta *Jayadéva* os dez *avatara*s (incarnações) de *Vishnu* (C. I, *slk.* 5-16).

<sup>2</sup> *Gôpís* — Pastoras; guardadeiras de vacas, o animal sagrado da India. É palavra composta de *gó* — o boi, ou a vacca (compare-se o grego βός, o lat. *bos*, o din. *Koe*, e suéco *Ko* etc.), e de *pá* — proteger, guardar (comp. o grego πύματα, e o lat. *pasco*, o gotico, o anglosaxonico etc.), com a terminação feminina.

A palavra *Gopí* para o que se transporta á India antiga, encerra um poema de suavissimo encanto.

<sup>3</sup> *Purána* — antigo, velho. Diz-se de poemas antiquissimos da India. Os primitivos julgam-se perdidos. Os que hoje se conhecem foram escriptos modernamente ao que parece. A belleza das crenças puras, os ideaes formosissimos da India antiga estão ali esmagados por preceitos asceticos sem utilidade, por lendas escriptas unicamente com o fim de exaltar cultos e divindades particulares. O *Bhágavatapurána* (o purána do Bemaventurado) está primorosamente traduzido pelo grande *Burnouf*. O sabio *Wilson* traduziu em inglez o *Vishnupurána*.

Os *puránas* são perolas soltas d'um collar magnifico, caídas em lôdo asqueroso.

por assumpto anagogico a alma, desvairada pelo prazer que dura instantes, acendrada, como ouro em vivo lume, no lume sacro do amor eterno.

No Cantico dos Canticos, o amor, é amor Syriaco; forte apaixonado, delirante; amor que nasce de repente, como o turbilhão, o redemoinho das areias do deserto, movidas, levantadas, e impellidas em *razzia* de morte, por um pé de vento suffocante!

A alma da *Sulamitis* é alma virgem, que sonha, deseja, outra alma sua irman; mas neste desejo natural ha só vertigem; e, como a borboleta doudejante, buscando a luz que é toda etherea só encontra a ardencia da chamma que devora.

A meiga *Radhá* é toda excelsa; é na alma como no corpo, tão fino e donairoso que parece estatua, soprada por Deus tendo-a formado da estrella do céu a mais brilhante.

No Cantico dos Canticos tudo nos revela um poema da Syria. São amores de *Astarte*. Na *Sulamitis* ha a iniciativa audaz das filhas de *Babylonia*.

É a quadra propria. Fins de setembro. Elle, o amante, a fez entrar na adega, no templo das impudicas festas da Syria. E ella pediu pomos que a alentassem, que desfalecia d'amor! E ambos arrastados, por desejos de gosos que mal sonham, diliciam-se num como que estudo mútuo.

É o amante, ingenuo ou timido, *Adonis* languoroso; ella *Salambó* delirante. E crê até que o seu amado é uma donzella, tão novo e de formas tão femininas o encontra.

Sente-se aquecida no fogo de suas faces, que são como uns rubins; envergonha-se da alvura eburnea de seu collo; e admira-lhe as mãos delicadas como a flor dos jacintos.

Pede-lhe então que a não desprese por ser trigueira; o sol d'alma lhe bronzeou a tez; ella é um vaso d'amor.

Tentadora é a voz do amante; é harmonia que arrebatá; a sua garganta é suavissima, e todo elle para se desejar.

A *Sulamitis* arde em desejos, e sente-se estremecer. Dilatam-se-lhe os seios tumidos. É como um arbusto, o amor a viração.

Mas se a timidez a enleia, a innocencia a deixa ir para onde a inspira o amor. Espande-se em fallas languorosas; é ella a primeira a fallar.

— «Dá-me o beijo de teus labios!... Deixa-me te abraçar! Eu sinto enebriar-me o goso d'esse vinho'»

Em abraços o estreita, e cobre-o de beijos, como se o quizesse esconder em si. Ella, mulher, é o varão. Elle, homem, a donzella temerosa; e só lhe responde a tão sentida linguagem, com a linguagem do amor mais sentido — a mudez do amor.

Ella porem quer-lhe ouvir a dulcissima voz daquella garganta argentea levantada no monte de seu

... desse vinho — desse vinho de teus labios mais precioso que o que me davas a beber.